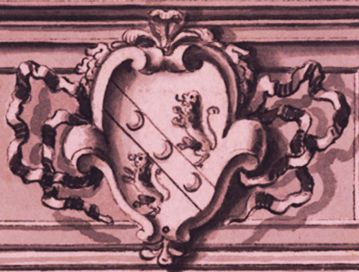




SOCIEDADES,  
CULTURAS e  
EDUCAÇÃO  
na ILUSTRAÇÃO  
LUSO-BRASILEIRA

Antonio Cesar de Almeida Santos  
Eduardo Teixeira de Carvalho Junior  
(Orgs.)





Este volume apresenta trabalhos de integrantes do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero). Os textos aqui publicados permitem identificar alguns dos temas de interesse do Grupo, que congrega pesquisadoras, pesquisadores e estudantes de diversas instituições de ensino superior, no Brasil e no exterior. Os textos apresentados neste volume, se forem tomados em conjunto – visto cada um ocupar-se de uma realidade específica –, permitirão perceber essa preocupação em situar as diversas histórias em um mundo que, embora se mostre fragmentado, detém muitos elementos que conectam as suas partes constituintes, de maneira que “o conceito império” – como aparece na designação de nosso Grupo de Pesquisa – “permite integrar várias características fundamentais correspondentes às realidades históricas da ‘modernidade’ ibérica”, que pode ser caracterizada por estruturas políticas, jurídicas, religiosas e sociais diversas, além de congregar povos diferentes, promovendo intensa circulação e múltiplos contatos.



editora *fi*.org



**SOCIEDADES, CULTURAS E EDUCAÇÃO  
NA ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**



# História, Cultura & Identidades

## DIRETORES DA SÉRIE

**Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves**  
Departamento de História, UEPG

**Profa Dra. Valeria Floriano Machado**  
Departamento de Teoria e Fundamentos da  
Educação-UFPR

## COMITÊ EDITORIAL CIENTÍFICO

**Prof. Dr. Cezar Karpinski**  
Departamento de Ciência da Informação/UFSC

**Prof. Dr. Charles Monteiro**  
Departamento de História, PUC-RS

**Prof. Dr. Cláudio DeNipoti**  
Departamento de História, UEL

**Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior**  
Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

**Profa. Dra. Daniela Casoni Moscato**  
SEED PR

**Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat**  
Departamento de História, UEPG

**Prof. Dr. Fabio Nigra**  
Departamento de História, Universidad de Buenos Aires

**Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez**  
Departamento de História, UEPG

**Prof. Dr. José Damião Rodrigues**  
Centro de História, Universidade de Lisboa

**Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer**  
Departamento de História, UNIOESTE

**Profa. Dra. Patrícia Camera Varella**  
Departamentos de Artes, UEPG.

**Prof. Dr. Robson Laverdi**  
Departamento de História, UEPG

**Profa. Dra. Rosângela Wosiack Zulian**  
Departamento de História, UEPG

# **SOCIEDADES, CULTURAS E EDUCAÇÃO NA ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

Organizadores

**Antonio Cesar de Almeida Santos  
Eduardo Teixeira de Carvalho Junior**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Ana Carolina de Moraes Godoi

**Imagem de Capa:** Composição alegórica com figuras, armas de Portugal e brasão] : [estudo para frontispício]. - [entre 1775 e 1800]. - 1 desenho : tinta da china; 23,5x31,8 cm. Obra no domínio público, i.e. já não abrangida por direitos de autor. Conteúdo reutilizável livremente (Public Domain Mark)". Imagem obtida em PORTUGAL. Biblioteca Nacional Digital (<https://purl.pt/25110,em> 07 jun. 2022).



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de (Orgs.)

Sociedades, culturas e educação na Ilustração luso-brasileira [recurso eletrônico] / Antonio Cesar de Almeida Santos; Eduardo Teixeira de Carvalho Junior (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

186 p.

ISBN: 978-65-5917-569-7

DOI: 10.22350/9786559175697

**Disponível em:** <http://www.editorafi.org>

1. Sociedade; 2. Cultura; 3. Educação; 4. Ilustração; 5. Luso-brasileira; I. Título.

CDD: XXX

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>9</b>
<b>0 CEIBERO E A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA: À MANEIRA DE UMA APRESENTAÇÃO</b> <i>Antonio Cesar de Almeida Santos</i> <i>Eduardo Teixeira de Carvalho Junior</i>	
<b>2</b>	<b>17</b>
<b>INTERTEXTUALIDADE, REDES E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE CIENTÍFICA NO BRASIL OITOCENTISTA: O CASO DO ESPETÁCULO DA COLHEITA DOS OVOS DE TARTARUGAS NO RELATÓRIO DE VIAGEM DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA</b> <i>Daniela Casoni Moscato</i>	
<b>3</b>	<b>55</b>
<b>DA ELEIÇÃO DOS BONS MESTRES: AGENTES RECOMENDADOS PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS EM IMPRESSOS PEDAGÓGICOS PORTUGUESES (SÉCULOS XVII E XVIII)</b> <i>Fernando Ripe</i>	
<b>4</b>	<b>79</b>
<b>EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: COLÉGIOS, LETRAS, CIVILIDADE E OFÍCIOS NO CONTEXTO DA MISSÃO JESUÍTA</b> <i>Jane Elisa Otomar Buecke</i> <i>Sônia Maria da Silva Araújo</i>	
<b>5</b>	<b>108</b>
<b>HOMENS DE SABER NA CAPITANIA DA PARAÍBA: UMA BREVE TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS, DA CONQUISTA À EXPULSÃO</b> <i>Thiago Gomes Medeiros</i>	
<b>6</b>	<b>148</b>
<b>CULTURAS EDUCATIVAS, APRENDIZADO COLONIAL E OS MODOS DE SE GOVERNAR AS MINAS (1720-1780)</b> <i>Hilton César de Oliveira</i>	
<b>ALGUMA PRODUÇÃO RECENTE DE PESQUISADORAS E DE PESQUISADORES DO CEIBERO</b>	<b>178</b>
<b>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES</b>	<b>185</b>



# 1

## **O CEIBERO E A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA: À MANEIRA DE UMA APRESENTAÇÃO**

*Antonio Cesar de Almeida Santos*<sup>1</sup>

*Eduardo Teixeira de Carvalho Junior*<sup>2</sup>

Este volume apresenta trabalhos de integrantes do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero)<sup>3</sup>. Os textos aqui publicados permitem identificar alguns dos temas de interesse do Grupo, que congrega pesquisadoras, pesquisadores e estudantes de diversas instituições de ensino superior, no Brasil e no exterior.

Desde a sua criação, em 2010, os membros do CEIbero têm procurado adotar abordagens que considerem a possibilidade de situar contextos específicos em uma perspectiva ‘global’, ou seja, que permitam ‘conectar’ diferentes realidades sociais, identificando as relações existentes entre elas, pois, embora a vida social de diversas regiões estivessem orientadas por políticas administrativas comuns, gestadas nas sedes da monarquias ibéricas (Portugal e Espanha)<sup>4</sup>, elas recebiam influências dos ambientes em que estavam situadas. Quer dizer, como sustenta Serge Gruzinski (2001, p. 189 e 176), desde as periferias dessas monarquias, “nasceram simultaneamente representações do mundo que articulavam o ‘local’ e o ‘global’ a partir

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná; acasantos1954@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Universitário Curitiba; eduardotcjr@gmail.com

<sup>3</sup> Consultar <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2752103468623511>. Para informações sobre a trajetória do CEIbero, consultar SANTOS; DENIPOTI; FONSECA (2020).

<sup>4</sup> Até 2018, o CEIbero tinha como foco as sociedades portuguesa e luso-americana; a partir daquele ano, seu interesse também passou a abranger a Espanha e as áreas de colonização espanhola na América.

das múltiplas formas que podiam assumir no seio da Monarquia católica”, tratando-se de uma perspectiva que considera “que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si”.

Nesse sentido, deve-se levar em conta, por exemplo, que a América Portuguesa, desde 1621, era formada institucionalmente por dois Estados (Brasil e Maranhão e Grão-Pará<sup>5</sup>), os quais apresentavam diferenças (e semelhanças) entre si e entre os domínios lusos da África e da Ásia (Estado da Índia). Além disso, nas diversas capitânicas, governadores civis e militares, oficiais judiciários e fazendários, de nomeação régia, ocupavam-se da administração colonial, enquanto o cotidiano das populações era regido pela Igreja e pelas instituições municipais, ainda que estas últimas sofressem interferências dos oficiais régios. Os comportamentos, especialmente os de ordem moral, eram governados pelas instituições religiosas; enquanto o clero secular estava encarregado da administração espiritual de seus fregueses,<sup>6</sup> distribuídos pelas diversas paróquias instaladas em áreas de jurisdição de bispos e de prelados,<sup>7</sup> as ordens religiosas ocupavam-se prioritariamente com as ações missionárias.<sup>8</sup>

Os textos apresentados neste volume, se forem tomados em conjunto – visto cada um ocupar-se de uma realidade específica –,

---

<sup>5</sup> A partir de 1751, passou a ser designado como Estado do Grão-Pará e Maranhão.

<sup>6</sup> Esse controle das populações exercido pela Igreja católica produziu uma série de registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, os quais, como apontou Maria Luiza Marcílio, “formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã” (apud BASSANEZI, 2011, p. 143).

<sup>7</sup> Para uma visão geral sobre a administração colonial instalada na América Portuguesa, pode-se consultar SALGADO (1985), que ainda é uma útil obra de referência sobre o assunto.

<sup>8</sup> Necessário apontar para a atuação da Companhia de Jesus, fundada em 1534, pois, conforme apontam Gaudin e Valenzuela Márquez (2015, §12), os jesuítas praticaram um verdadeiro “exercício da mobilidade como meio de conectar territórios e sociedades”, realizando uma ação de evangelização de dimensão global.

permitirão perceber essa preocupação em situar as diversas histórias em um mundo que, embora se mostre fragmentado, detém muitos elementos que conectam as suas partes constituintes, de maneira que “o conceito império” – como aparece na designação de nosso Grupo de Pesquisa – “permite integrar várias características fundamentais correspondentes às realidades históricas da ‘modernidade’ ibérica”, que pode ser caracterizada por estruturas políticas, jurídicas, religiosas e sociais diversas, além de congregar povos diferentes, promovendo intensa circulação e múltiplos contatos (GAUDIN; VALENZUELA MÁRQUEZ, 2015, §6).

Ainda que nosso propósito neste volume não seja o de produzir “uma história das muitas facetas da expansão portuguesa” (e espanhola, quando for o caso), devemos considerar que nos defrontamos com ações que tiveram por objetivo “manter o controlo real sobre uma teia constituída por territórios que incluíam desde fortes a entrepostos comerciais e ilhas isoladas, até massas territoriais como o Brasil ou Angola” (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 11). Tais territórios, como já indicado, eram povoados por diversas e diferentes pessoas. Este livro é um registro modesto dessa diversidade de experiências.

Daniela Casoni Moscato, a partir da descrição de um episódio elaborada pelo naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira no final do século XVIII (a colheita de ovos de tartaruga), e valendo-se de ideias expostas em trabalhos de especialistas da cultura escrita (impressa e manuscrita), propõe discutir a intertextualidade e as redes de sociabilidade científica nas décadas iniciais do século XIX. O foco não está na expedição daquele viajante,<sup>9</sup> mas na sua produção textual e no

---

<sup>9</sup> O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a região amazônica entre 1783 e 1792, chegando aos sertões de Mato Grosso e Cuiabá. Em sua viagem, ele registrou a fauna, a flora, as atividades

uso que foi feito dela por outros naturalistas, considerando que, na elaboração de um texto próprio era recorrente a menção ou citação de obras e a referência a outros autores e viajantes.<sup>10</sup>

Também com a atenção voltada para a produção textual, Fernando Ripe, explorando o significado da palavra mestre, desenvolve uma análise de um conjunto de impressos pedagógicos que foram publicados em Portugal, no final do século XVII e ao longo de todo o século XVIII. Dentre outros assuntos, estes impressos tratavam dos cuidados que as famílias deveriam ter na escolha dos mestres encarregados de ensinar suas crianças, pois estas, além de aprenderem a ler, escrever e contar, deveriam receber uma cuidadosa orientação moral e religiosa. A partir da leitura dos tratados pedagógicos, pode-se perceber uma série de enunciados partilhados pelos autores sobre métodos para a ação de instruir, sustentados por um discurso de racionalidade e de cientificidade, característico daquela época.<sup>11</sup>

O ensino, como sabemos, foi uma área de atuação privilegiada pelas ordens religiosas, que, entre os séculos XVI e XVIII, também foram responsáveis pela “produção de (novos) saberes e a sua circulação em uma escala até então inédita, contribuindo em maior ou menor medida para os processos mais gerais de mestiçagem, ocidentalização e mundialização, como apontado por Serge Gruzinski, que os associou

---

econômicas e os habitantes, fazendo uso de práticas próprias da ciência moderna, assentada na observação e na experimentação. Para as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira, consultar FERREIRA (1974).

<sup>10</sup> Mais detalhes sobre o assunto, consultar MOSCATO (2017).

<sup>11</sup> Em sua breve síntese sobre o pensamento pedagógico português, Rogério Fernandes (1992, p. 88) assinala que “as questões de educação agitaram todo o nosso século XVIII”.

particularmente às experiências ibéricas” (PALOMO, 2014, p. 17).<sup>12</sup> Dentre essas ordens religiosas, ganha destaque a Companhia de Jesus, que é enfocada nos trabalhos de Jane Elisa Otomar Buecke, na companhia de Sônia Maria da Silva Araújo, e de Thiago Gomes Medeiros.

Jane Buecke e Sônia Araújo apresentam alguns comentários sobre o panorama educacional do Estado do Maranhão e Grão-Pará, nos séculos XVII e XVIII, destacando a presença dos jesuítas e sua ação na disseminação da educação e da instrução de ofícios entre as populações daquele território.<sup>13</sup> Assim, a atenção das autoras voltou-se para os colégios instalados pelos jesuítas, que serviam de base para suas atividades missionárias e educacionais, inclusive de artes e ofícios, com o objetivo de mostrar as várias nuances da atuação dos jesuítas e a influência deles na Amazônia colonial.

Por sua vez, Thiago Medeiros apresenta a trajetória dos inicianos na capitania da Paraíba do Norte, entre o final do século XVI e meados do século XVIII, abordando suas costuras políticas, suas demandas econômicas e suas necessidades locais, destacando que os jesuítas viviam diversos papéis: “homens de saber”, “homens de poder”, “homens de cultura”, “homens de negócios”. Nesta direção, verifica-se que o objetivo dos padres da Companhia era o de, com suas ações

---

<sup>12</sup> Para Federico Palomo (2014, p. 17), os integrantes de ordens religiosas missionárias poderiam ser vistos como “especialistas do império”, devido à circulação deles pelos diversos territórios sob domínio das monarquias ibéricas.

<sup>13</sup> A importância daquela região pode ser percebida pela criação, em 1621, de um governo independente em relação ao Estado do Brasil, que vigorou até o final do século XVIII, e pela instituição de seu bispado, em 1677, sufragâneo à arquidiocese de Lisboa. O bispado do Maranhão foi o quarto criado na América Portuguesa. Em 1719, surgiu o quinto bispado, do Grão-Pará, também sufragâneo à arquidiocese de Lisboa. Antes, em 1551, havia sido criado o bispado de Salvador, elevado a arcebispado em 1676, mesmo ano de criação dos bispados do Rio de Janeiro e de Olinda. Em 1745, surgem os bispados de São Paulo e de Mariana, últimos a serem instalados no período colonial.

educacionais,<sup>14</sup> atender às necessidades da fidalguia local, no sentido de instruir e doutrinar seus filhos, bem como defender seus interesses no território paraibano.

O último texto apresentado é o de Hilton César de Oliveira, que, a partir de resultados preliminares de uma pesquisa em curso, identifica a presença de uma cultura educativa em documentos produzidos por autoridades coloniais instaladas na capitania de Minas Gerais. Para a construção de seus argumentos, analisa o *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720* e uma instrução que Gomes Freire de Andrade dirigiu a seu irmão José Antônio Freire de Andrade. Para Laura de Mello e Souza (2020, p. 35), a prática de redigir instruções de governo seria “uma curiosa pedagogia implícita”, que expõe preocupações com a “educação do povo”, com a “educação dos iguais” e com “o papel do ‘exemplo edificante’ na constituição de uma pedagogia voltada à formação do governante ideal, que, por suas altas qualidades, merecia ser obedecido”. Para Hilton Oliveira, esses documentos, que produzem uma leitura sobre as sociedades locais, são fruto de um aprendizado, que pode ser transformado em uma cultura educativa, orientando novos administradores.<sup>15</sup>

Ainda que de maneira acanhada, esperamos que este conjunto de estudos aponte para a existência de algumas ligações entre eles e de conexões com realidades mais amplas: dos espaços coloniais ao metropolitano e vice-versa. Ademais, como já indicamos, postulamos

---

<sup>14</sup> Por intermédio de uma carta régia de 30 de outubro de 1728, sabemos que os jesuítas mantinham um colégio na cidade da Paraíba, onde ensinavam “publicamente a doutrina cristã”, além de ministrarem aulas públicas de Latim e de ler e escrever “em benefício de toda essa capitania” (apud PINTO, 1977, p. 126).

<sup>15</sup> Sobre instruções de governo e sua disseminação na administração colonial portuguesa, ver também SANTOS (2016) e SOUZA (2006).

investigar processos que possam expressar a noção de impérios ibéricos; ademais, como foi apontado por Serge Gruzinski (2001, p. 180), “a referência ibérica [...] permite abordar de maneira diferente a questão da modernidade, ao chamar a atenção sobre o conjunto hispano-português, que a tradição intelectual europeia tem mantido longe do caminho desta modernidade”.

Ao final deste livro, apresentamos uma pequena relação da produção científica de pesquisadores do CEIbero, por intermédio da qual será possível obter uma visão mais ampla de nossos objetos de atenção. Desejamos uma boa leitura e convidamos a que visitem a página do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos, acessando Grupo CEIbero: <https://ceibero.wordpress.com>

## REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, Maria Sílvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-172.
- FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. 2.ed. Lisboa: ICLP, 1992.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.
- GAUDIN, Guillaume; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Empires ibériques: de la péninsule au global. *Diasporas* [On line], n. 25, 2015. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/diasporas/358> >. Acesso em 22 nov. 2018. DOI: 10.4000/diasporas.358
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-195, 2001.
- MOSCATO, Daniela Casoni. *O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os*

viajantes cientistas do século XIX. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PALOMO, Federico. Introducción. Clero y cultura escrita em el mundo ibérico de la Edad Moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madri, Anejo XIII, p. 11-26, 2014.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba* – volume 1. João Pessoa: Editora Universitária, 1977 [Reprodução da edição de 1908, com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos].

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Instruções de governo e práticas ilustradas na América Portuguesa. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 37-54.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Cultura e educação nos impérios ibéricos: pesquisa, teoria, experiência. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, p. 567-595, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. Notas sobre a pedagogia implícita de governadores coloniais no século XVIII. In: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). *Cultura e Educação na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020, p. 35-50.

SOUZA, Laura de Mello e. Teoria e prática do governo colonial: Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 185-252.

# 2

## **INTERTEXTUALIDADE, REDES E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE CIENTÍFICA NO BRASIL OITOCENTISTA: O CASO DO ESPETÁCULO DA COLHEITA DOS OVOS DE TARTARUGAS NO RELATÓRIO DE VIAGEM DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA**

*Daniela Casoni Moscato*<sup>1</sup>

O viajante naturalista dos séculos XVIII e XIX deveria sempre fazer uso de práticas próprias da ciência moderna, como a observação e a experimentação. Além disso, era necessário que registrasse suas observações e experiências durante o trânsito. Para essa ação, esses sujeitos seguiam regras próprias das chamadas instruções de viagens.<sup>2</sup> O diário de viagem, nesse processo, era um objeto fundamental, testemunho escrito das experiências e observações naturalistas, auxiliando nas possíveis falhas de memória. Além dele, outro objeto era muito comum na bagagem do viajante: o livro da especialidade, consultado durante as investigações. Esses livros eram essenciais para que não se cometessem erros no momento da classificação das espécies encontradas. Finda a viagem, o cientista almejava publicar suas experiências. Na elaboração do texto um elemento era recorrente: a

---

<sup>1</sup> Doutora em História; Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina e da SEED/PR; historiar7@gmail.com

<sup>2</sup> A Academia Real das Ciências de Lisboa publicou, em 1781, as *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à historia da natureza para reformar hum Museo Nacional*. Outros textos semelhantes já haviam sido escritos pelo próprio Vandelli, como as *Viagens Filosoficas ou dissertação: sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar* (VANDELLI, s./d.).

menção ou citação de outros livros, autores e viajantes. É sobre o que falaremos neste texto. Dito de outra forma: estudaremos o viajante leitor.

Nos propomos, portanto, a entender os viajantes como leitores de textos sobre o viajar: compêndios, diários, relatórios, memórias e instruções. Isso é possível apenas por que esses homens deixaram pistas de suas leituras em produções literárias. Elas serão classificadas e analisadas com base nos estudos de especialistas da cultura escrita (impressa e manuscrita) como Roger Chartier e Robert Darnton. Há indicações das leituras dos viajantes em seus próprios textos, o que permite esse tipo de análise. Entendemos que certos leitores devem ser analisados dentro de uma comunidade de interpretação específica, a qual define “os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação.” (CHARTIER, 1999, p. 13).

No conjunto documental produzido pelas viagens, se apresentavam, entre outras coisas, os procedimentos técnicos, as descrições paisagísticas e as atitudes que o viajante deveria ter diante do roteiro escolhido. Além dessas informações clássicas, há também menções sobre livros e autores evocados para comprovar um embate científico ou uma descrição sobre a flora. Nessa gama de citações, há desde textos coloniais, como os de José de Anchieta (1534-1597), até clássicos da botânica, como o *Systema naturae* (1735) de Linneu. Vamos nos deter nas leituras de um grupo de viajantes estrangeiros do início do século XIX sobre um grupo de naturalistas luso-brasileiros das décadas finais do século XVIII. É importante lembrar que a leitura é uma produção de sentidos, portanto, nos limitaremos a analisar as representações construídas sobre os naturalistas luso-brasileiros. Para

tal, além dos próprios textos oitocentistas que apresentam essas nuances, retomaremos outros elementos significativos, que jogam luz sobre os estudos acerca da leitura.

### **AS VIAGENS NATURALISTAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII**

A historiografia recente tem se debruçado sobre como o Estado Português empenhou-se na redescoberta das colônias e suas utilidades econômicas ao longo da segunda metade do século XVIII.<sup>3</sup> Foram enormes os recursos humanos, técnicos e financeiros para esse empreendimento, cabendo aqui ressaltar a reorganização das diretrizes científicas em torno das reformas do currículo da Universidade de Coimbra e a definição de determinados campos de atuação e de estudo, como a valorização da História Natural. No quesito viagens, todos esses meios foram utilizados para a realização de expedições à Ásia, África e Brasil. A organização também envolvia a “recepção e gestão de informação oriunda dos mais variados pontos do Império, endereçada à Secretaria do Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos ou direcionada para unidades funcionais de cariz científico e experimental” (DOMINGUES, 2001, p. 822).

Fossem os viajantes estrangeiros em geral, portugueses ou brasileiros, é fato que a relação com o governo português dependia diretamente de dois ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos: Martinho de Mello e Castro, secretário entre 1777 e 1796, e Rodrigo de Souza Coutinho, secretário entre 1796 e 1803. Ambos se mantiveram no projeto pombalino de Ilustração que visava preservar e fazer prosperar

---

<sup>3</sup> Ver, sobre o tema ARAÚJO (2000, 2003), BRIGOLA (2000, 2010), CRUZ (2004), CRUZ & PEREIRA (2006), entre outros.

o Reino e seus domínios ultramarinos (RAMINELLI, 2008; PATACA, 2006). Suas administrações tiveram características singulares, com a elaboração de regulamentações que deveriam favorecer o aproveitamento das riquezas naturais, mas a partir de estratégias diferentes (SILVA, 2013, p. 316). Cerca de vinte e cinco viajantes naturalistas passaram pelo Brasil no período desses dois ministros.<sup>4</sup> As principais capitâneas brasileiras visitadas foram Minas Gerais, Bahia de Todos os Santos e Mato Grosso. Essas expedições e o material que produziram sobre o Brasil permaneceram quase esquecidos por longo tempo, exceto a viagem de Alexandre Ferreira Rodrigues. Só recentemente é que essas missões e seu conjunto documental começaram ser estudados, o que dificulta o delineamento de um perfil mais completo do grupo. Vamos nos concentrar nas administrações de Mello e Castro e Souza Coutinho, através de determinadas viagens filosóficas e viajantes essenciais nos projetos desses homens de Estado para buscar as criações discursivas na descrição da natureza, paisagem e sociedade brasileiras e como elas foram reproduzidas entre os diversos viajantes ao longo do período.

### **AS VIAGENS NA ADMINISTRAÇÃO DE MARTINHO MELLO E CASTRO (1770-1796): INSTRUIR E EXPLORAR**

Em 1783, o Ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, se encontrava no Palácio de Mafra e ocupava seu tempo com os últimos preparativos para a primeira viagem filosófica portuguesa ao Brasil. Escreveu um comunicado a Martinho de Sousa e Albuquerque, governador do Pará, em 29 de agosto, informando

---

<sup>4</sup> Ainda sobre as viagens luso-brasileiras pela América portuguesa há o trabalho de BONATO (2010).

sobre a expedição do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, que em breve zarparia de Lisboa em direção à Capitania. O naturalista não ia só. Sob a sua ordem, partiam também os riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, além do jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo. O comunicado ainda mencionava os ordenados de cada um (sendo o de Ferreira, maior) e as instruções sobre o trabalho que seria realizado:

Os ditos Naturalista, e Riscadores, devem empregarse debaixo das ordens de V.S.<sup>a</sup>, em examinar, e descrever tudo o que houver nesse Estado relativo á História Natural; e em recolher, e preparar o que se deve remetter a esta Corte, na conformidade das Instruçoens que leva o dito Alex.<sup>c</sup> Roiz, debaixo de cuja a inspeção devem trabalhar os outros tres, que vão na sua companhia; fazendo V.S.<sup>a</sup>, que estes lhe obedeção em tudo o que fizer a bem do Real serviço (Comunicação do Ministro Martinho de Mello e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque, apud FERREIRA, 1953, p. 109-111).

O governador Sousa e Albuquerque também auxiliaria nas jornadas com “embarcações, Gente, e o que mais se fizer preciso, assim para o seu transporte, como para as suas comedorias [...]”. O Ministro também ordenava que o governador remetesse para a Corte todas as produções recolhidas e as observações sobre elas.

O comunicado de Mello e Castro não deve ser tomado isoladamente. O documento resume o que deveria ser uma viagem filosófica. Além do mais, traz uma das principais características de sua administração: a valorização da coleta intensiva de espécies. Essa peculiaridade já foi muito tratada (SILVA, 2013, p. 316; PATACA, 2006, p. 304-305), e os investigadores da administração de Mello e Castro corroboram a ideia de que, no período, houve grande investimento nas viagens filosóficas e na redescoberta das potencialidades do Reino e suas colônias.

O número de expedições para fora de Portugal durante o ministério de Mello e Castro foi significativo. Característico desse momento foi o destaque às expedições para as regiões de mineração aurífera, como Moçambique, Mato Grosso, Minas Gerais e as promissoras na produção de outros metais, como Bahia e Angola (SILVA, 2013, p. 316; PATACA, 2006, p. 304-305). No Brasil, as viagens filosóficas tiveram seu apogeu entre 1783 e 1792, incluindo as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira, Baltasar da Silva Lisboa, Joaquim Veloso de Miranda, Joaquim de Amorim e Castro, Baltasar da Silva Lisboa, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes – esses dois últimos, em missão de demarcação de limites do Brasil – e outros. Para Cabo Verde, foi enviado João da Silva Feijó; Joaquim José da Silva para Angola; e para Goa e Moçambique, Manuel Galvão da Silva. Dessas viagens, escolhemos expor algumas realizadas no Brasil.

A este respeito, a missão de Alexandre Rodrigues Ferreira, certamente, é a mais estudada e conhecida (COSTA, 2001). O naturalista nasceu na Bahia e foi educado em Portugal. Durante nove anos, Ferreira e sua expedição percorreram as capitanias de Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso. A viagem seguiu o gosto da época: teve o planejamento de Domingos Vandelli e contou com o patrocínio do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos e da Academia Real das Ciências de Lisboa, já que, a partir de 1779, a Academia também instruiu algumas viagens.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Em 1793, a Academia Real das Ciências de Lisboa enviou-lhe instruções de como proceder em sua viagem pelo Brasil. A Instituição recebeu do naturalista os seus relatos, que deveriam ser lidos nas reuniões entre os sócios e as suas remessas de caixotes contendo as espécies preparadas e que, do mesmo modo, seriam analisadas na aula mayanense, o que provavelmente não aconteceu. Alexandre Rodrigues fez um trabalho hercúleo de coleta e remessas tanto para a Academia Real das Ciências de Lisboa quanto para o Real Museu da Ajuda, também enviou para essa última, suas memórias. Entretanto, muito disso ficou armazenado e esquecido durante anos. As respectivas instituições continuaram recebendo exemplares mesmo após a morte do naturalista. No Arquivo Histórico Museu Bocage, há

Em 1776, João da Silva Feijó partiu para Cabo Verde. Ele pode ser tomado como a representação do homem de ciência luso-brasileiro e foi um dos raros que conseguiu viver regularmente da profissão de naturalista. Em sua trajetória percebe-se o envolvimento com as estruturas científicas, políticas e sociais do Império português. Tinha um “ar de modernidade” e circulava por espaços importantes, como o da maçonaria e o das Repúblicas das Letras (PEREIRA, 2012, p. 166-170). Nascido no Rio de Janeiro, cursou filosofia na Universidade de Coimbra e atuou na África, em Portugal e no Brasil, sempre a serviço do Império português. Da Ajuda, Feijó partiu para Cabo Verde, onde permaneceu entre junho de 1776 e dezembro de 1795. Na sua estadia, produziu um conjunto de cartas destinadas ao então ministro Martinho de Mello e Castro. Nessa documentação, há a descrição da fauna, da flora dos costumes locais, relações de remessas e as queixas sobre diferentes problemas enfrentados, como a falta de uma equipe de apoio para suas pesquisas e funções burocráticas, que acumulou a partir da década de 1790. Selecionamos um fragmento dessa documentação, datado de 21 de dezembro de 1783, e escrito na Ilha do Fogo. Ali, listou o que já tinha de suas andanças: da Ilha do Fogo e da Ilha Brava, organizara de sete a oito caixotes de espécies e curiosidades, que ia recolhendo “daqui e ali”, como mais de cem saquinhos de terras diferentes, conchas, sementes, sete tabuleiros de borboletas, cascas de tartarugas, caixão de plantas preparadas em papéis, ninhos de pássaros, um caixão pequeno com peles de pássaros, “outros curiosos” como um boi anão, um chibarro de “m.tas unhas” e até uma anã mulata. Na carta anterior, de 20 de

---

uma cópia do inventário do naturalista de 1815 contendo os manuscritos e desenhos que estavam na posse da Alexandre Rodrigues Ferreira e que foram entregues pela sua viúva ao Real Museu da Ajuda (CATÁLOGO, 1815).

setembro, indicara a dificuldade de enviar as espécies coletadas e já preparadas (Lista de caixões que se acham prontos para remessa presente na Carta do Naturalista João da Silva Feijó a Martinho de Melo e Castro escrita em Cabo Verde, Ilha do Fogo, 1783, dezembro, 20 (PEREIRA, 2012, p. 166-170):

[...] pois tendo eu 6 Caixones, ou mais de produtos p.<sup>a</sup> remeter a V.Ex.<sup>a</sup> não acho meios p.<sup>a</sup> o fazer, pr.q' nem mesmo da Socied.e sequer apparece p.r aqui embarcação algua p.<sup>a</sup> isso, Seguindo-se assim grd.e prejuizo de se corromperem a maior das plantas, Sementes, Peixes, e Passaros, q' tenho recolhido, e não ser depois tempo p.<sup>a</sup> a tornar a fazer,p.r.q' passado este tempo das agoas, não há planta algua; e talvez q' V.Ex.<sup>a</sup> me haja culpado, pensando não se ter feito remessa p.r pouco zello meu nas m.as obrigoens; e ex aqui Ex.mo Snr' a m.<sup>a</sup> infelicidad. e principiada (PEREIRA, 2012, p.167).

Em Lisboa, Feijó recebeu a incumbência de dedicar-se aos trabalhos acadêmicos referentes à produção de salitre; organizou, na Ajuda, um herbário com as espécies botânicas enviadas do arquipélago africano e aproximou-se da República das Letras. Ele retornou ao Brasil como Sargento-mor das milícias da Capitania do Ceará, com a tarefa de checar as notícias sobre os depósitos de salitre natural, questão que ocupava lugar importante na política científica portuguesa para o nordeste brasileiro. Por aproximadamente quinze anos, o naturalista permaneceu na Capitania e, além da busca ao salitre, recolheu diversos espécimes que foram enviados ao Jardim Botânico e Museu da Ajuda e ao Real Jardim Botânico de Berlim (PEREIRA, 2012, p.167).

Em 1790, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>6</sup> partiram em viagem de instrução pela Europa, como consta no passaporte emitido por Luiz Pinto de Souza Coutinho, Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Pelo documento, sabemos que eles deveriam embarcar no navio Nova Aliança e seguir “dessa Corte e cidade de Lisboa para a de Paris” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MF 6210, Livro 364.) Os dois brasileiros haviam estudado na Universidade de Coimbra no último triênio do Setecentos. Ambos vinham de famílias com fortuna. Câmara era da Capitania de Minas Gerais e viveu em um ambiente de posses ligadas às minas de ouro (VARELA, 2007, p. 153). Bonifácio nasceu na Capitania de São Paulo, seu pai acumulara diversos cargos administrativos e, segundo o recenseamento de 1765, era o dono da segunda fortuna da vila de Santos (CAVALCANTE, 2001, p. 19).

O tempo que ambos passaram em território estrangeiro pode elucidar questões relevantes. Uma delas é a de que esse novo profissional oriundo das famílias abastadas e de privilégios da corte se mantinha no ambiente administrativo por uma nova via: a ciência. O naturalista era peça importante nos projetos científicos e deu outra roupagem aos privilégios do Antigo Regime (RAMINELLI, 2008; MONTEIRO, 2003). Os casos de Bonifácio e Câmara são exemplares. Ao receberem bolsas de estudos do governo português para a realização da viagem, estavam sob a proteção do Estado e passaram a ter uma posição privilegiada na sociedade em que viviam. Ao se tornarem oficialmente dependentes da Coroa, aproximavam-se desse espaço de poder no qual

---

<sup>6</sup> Também fez parte dessa viagem o português Joaquim Pedroso Fragoso de Siqueira (?-1833)

as regras eram determinadas pelo monarca. É preciso lembrar também que em Portugal, na segunda metade do século XVIII, a “história natural desfrutava de um amplo reconhecimento, uma vez que teria um papel central nos projetos econômicos, políticos e culturais” (VARELLA, 2007, p.168).

Segundo a Instrução para a realização da viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa, do ministro Luís Pinto de Souza, eles deveriam ir para Paris, Saxônia, Boêmia, Viena, Rússia, Suécia, Noruega e Inglaterra. A Instrução “buscava racionalizar a viagem, evitar o imprevisto e o desperdício de tempo, de forma a que os estudos e as atividades práticas atualizassem o jovem acadêmico nos assuntos de sua especialidade: a mineralogia” (CAVALCANTE, 2001, p. 39). O documento tem sete tópicos, e neles detalham-se todos os compromissos a serem cumpridos em cada local, como as pessoas e os órgãos que os auxiliariam e protegeriam durante toda a viagem. Bonifácio e Câmara foram incumbidos de assistir aulas, examinar os minérios e as minas. A orientação ainda especificava os cursos a serem assistidos, os nomes dos professores e pessoas de destaque da área de mineralogia, como Ignácio de Born, membro das academias de Viena e Estocolmo e Conselheiro das Minas da Imperatriz-rainha da Áustria-Hungria:

[...] 2. Na cidade de Pariz farão V. Mces., em primeiro lugar, hum Curso completo de Química com Mr. Furcroi, e outro de Mineralogia Docimastica com Mr. Le Sage, ou com quem fizer as suas vezes empregando-se nesta aplicação pelo menos hum anno.

3. Acabados os dous Cursos preparatorios, passarão V. Mces. Em direitura a Freiberg no Artz, afim de entrarem no Curso completo das Minas daqueles dstrictos, para oque acharão V. Mces. ali todas as facilidades necessarias

em virtude das Ordens, que se devem expedir aos Directores, por via da Sua Côrte; e neste exercício sedemorarão V. Mces, portempo de dous annos, por se julgar indispensavel este espaço detempo.

4. Parecia conveniente, que V. Mces. assentassem ali praça de Mineiros, para adquirirem todos os conhecimentos praticos, para o que econtrarão V. Mces igual facilidade por parte do Director.

5. Acabado o curso de Freiberg, passarão V. Mces. avizitar as Minas da Saxonia, e Bohemia, e as outras dos Estados do Imperador da Ungria & esefor possível se aproveitarão das Direçoens de Mr. Born, como muito proveitosas para o que acharão igualmente em Vienna as recommendaçoes convenientes nas maos do Ministro de Sua Mage. aquem devem recorrer.

6. Terminada a viagem de Ungria, vizitarão as Minas de Catherineburgo, e as outras vizinhas em Russia, passarão a Suecia, e Noruega, edali se dirigirão a Inglaterra, para examinarem as Minas de Escocia, e do Paiz de Gales, e terminando por Cornivalhes se recolherão à Lisboa por via do Paquete de Falmouth (Apud MENDONÇA, 1933, p. 25-26).

José Bonifácio compôs um diário dessa viagem, com anotações em diversos idiomas, como latim, alemão, francês e inglês. Cavalcante destaca a organização da rotina de estudos do então jovem Bonifácio: o programa de estudos era dividido temporal e espacialmente; na parte da manhã, ele deveria dedicar-se às leituras e “ao ‘olhar’, ou como ele registrou, ‘cumpre ler e ver’.”; as tardes eram dedicadas a “conversar e perguntar”, comportamentos típicos da República das Letras (CAVALCANTE, 2001, p.40). Durante a viagem, Câmara publicou alguns artigos e elaborou outros textos, como o escrito *Sobre o comportamento da obsidiana sob o tubo de sopro pelo Sr. Da. Câmara* e *Nota Sobre a Extração das Minas do Principado da Transilvânia escrita em Zalathna aos cinco dias do mês de março de 1796*. Nos artigos publicados no

*Bergmanniches Journal*, o mineralogista acrescentou os conhecimentos que obteve durante a estadia (VARELLA, 2007).

Ao retornarem a Portugal, os naturalistas já eram especialistas nas áreas da metalurgia e da mineralogia. Os dez anos da viagem trouxeram, além do prestígio social, a possibilidade de aplicação do conhecimento acumulado durante uma década nos projetos imperiais. Manoel Ferreira da Câmara foi enviado para a Capitania de Minas Gerais, onde desempenhou a função de Intendente Geral das Minas e continuou suas pesquisas e elaboração de memórias científicas. José Bonifácio estabeleceu-se em Lisboa por mais vinte anos. Durante esse período, empreendeu com o irmão Martim Francisco de Andrada e Silva viagens de estudos mineralógicos pelo reino; a experiência dessas incursões foi relatada em *Viagem mineralógica pela província da Estremadura, Memória sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo da Chacim na província de Trás-os-Montes e Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo*. Esses escritos foram enviados a outros estudiosos que conhecera na viagem de instrução e a antigos professores. Além das viagens, Bonifácio auxiliou na fundação da cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra, pela qual ficou responsável. Assumiu a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, ocupou o cargo de secretário da Real Academia de Ciências de Lisboa e, somente em 1819, retornou ao Brasil (CAVALCANTE, 2001, p. 54).

Todos os viajantes mencionados, como Ferreira, Feijó, José Bonifácio e Câmara reportavam-se à Secretaria de Ultramar, em Lisboa, e ao representante local do governo português, como foi o caso do governador do Pará. Todos os governadores coloniais tinham ordens para recolher e enviar à Metrópole espécies de fauna e flora que pudessem enriquecer a coleção do Jardim da Ajuda e contribuir para os

estudos que lá se realizavam. Na administração de D. Rodrigo de Souza Coutinho não foi diferente, mesmo que tenha havido outros empreendimentos.

### **AS VIAGENS NA ADMINISTRAÇÃO DE RODRIGO DE SOUZA COUTINHO (1796-1803)**

Durante o mês de maio de 1802, Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro Conde de Linhares (a partir de 1808), se correspondeu com João Paulo Bezerra, representante de Portugal em Haia. Essa troca de cartas lhe trouxe lembranças de suas experiências diplomáticas e de viagens pela França, Suíça, Áustria e Itália. Ele recordava a Bezerra como esses períodos fora do Reino lusitano o permitiram observar e refletir acerca dos homens e dos seus governos. Foi também durante essas temporadas no estrangeiro que Souza Coutinho participou de um círculo de letras e aumentou sua rede de sociabilidade, “onde figuravam d'Alembert, Laplace, ou Mallet du Pan” (CARVALHO, 2007, p. 10).

A experiência da viagem relacionada ao exercício de diplomacia ampliou as relações de D. Rodrigo em círculos de homens letrados, além do ambiente cortesão (CURTO, 1999, p. 24-26). Pode-se imaginar que circulava confortavelmente nesses espaços de letrados. Ele descendia, pela linhagem paterna,<sup>7</sup> de pessoas de grande distinção na história portuguesa, o que permitiu à família atuar em espaços administrativos de importância e educar bem os seus descendentes. Além disso, tinha como padrinho de batismo Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês

---

<sup>7</sup> Dentre os muitos postos militares e administrativos de seu pai, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), destacou-se o de governador no reino de Angola (1764-1772). Além de D. Rodrigo, outros filhos seguiram carreiras dentro do Estado Português como o diplomata e Conde de Funchal Domingos Antonio de Souza Coutinho (1760-1833), Francisco Maurício de Souza Coutinho (?), governador da Capitania do Grão-Pará (1790-1803) e o clérigo José Antonio de Menezes e Sousa Coutinho (1757-1817).

de Pombal. Considerado pela historiografia um dos grandes expoentes do reformismo ilustrado, foi secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1795 e 1801, primeiro-ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1801, presidente do Real Erário (1801-1803) e ministro da Guerra do Brasil entre 1808 e 1812. Em sua administração se percebem a continuidade do projeto pombalino, novas políticas para a colônia Americana e outro conjunto de viagens filosóficas (SILVA, 2003; SANTOS, 2013).

Provavelmente as temporadas de D. Rodrigo em Turim, Áustria e Paris influenciaram as suas decisões e planos para o Império, o certo é que não se pode ignorar que ele foi, como Pombal, o “estrangeirado”, ou seja, era o português ilustrado setecentista que viveu uma experiência fora do reino e que promoveu mudanças no Antigo Regime em seu país. Há de se entender que para o Conde de Linhares, o equilíbrio do Império português estava atrelado à manutenção dos territórios coloniais, especialmente a América, pois ele almejava a regeneração imperial por meio da unidade de seus territórios espalhados pelos cantos do mundo. Isso se daria pelos mesmos sistemas administrativos, usos e costumes. Assim, o português nascido em qualquer lugar do Império se reconheceria somente como português (MARTINS, 2014, p. 692).

É a partir dessa percepção que D. Rodrigo formula seu programa reformista, fortemente marcado pelo princípio de unidade política do território português na Europa e no Novo Mundo; e na defesa da incorporação dos colonos como súditos identificados com a monarquia portuguesa (SANTOS, 2013, p. 13).

Pelas ações adotadas por D. Rodrigo, percebe-se que o destaque dado à colônia americana na política de exploração científica da

natureza aumentou consideravelmente. Sua entrada no ministério evidenciou a relação entre as elites letradas do além-mar e o poder metropolitano. Se na administração de Martinho de Mello e Castro o principal objetivo das viagens filosóficas foi o de destacar a observação e a análise das possibilidades mineralógicas, na de D. Rodrigo, foram incorporadas as essas preocupações as novas possibilidades econômicas de gêneros agrícolas como quina, cochonilha, anil, cacau e café. Da mesma forma, se buscava o salitre; “o desenvolvimento agro-industrial impulsionado pelas inovações técnicas introduzidas na agricultura; um minucioso inventário dos recursos hídricos e de possíveis canais de ligação entre as capitanias” (PATACA, 2006, p. 400).

A procura por essas possíveis riquezas econômicas pedia a exploração de outras áreas geográficas da América Portuguesa, como as capitanias de Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Rio Negro e Grão-Pará. Das viagens do período, há a de Vicente Jorge Dias Cabral (1798-1802) pelas capitanias do Piauí e do Maranhão e a de José Manuel Antunes da Costa (1800-1802) por Goiás. A capitania do Mato Grosso foi explorada pelo Padre José Manuel de Siqueira, e a da Bahia pelos irmãos José Bittencourt de Sá e Accioli e Manoel Ferreira da Câmara, e Ilhéus por Baltasar da Silva Lisboa (1798-1805). Sorocaba, Itu, Curitiba e Abaeté foram percorridas por João Manso Pereira e Martim Afonso Andrade; o Ceará, por João da Silva Feijó (PATACA, 2006, p. 400; SANTOS, 2013; DOMINGUES, 2012, p. 77-90).

D. Rodrigo mobilizou uma força-tarefa de brasileiros eruditos residentes na América, cujo objetivo seria fornecer informações páticas. José Vieira Couto e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos receberam a incumbência de coletar informações sobre os depósitos de sal, especialmente no vale do São Francisco. João Manso Pereira, subsidiado pelo dinheiro dos impostos

locais, deveria conduzir investigações e experimentos mineralógicos e metalúrgicos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Joaquim Veloso Miranda, aluno de Vandelli, cujas informações haviam sido utilizadas pelo estudioso italiano em seu memorial, foi nomeado secretário do novo governo de Minas, José de Lorena, um amigo íntimo de D. Rodrigo e discípulo do Abade Raynal. Veloso de Miranda recebeu instruções para prosseguir em seus estudos sobre os recursos naturais da região, em especial os depósitos de salitre. José de Sá Betencourt recebeu a incumbência de investigar os depósitos de cobre e salitre em Jacobina (MAXWELL, 1999, p.184).

Além de ampliar os objetivos das viagens filosóficas, D. Rodrigo investiu na instrução de quem já trabalhava com a terra, ou seja, os agricultores. Tais ações foram promovidas por órgãos já existentes, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, em forma de encomenda e publicação de memórias sobre determinados cultivos, e a Tipografia do Arco do Cego, que imprimiu uma variedade temática, com destaque para a agricultura e informações que facilitassem o crescimento do Reino e suas extensões (CURTO, 1999; WEGNER, 2004).

A mudança do paradigma científico em Portugal não foi somente o resultado do projeto pombalino. Todavia, a projeção e a circularidade da ciência moderna nos territórios portugueses devem ser apreendidas dentro dos projetos políticos de estadistas como Pombal, Mello e Castro e Souza Coutinho. Também é necessário lembrar que todas as ações nesse âmbito eram pensadas na amplitude do Império português. Nesse sentido, foram contempladas as colônias e as possíveis vantagens e desvantagens que apresentassem. A necessidade de reconhecê-las e reorganizá-las por meio das novidades da ciência e das artes contou com um novo profissional, o naturalista, ator principal na promoção de um processo de inovação científica e educacional em todo o império.

Além de construir e propagar as ciências portuguesas, grande parte desses homens de ciências era natural do Brasil; muitos realizaram expedições filosóficas pela América portuguesa nas últimas décadas do século XVIII; alguns participaram de uma rede de sociabilidade científica que alcançou cientistas, ingleses, franceses, alemães, que percorreriam o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Entretanto, para compreender essa teia, há de se entender determinados elementos das viagens oitocentistas.

### **1808 E A CULTURA CIENTÍFICA NO BRASIL**

As viagens ocorridas no Brasil após 1808 tiveram alguns elementos distintos das anteriores. Por um lado, a Carta Régia promulgada pelo príncipe D. João no dia 28 de janeiro de 1808, que permitiu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, aumentou o número de estrangeiros no Brasil. Por outro, o destino dos viajantes não era somente a colônia portuguesa, pois eles vinham então para a sede do Império nos trópicos – uma cena incomum, que se tornou elemento literário, pois a expedição portuguesa que saiu de Lisboa em novembro de 1807 trouxe outras cores aos escritos de viagem ao Brasil. Nessa nova situação, o Rio de Janeiro tornou-se destino de quase todos os viajantes que chegavam ao Brasil.<sup>8</sup> Após 1808, a sede do Império Português era uma cidade desconhecida (SCHWARCZ, 2002; SCHWARCZ, 2008; MARTINS, 2014), com aproximadamente 60 mil habitantes e não “mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou lagos” (SCHWARCZ, 2002, p.235-245). Ao chegar, o que o viajante via da baía era um elegante aglomerado de prédios altos de dois andares, como

---

<sup>8</sup> Sobre o Rio de Janeiro nos relatos de viagem, ver FRANÇA (1999), FRANÇA & RAMINELLI (2009).

descreveu o oficial da marinha britânica James Kingston Tuckey, em 1803. Essa boa impressão se modificava quando se adentrava a cidade. Apesar de retas e regulares, as ruas eram “sujas e estreitas, estreitas ao ponto de o balcão de uma casa quase encontrar-se com a da casa em frente. As casas, a propósito, têm comumente dois andares altos e independentes do térreo. Esse é ocupado por uma loja ou por uma adega, em geral, muito suja, quente e insalubre” (FRANÇA & RAMINELLI, 2009, p.198). Esse cenário começou a se transformar já nas semanas que antecederam a chegada da família real, quando a conhecida residência oficial dos vice-reis (desde 1763) fora preparada para a chegada das naus, fragatas e escunas que carregavam entre dez e quinze mil integrantes.

Nos anos seguintes, a tarefa de transformar a antiga capital do Brasil na nova sede do Império Lusitano incluiu a criação da Impressão Régia, da Real Fábrica de Pólvora, da Academia dos Guardas-Marinhas, da Escola Cirúrgica do Hospital da Misericórdia, da Academia Militar, do Real Horto, da Biblioteca Real, do Museu Nacional, da Escola de Ciências, Arte e Ofícios, entre outras ações (MARTINS, 2014).

No que diz respeito às ciências, tentou-se criar nos trópicos um complexo semelhante ao de Lisboa. D. Rodrigo instituiu a Academia da Marinha com todos os instrumentos, livros, cartas, modelos, planos, máquinas que possuía em Portugal. Em 1808, o Museu Nacional foi fundado com as peças do gabinete de curiosidades de D. João, que mantinha animais empalhados, artefatos indígenas, peças mineralógicas, espécies naturais, gravuras e peças de arte. Em 1810, foi iniciada no Real Horto a aclimação de especiarias e árvores frutíferas como cravo-da-índia, pimenta-do-reino, canela, árvores de cânfora, noz-moscada, mangueiras, frutas do conde, jambeiros e outras mais.

Nesse mesmo ano, criou-se a Academia Militar, que divulgou o ensino da história natural, da química, da matemática e da física. Em 1813, foi a vez da Escola Cirúrgica, sediada no Hospital da Misericórdia; e, finalmente, em 1814, a Real Biblioteca abriu suas portas ao público (SCHWARCZ, 2002, p. 255-260; DENIPOTI, 2022, p. 235-250).

Antes de 1808, entretanto, os ares científicos já circulavam pelos trópicos. Espaços como a Casa de Risco, local no qual se realizava o preparo das amostras de fauna e flora para o envio ao Reino tinham eco no Rio de Janeiro, onde havia um pequeno horto botânico dedicado ao estudo das potencialidades farmacológicas das espécies vegetais. Ainda em 1772, o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil entre 1769-1778 (ARQUIVO NACIONAL, 1999) criara uma academia científica no Rio de Janeiro, para o exame de tudo o que pertencesse aos reinos vegetal, animal e mineral. Esse empreendimento acadêmico pode ser visto como pioneiro, considerando-se que a Academia do Rio de Janeiro foi inaugurada com a reforma da Universidade de Coimbra (1772), anos antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Os acadêmicos que dela participaram produziram memórias e estudos variados, que em muito se assemelhavam aos que Academia Real publicaria em anos posteriores. Sobre a cochonilha, por exemplo, escreveu o reinol José Henriques Ferreira, presidente da Academia do Rio de Janeiro, correspondente da Academia Real das Ciências da Suécia e sócio da Academia Real de Medicina de Madri (SILVA, 2013, p. 25-31). Essas experiências não devem ser entendidas como casos isolados. São, de fato, expressões de uma cultura científica que atravessou o Atlântico antes de 1808 e que circulava com as remessas de sementes e peixes secos, as investigações de leigos que tinham um gosto apurado pela nova

ciência, os livros que chegavam acompanhando os viajantes e mesmo os manuscritos realizados em muitas ocasiões de estudo.

Porém, não se deve desconsiderar que, para a cultura científica na América, a instalação da Corte no Brasil foi essencial. As providências tomadas a partir de 1808 fortaleceram antigos ambientes e fundaram outros espaços. Mais ainda, o decreto de abertura dos portos facilitou a vinda dos que desejavam conhecer as terras portuguesas do além-mar. Esses novos visitantes encontrariam uma terra meio-América, meio-Europa. Os homens em trânsito, cientistas ou não, aumentaram a produção de materiais e experiências sobre o Brasil e, conseqüentemente, sua propagação no formato de livros e periódicos. Se, havia tempos, os trópicos brasileiros eram tema deste gênero literário e relatos científicos, a partir de 1808, outros elementos colaboraram para a manutenção do público leitor. A tradição do viajar e de se escrever sobre tal experiência ganharam cenas e cores de certo glamour tropical.

Desse período, seis viajantes ofereceram relatos de viagem que refletem as questões levantadas acima e nos permite visualizar processos de leitura que podem nos ajudar a entender ambas as gerações de viajantes “para entender o ponto de partida de uma comunidade de leitura”, observando-se as regras, as convenções, as normas e os “códigos de leitura próprios a cada uma das comunidades de leitura. Nisto consiste a maneira de dar uma realidade sociocultural à figura do leitor” (CHARTIER, 2001, p. 63). Cumpre aqui observar que, apesar de ainda não existirem, à época, normas fixas sobre como se citar os livros, as apropriações dos mesmos escritos e autores são regras desse grupo em especial. É importante também acrescentar que a

citação literal e as referências de obras, são formas de apropriação de leitura que ainda permitem certa liberdade de escrita.

Na tabela abaixo, temos dados relevantes desses seis viajantes, como datas de viagem e publicação. É fundamental termos sempre em mente que existia o diário escrito durante a viagem, que nada mais era do que era um pequeno caderno guardado em uma capa de couro. As páginas eram divididas por ano, meses, semanas e dias, e nessas separações colocavam-se as anotações diárias sobre as experiências do trânsito. Finda a viagem e, geralmente, em sua terra natal, o viajante redigia a memória ou a história da sua viagem.<sup>9</sup> Na composição desse texto, usavam-se as anotações do diário, alguma correspondência, relatórios enviados para os financiadores da viagem e livros de outros sujeitos que haviam realizado expedição semelhante ou escrito sobre aquele lugar. Alguns relatos eram publicados rapidamente, como o de Mawe, que terminou sua viagem em 1811 e publicou a primeira edição de *Viagem ao interior do Brasil*, em 1812. Outros tiveram que esperar uma década para ver suas anotações chegarem aos leitores, como Eschwege.

---

<sup>9</sup> Entretanto, isso não era regra. O alemão Humboldt escreveu suas memórias de viagem em Paris. De acordo com Ottomar Ette a “capital francesa le parecía al viajero vividor e asiduo – con sus bibliotecas, sus colecciones y sus archivos, con el gran número de instituciones científicas, de investigadores y letrados, y, finalmente, gracias al vínculo directo que tenía con el mundo colonial –, en comparación con Berlín, el lugar más adecuado para la consecución de sus vastísimos proyectos” (ETTE, 2008, p.116).

**Viajantes estrangeiros pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX**

Nome e data de nascimento	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Quando viagou ao Brasil	Quando publicou	Obra usada para a pesquisa
John Mawe (1764-1829)	Inglaterra/ Mineralogista	1807-1811	1812	<i>Viagem ao interior do Brasil.</i>
Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855)	Alemão/ Mineralogista	1810-1821	1833	<i>Pluto Brasiliensis: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais, 2 Volumes.</i>
Maximilian de Wied-Neuwied	Alemão/ Naturalista	1815-1817	A partir de 1821	<i>Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817.</i> Tomo I, 1821; Tomo II, 1822.
Auguste François César de Saint-Hilaire	Francês/ Biólogo	1816-1822	A partir de 1824	1824: <i>História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai.</i> 1830: <i>Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.</i> 1833: <i>Viagens pelo Distrito do Diamantes e Litoral do Brasil.</i>
Johann Baptiste von Spix (1781-1826)	Bávaro/ Zoólogo	1817-1820		<i>Viagem pelo Brasil: 1817-1820.</i> Tomo I, 1823; Tomo II, 1828; Tomo III, 1831.
Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)	Bávaro/ Médico e Biólogo	1817-1820	A partir de 1823	<i>Viagem pelo Brasil: 1817-1820.</i> Tomo I, 1823; Tomo II, 1828; Tomo III, 1831.

Fonte: MOSCATO (2017, p. 113-114).

Um dos elementos para se reconhecer uma comunidade de leitores é a identificação de livros que são recorrentes entre eles. Nesse sentido, a pergunta que precisa ser feita é que autores são referenciados nas memórias de viagem de Spix e Martius, Eschwege, Mawe, Koster, Wied-Neuwied e Saint-Hilaire? Esses viajantes liam as mesmas pessoas? Eles privilegiavam um autor em detrimento de outro? Algum autor era obrigatório nos livros de viagem sobre o Brasil? Essas questões norteiam este trabalho, mesmo que nossa intenção não seja a de respondê-las de maneira estanque.

O livro e a leitura eram fundamentais no preparo da viagem. Eles eram usados para conhecer um pouco do local do destino e das práticas

naturalistas a serem adotadas. O livro e o ato de ler também são elementos constitutivos da narrativa. Eles aparecem como companhia nos momentos de solidão, como apoio à descrição de alguma paisagem, como objeto importante e curioso nos lugares afastados ou mesmo mencionado para dar ao escrito um ar sofisticado e letrado.

Durante uma de suas viagens de exploração pela colônia portuguesa, Eschwege (1944, Tomo I, p. 291) descreveu como ele e seu grupo transformaram um espaço isolado e selvagem em um local seguro na estação das chuvas, com “pousos elevados ao abrigo dos mosquitos, cômodo mais seguro para a conservação dos mantimentos, rancho próprio para a dinamite necessária aos serviços, assim com uma cozinha, que nos livrou do incômodo da fumaça”. Ao final do árduo trabalho do bando, lembrou-se de Robinson Crusoe e se comparou ao protagonista do romance de Defoe. Wied-Neuwied (1940, p. 408) descreveu rapidamente o espanto que as cores e os desenhos dos livros com gravuras causavam nos habitantes de alguns recôncavos. Na viagem de Spix e Martius (1983, Tomo I, p. 31, 58 e 219), os livros foram objetivos recorrentes. Já na travessia, os viajantes relatavam como a “bela biblioteca do Barão de Neveu havia sido completamente inundada pelas ondas que tinham quebrado as vigas do camarote principal.” Já no Brasil, não deixaram de mencionar as bibliotecas particulares compostas de obras como as de Voltaire, Rousseau e Ovídio.

Entretanto, a maior presença da leitura nas memórias de viagem é percebida na quantidade de referências bibliográficas. Citava-se muito. Isso é facilmente comprovado por uma rápida olhada nas páginas de qualquer um dos viajantes setecentistas e oitocentistas mencionados aqui. Pode-se até entender que referenciar outros viajantes, naturalistas ou não, era parte desse tipo de narrativa. No caso da nossa

comunidade de leitores, os nomes de autores e títulos de livros são pistas para identificarmos se um conjunto de sujeitos era valorizado pelo grupo, qual autor era obrigatório e se havia a presença dos luso-brasileiros nesse conglomerado. Para uma visão global disso tudo, foram feitas tabelas de citações para cada uma das memórias do século XIX, contendo nome do citado e datas de nascimento e morte, país de origem, formação profissional, período de estada no Brasil, o local da obra no qual a citação foi realizada e a obra referenciada. Essa estruturação permitiu recriar uma comunidade de leitores. A observação de todos os quadros apresentou uma visão geral das leituras mais recorrentes no grupo e nos permitiu entender como essa prática se dava na escrita de cada um deles, se usavam mais o recurso de nota de rodapé ou no corpo textual. Do mesmo modo, no decorrer do trabalho, viu-se que uma parte significativa dos nomes que se apresentava nos quadros de leitura eram de pessoas que se conheceram em universidades e academias, e alguns ainda se encontraram durante a viagem ao Brasil.

Neste tocante, é importante atentar para os traços que Wied-Neuwied fez sobre algumas instituições científicas portuguesas. Na descrição do Complexo da Ajuda, o estrangeiro expôs as informações importantes sobre a história daquele espaço, como a dos muitos exemplares de espécies apropriados na ocupação napoleônica. Entretanto, o que mais nos interessa é que, para ele, Portugal descuidava da história natural. Sabe-se que esse tipo de interpretação não era isolado e que a crença na inexistência de uma ciência portuguesa pontuou outros relatos de viagem e incrementou o estereótipo do “atraso português”. Por essa razão, é preciso não se tomar ao pé da letra esses relatos “e suspender a crença de que eles

contêm descrições etnográficas sobre o atraso português. Melhor será considerá-los como um indicador da capacidade, sobretudo de Lisboa, para atrair viajantes e promover a formação de uma cultura cosmopolita” (CURTO, 1999, p. 26.). Nesse sentido, pode-se dizer que Wied-Neuwied apenas repetia o que se ouvia, o que se lia e o que se propagava nos círculos científicos europeus sobre as ciências portuguesas?

Em toda a sua memória, por exemplo, o Barão de Eschwege citou 26 autores. Desses, destacou John Mawe, Spix e Martius. Sabemos que o primeiro também era mineralogista e que os outros dois foram seus hóspedes em Minas Gerais. Em relação aos luso-brasileiros, seis aparecem nas páginas do texto: Alexandre Rodrigues Ferreira, Rocha Pita, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá. Dos luso-brasileiros, foram evidenciados, sempre em formato de crítica, o Intendente Câmara e o matemático Vieira Couto.

Desses autores citados, o primeiro a realizar uma viagem filosófica oficial ao Brasil foi Alexandre Rodrigues Ferreira. Como se sabe, a obra completa de Ferreira não foi publicada antes do livro de Eschwege. O alemão, que provavelmente trabalhou com Ferreira, citou o artigo que este publicou no jornal *O Patriota*<sup>10</sup>, em 1791. Essa é a única referência ao luso-brasileiro. É curta e não traz dados que possam valorizar ou denegrir o trabalho do naturalista. Eschwege apenas escreveu que “o naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1791, publicou uma pomposa descrição dessa gruta no jornal *O Patriota*. Descobriu, no interior dela, um vasto salão, que poderia contar milhares de pessoas, e

---

<sup>10</sup> Sobre *O Patriota*, sugerimos a leitura de KURY (2007).

onde numerosos crocodilos habitavam as águas estagnadas” (ESCHWEGE, 1944, Tomo I, p. 311).

O jornal *O Patriota* circulou entre 1813 e 1814, e foi o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos sobre ciência. A informação de Eschwege não confere com as datas nas quais o jornal circulou pelo país. Todavia, era comum que algumas memórias publicadas primeiramente em Lisboa, pela Academia Real das Ciências ou pelo Arco do Cego, fossem posteriormente publicadas no periódico. No caso de Ferreira, não foi ele a publicar no jornal, mas foi citado pelo Sargento-Mor do Real Corpo dos Engenheiros, Ricardo Francisco de Almeida Serra, em sua *Descrição Geográfica da Capitania do Mato Grosso*, que reproduziu literalmente toda a descrição da gruta de Ferreira. Não há no jornal nenhuma referência sobre a memória da qual foram retiradas essas informações. No contato com a documentação de Ferreira, não encontramos a descrição mencionada por Serra. Isso impossibilitou um confronto da narrativa e a compreensão do que foi apropriado pelos possíveis leitores de Ferreira.

Não há o que estranhar no fato de não haver preocupação de Serra e de Eschwege com as referências corretas da obra do luso-brasileiro. Não era um critério obrigatório de publicação para a época. Por outro lado, é interessante observar como se deu a apropriação, especialmente, a de Eschwege. Em nenhum momento, ele mencionou que sua informação veio de uma leitura indireta de Ferreira. Chartier afirma que “apropriar-se é estabelecer a propriedade sobre algo”. Esse ato consiste no “que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é a forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos” (CHARTIER, 2001, p. 67). Nessa linha, o mineralogista alemão teve toda a liberdade de colocar no

seu próprio texto as apropriações que fez dessas informações. A leitura é pluralidade e, portanto, também é criação. Na criação é que podemos perceber as modificações, os desvios e as resistências (CHARTIER, 2009, p. 40-47.)

O fato de citarem e usarem os mesmos autores é parte da dinâmica da comunidade de leitores da qual eles participavam. A apropriação “é, na ordem do discurso, a vontade por parte de uma comunidade, qualquer que seja a sua natureza, de estabelecer um monopólio sobre a formação e circulação de discursos” (CHARTIER, 2001, p. 116). Nessa premissa, nossos viajantes oitocentistas eram leitores que, juntos a outros leitores e autores, criaram “noções de gênero, estilo”, como aponta Darnton (2010, p. 193). Por outro lado, é importante considerar, a todo momento, a liberdade que o leitor tinha para fazer algo com o que ele recebia. Outro aspecto a ponderar é o contexto sócio-histórico dessa comunidade de leitores. O cenário do qual tratamos, que incluía redes de sociabilidade e ambientes especializados, apresentado nos capítulos anteriores, impõe determinadas posturas aos que desejavam permanecer nessa República das Ciências. Mesmo assim, há possibilidades de criação e invenção no processo de leitura. Todavia, vamos nos deter em encontrar reproduções dos textos e representações dos luso-brasileiros. Falemos de Spix e Martius que, antes de Eschwege, citaram Ferreira.

A menção a Ferreira em *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* é a mais interessante para se perceber os elementos de uma possível apropriação de leitura. Além do que, conseguimos encontrar a memória de Ferreira ali citada. Com os dois documentos em mãos, do Setecentos e do Oitocentos, interessam-nos possíveis intertextualidades e apropriações de leituras. A memória investigada intitula-se *Espetáculo da colheita dos*

ovos de tartaruga, da obra de Spix e Martius. Essa era uma atividade comum na antiga Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. Na ocasião da viagem à América, entre 1783 e 1792, o luso-brasileiro escreveu três memórias sobre esse cultivo: a *Memória sobre as Tartarugas*, a *Memória sobre as variedades de tartarugas que há no Estado do Grão-Pará e do uso que lhe dão* e a *Memória sobre a Jurararetê* (FERREIRA, 1974). Há um intervalo de 35 anos entre as duas viagens. A viagem filosófica ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira foi realizada entre 1783 e 1792, e a de Spix e Martius em 1816 e 1822. Quando observamos atentamente os mapas de ambas as viagens (MOSCATO, 2017, p. 199-200), percebemos a semelhança no trajeto das duas expedições, em especial, à Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. As duas viagens passaram pela região em que o episódio acontecia. Nesse sentido, os textos desses viajantes são, também, resultado do olhar treinado do naturalista. Por outro lado, Martius, que na ocasião viajava sem Spix, descreveu algo esplêndido, mas não inédito para essa literatura e para os viajantes de seu tempo.

Temas, como a descrição da desova e a do feitiço da manteiga de ovos tartaruga proporcionaram aos naturalistas viajantes do século XIX cenas memoráveis, e tornaram-se recorrentes. Apenas como exemplo, temos os naturalistas ingleses Alfred Wallace, que observou a natureza amazônica entre 1848 e 1852, e Henry Bates, que permaneceu na região entre 1848-1859. Antes deles, o príncipe alemão Wied-Neuwied (1940) viajou pela costa do Rio de Janeiro à Bahia (1815-1817) e também descreveu a caça às tartarugas e a colheita no Rio Doce, na região do atual Espírito Santo.

No século anterior, nas três memórias que Ferreira havia escrito sobre a desova e a coleta de ovos das tartarugas o tom foi o de relatório, um estilo que acompanhou a maior parte de suas memórias. Ferreira

descreveu as quinze variedades de tartarugas, o nome indígena das espécies, as diferenças físicas entre machos e fêmeas, os meses nos quais acontecia a desova, apontou as quatro formas de se apanhar a tartaruga e narrou sua experiência de degustação da carne. De todas as informações dadas por Ferreira, a descrição do feitio da manteiga e o uso que se fazia desse produto foi a mais minuciosa. Ela foi mencionada em duas das memórias, com os números de produções, os valores de cada um dos potes de manteiga, as técnicas utilizadas para a obtenção de tipos diferentes do produto e outras informações sobre o seu comércio. Na memória, um desenho da espécie e quadros sobre o pesqueiro da Fazenda Real de Barcelos apoiavam o tom de relatório, o que não é uma novidade. Lembremos de que o luso-brasileiro teve como mentor Domingos Vandelli e que seguia à risca as orientações de Martinho de Mello e Castro e da Academia Real das Ciências de Lisboa. Era imprescindível identificar, coletar e propagar o maior número de informações que pudessem favorecer economicamente e cientificamente o Reino. As exigências de seu mentor e seus financiadores são percebidas na sua descrição:

Depois de apanhadas as tartarugas, tratam de aproveitar-se os ovos, para este fim saem de cada povoação uma canoa de comércio das manteigas e ainda particulares que as podem ter providas de potes que podem levar, se encaminham para as praias. Porém que se destina à feitura da manteiga somente, não se encaminham para as praias, logo que sai a primeira fileira delas: esperam que saiam 2 e 3 vezes diferentes fileiras, e quando notam que a praia está cheia de covas com ovos, e que as tartarugas já não saem em tanta quantidade, se lançam sobre elas. Juntam aos montes sobre as praias os ovos que descobrem nas covas, que são 100, 150 e às vezes 200 em cada uma, que é a postura de cada tartaruga. Se querem que funda mais a manteiga, deixam-se fermentar por 4 a 5 dias, então ela sai rançosa e com

mais cheiro. Se os ovos se preparam frescos, são logos metidos em uma canoa que é reservada para esse fim e vão pisando com os pés, como se faz em Portugal com as uvas. Sobre os ovos pisados lançam água a qual depois de mexida e incorporada com eles, deixa sobrenadar o óleo. Com a mesma água se dissolve muita parte da clara. As cuias e com preferência as válvulas das conchas itãs, são colheres com que a tiram de cima da água sobrenadante e a lançam dentro dos tachos. Segue-se colocarem no fogo, depois esfriam em panelões à parte e daí para potes. Serve para temperar as comidas e fritar peixes, para as luzes domésticas, e para incorporar com o breu, quando fazem para calafetarem as canoas (FERREIRA, 1974, p. 27).

Von Martius também escreveu sobre esse episódio, e repetiu padrões de descrição, mas adicionou novos elementos, como a citação de outros autores que haviam escrito sobre tartarugas de rio:

De manhã cedo, os botes, bem calafetados, enchem-se até ao meio com ovos, que são quebrados com tridentes de pau, semelhantes aos nossos forcados, e, finalmente esmagados com os pés. Como os ovos contém pouca clara e muita gema, a mistura parece uma papa amarela, na qual sobrenadam pedaços de casca. Deita-se água por cima, e fica essa massa exposta à ação do sol tropical, que já a cabo de três a quatro horas, faz subir à superfície o óleo gorduroso por ser o ingrediente mais leve. Dali é ele apanhado com cuias e colheres feitas de grandes conchas fluviais e juntando em grandes potes de barro. Repete-se em cada canoa o processo de esmagar, mexer e colher duas a três vezes, obtendo-se com isso a maior parte do óleo. Esta papa tem agora a cor e consistência de gemas batidas. Despeja-se em grandes caldeirões de cobre ou de ferro, colocados sobre um fogo brando, onde durante algumas horas, é mexido, espumado e clarificado, com o que a parte coagulante se precipita. A parte líquida, cuidadosamente retirada, é segunda vez cozida sobre o fogo ainda mais brando, até não formar mais bolha alguma, quando então toma cor e consistência de banha derretida (SPIX & MARTIUS, 1983, p. 164).

Além de citar Alexandre von Humboldt, surge uma referência a Aeliano (a única informação que obtivemos foi a de que se dedicou aos estudos das tartarugas egípcias). Como Ferreira, Martius detalhou a desova, descreveu a espécie, apresentou dados sobre o número de ovos e de potes. Por outro lado, seguiu um padrão de viagem romântica, adotado por Humboldt e comum a sua geração. Assim, o mesmo fato é apresentado com elementos próprios dessa escrita oitocentista como o da solidão e a do culto à experiência do viajar:

Um confuso fervedouro desses animais escurece então até longe o areal claro, e tão apressadas correm e voltam, que, cerrados lado a lado, ou mesmo um por cima do outro, procuram tomar a dianteira, e o chocar dos cascos, semelhante ao estrépido de carros pesados, se ouve a grande distância no silêncio da noite. A este espetáculo assisti num barco de areia do Japurá, onde estavam reunidas no mínimo algumas milhares de tartarugas; naquela inquietação noturna, tem algo de arrepiar (SPIX & MARTIUS, 1983, p. 163).

Quando confrontamos os textos de Ferreira com o de von Martius observamos elementos obrigatórios e de uso de uma comunidade linguística que deve partilhar e propagar um mesmo argumento. A desova e a colheita de ovos da tartaruga de água doce são alguns desses argumentos. Esse espetáculo, que mesclava natureza e atividade humana, aparece carregado de reescritas e apropriações. Entre elas, temos o destaque às montanhas de ovos que se formava na areia e as canoas enfileiradas nos rios, a espera para iniciar o trabalho de quebra e mistura da clara e da gema. São detalhados também o fabrico da manteiga, como os ingredientes usados e os utensílios para essa mistura, como o uso das colheres de conchas da região. Por fim, ressaltam a utilidade desse material: temperar as comidas, fritar a carne e como combustível para iluminar o breu das vilas afastadas.

Diante dessa comparação textual, a primeira pergunta que nos fazemos é: teria von Martius lido Ferreira? Se considerarmos somente os dados existentes na obra de Martius, supõe-se que sim. Mesmo que seja possível perceber uma intertextualidade própria do episódio, que era recorrente em muitos viajantes, Martius citou Ferreira, conhecia seu trabalho de naturalista. Lembremos que o Complexo da Ajuda foi um dos espaços que manteve um amontoado de mundos, incluindo as coleções da Viagem Filosófica de Ferreira, que foram enviadas durante os anos de seu trânsito. O luso-brasileiro também foi diretor do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, entre 1799 e 1807 e, provavelmente, recebeu os muitos viajantes estrangeiros que visitavam o espaço (BRIGOLA, 2010). Do mesmo modo que a Academia Real de Ciências e as bibliotecas de nobres, o Museu da Ajuda era roteiro obrigatório de viajantes. Alguns tinham somente Portugal como destino, outros faziam de Lisboa uma parada obrigatória no seu retorno da viagem à América portuguesa. Entre eles, Wied-Newvied (1940). Do mesmo modo, Lisboa foi destino de Martius. Entretanto, de acordo com sua Memória, o navio atracou em Belém na ocasião da Revolução do Porto (1820), e os integrantes da expedição não puderam realizar as visitas às instituições científicas como haviam programado.

Provavelmente, os ânimos causados pela Revolução de 1820 dificultaram os planos dos cientistas, e esse fato foi recebido com desânimo pelos alemães e austríacos. O Complexo da Ajuda mantinha coleções de colônias americanas, asiáticas e africanas, o que tornava o local um destino ambicionado por naturalistas de toda a Europa. Por outro lado, eles também sabiam que exemplares dos manuscritos, animais empalhados, peixes secos e plantas aclimatadas há tempos já não eram somente propriedade portuguesa. Desde a fundação do

Gabinete da Ajuda, os museus e jardins europeus tinham acesso às muitas informações das coleções, e uma das vias era a enorme rede epistolar mantida por Domenico Vandelli. Sabiam também que o Museu de História Natural de Paris guardava, desde 1808, coleções de mamíferos, aves, herbários, minerais e manuscritos, oriundas da Ajuda, trazidas na ocasião da invasão francesa, em 1807. O naturalista responsável por esse “rpto” foi o famoso e muito lido Geoffroy Saint-Hilaire. Lorelai Kury (2008) trabalhou com a listagem dessa apropriação das coleções lisboetas. No documento divulgado pela historiadora, há dados discriminados sobre os mamíferos e as aves, mas não dos répteis. Pela mesma pesquisa, sabemos que sessenta e dois exemplares de répteis foram recolhidos.

Não há intenção de confirmar se Martius teve acesso a esse capital científico. Entretanto, as informações acima mencionadas devem ser consideradas para pensarmos sobre como as pesquisas de Ferreira eram conhecidas nessa comunidade de leitores que estamos estudando. Se todo escrito é uma negociação, como argumenta Chartier (2002, p. 10-11), pode-se:

[...] entender as obras como produções coletivas e como resultado de ‘negociações’ com o mundo social. Essas “negociações” não são somente a apropriação de linguagens, de práticas ou de rituais. Elas remetem, em primeiro lugar, às transações, sempre instáveis e renovadas, entre a obra e a pluralidade de seus estados.

Desta forma, a análise do jogo de referenciação e citação entre os diversos autores/leitores viajantes, quantificado para efeitos de análise detalhada (MOSCATO, 2017, p. 204-219), exemplificada aqui no exemplo das tartarugas, objetivou demonstrar Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire,

Wied-Neuwied, Spix e Martius como leitores que tiveram mais coisas em comum que somente sua viagem ao Brasil. Alguns deles se encontraram pessoalmente na colônia portuguesa e trocaram diversas informações foram fundamentais para seguirem viagem e, posteriormente, torná-la um texto a ser lido. Tiveram muitas leituras semelhantes, o que nos possibilitou classificá-los como uma comunidade de leitores com normas e usos próprios. Identificar que liam os mesmos textos e também se os liam foi essencial para entender esse grupo formado por viajantes complexos e bem diferentes do homem solitário e do viajante e que tudo viu e experimentou. Reconhecemos aqui as semelhanças significativas nas descrições sobre os luso-brasileiros e isso só confirmou a complexidade do mundo do leitor e dessa comunidade de leitores que incluía ressignificação, repetição e construção de representações importantes ao mundo científico.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à historia da natureza para reformar hum Museo Nacional*. Lisboa: Tipografia Régia, 1781.
- ARAÚJO, A. C. (Coord). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.
- ARAÚJO, A. C. *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Coordenação de Documentos Escritos*. Seção de Arquivos Privados. Fundo Marquês do Lavradio: inventário/Arquivo Nacional. -Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Ritmos da vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BRIGOLA, J. C. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2000.
- BRIGOLA, J. C. *Os viajantes e o livro do museu*. Porto: Edição Dafne/CHAIA, 2010.
- BONATO, T. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783- 1822)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro. “Sou um cidadão ligado aos interesses do Estado”: Intelectualidade luso-brasileira e suas relações com o Estado português (1777-1808). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-23, 2007.
- CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- CATÁLOGO dos Manuscritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pertencentes à sua viagem do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, os quaes forão entregues por ordem superior pela viúva do dito Dr. Alexandre, D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira, em 5 de julho de 1815. AHMB, ARF 23.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1999.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.
- COSTA, M. de F. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. III (suplemento), p. 993-1014, 2001.

- CRUZ, Ana Lúcia R. B. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- CRUZ, Ana Lúcia R. B.; PEREIRA, Magnus R. de M. História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, J. et. al. (Orgs.) *Nas Rotas do Império*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.
- CURTO, D. R.; TUDELA, A. P. *A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801): “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DENIPOTI, C. *Um livro sobre livros: cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios; coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), p. 823-38, 2001.
- DOMINGUES, A. Um governador ilustrado: Francisco de Souza Coutinho, governador do Estado do Grã-Pará e Maranhão. In: DOMINGUES, A. *Monarcas, Ministros e Cientistas. Mecanismo de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. Lisboa: Centro de História do Além-Mar; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2012.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Pluto Brasiliensis; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais*. São Paulo: Editora Nacional, 1944. 2 Tomos.
- ETTE, O. *Literatura em Movimento*. Espacio y dinámica de una escritura transgresora de fronteras em Europa y America. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.
- FERREIRA, A. *O Doutor Alexandre Rodrigues*. Documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.
- FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

- FRANÇA, J. M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos. 1531-1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ/José Olympio, 1999.
- FRANÇA, J. M. C.; RAMINELLI, R. *Andanças pelo Brasil colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KURY, L. As coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: CAMARGO-MORO, F.; KURY, L. (Orgs.). *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. S./l.: Dantes Editora, 2008.
- KURY, L. (Org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- MARTINS, M. F. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs.). *O Brasil Colonial*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro In: MAXWELL, K. *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p.157-207.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. Manoel Ferreira da Camara Bethencourt, e Sá. Intendente geral das Minas e dos Diamantes. 1764-1835. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.
- MONTEIRO, Nuno G. F. *Elites e Poder*. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- MOSCATO, Daniela Casoni. *O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 2006. Tese (Doutorado em Educação Aplicada às Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PEREIRA, M. R. de M. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português*. Coleção Ciência e Império, volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p. 166-170.

- RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SANTOS, N. P. C. dos. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, L. M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVA, A. M. D. *Portrait d'un homme d'état, D Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812: Les années de formation, 1755-1796*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- SILVA, M. B. N. da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friefrich Philipp. *Viagem pelo Brasil: 1817- 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.
- VANDELLI, Domingos. *Viagens Filosóficas* ou dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar. Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha 405, s./d.
- VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783- 1800). *Revista Tempo*, Niterói, n. 23, p. 150-175, 2007.
- WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11 (supl. 1), p.131-140, 2004.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

# 3

## **DA ELEIÇÃO DOS BONS MESTRES: AGENTES RECOMENDADOS PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS EM IMPRESSOS PEDAGÓGICOS PORTUGUESES (SÉCULOS XVII E XVIII)**

*Fernando Ripe*<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A publicação em Portugal de obras pedagógicas, desde os finais do século XVII e ao longo de todo o século XVIII, contendo a divulgação de prescrições ideais para criação dos infantis ganhou centralidade na cultura impressa no período. Esses impressos, sobretudo, orientavam não somente a aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem, como, também, instruíam hábitos físicos saudáveis e o compartilhamento de práticas civilizadas muito próximas do pensamento urbano, moral e religioso da época. Uma recorrência nessa discursividade era a incitação aos pais a buscarem mestres habilidosos para conduzir as crianças no caminho da aprendizagem das sociabilidades e da ética-cristã. Assim, a recomendação por Mestres se configurou como um imperativo cuja boa seleção foi minuciosamente descrita por alguns autores. Esse cuidado, pode revelar o quanto o regime de educabilidade,<sup>2</sup> disposto na sociedade

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação; Professor da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl); fernandoripe@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Importante esclarecer que cada sociedade, a seu tempo, admite seu próprio regime de educabilidade. Tais regimes são construídos por discursos de interesse institucional, político, econômico e social. Dito de outra maneira, são modos de dizer e ver a educação de uma dada sociedade, por meio de um sistema microfísico de poder, cujo efeitos discursivos produzem um esperado resultado. Assim sendo, formam possibilidades de constituir modos de subjetivação. Sugere-se a ideia de regime de educabilidade enunciada em Magalhães (2011).

européia moderna, colocou a figura do Mestre como “lugar de honra” no processo educativo e de transformação moral e social. Diante disso, o presente capítulo tem como principal intenção discutir o significado lexicográfico da palavra Mestre, percebendo sua configuração em um conjunto de impressos pedagógicos, publicados em Portugal durante o final do século XVII e ao longo de todo o XVIII, de modo a compreender a enunciabilidade que incitava a família moderna portuguesa a estar atenta aos princípios, normas e conselhos relativos à educação e instrução dos seus filhos. O processo de constituição da profissionalização do Mestre é caracterizado por uma grande diversidade de sentido, de modo que a função docente pode ser entendida como um processo que historicamente foi separando o “conjunto das outras funções desempenhadas pelas famílias e pelas comunidades, tendo sido confiada a um grupo de indivíduos que passaram a ter a responsabilidade de ensinar às crianças um certo número de conhecimentos, de técnicas e de comportamentos” (NÓVOA, 1987a, p. 415). Contudo, discursivamente, no universo da cultura impressa, notadamente nas obras pedagógicas, identificaremos a relevância dos sábios Mestres no processo de educabilidade das crianças, uma vez que há a recorrência de enunciados defendendo com vivacidade a importância dos Mestres para garantir o exercício da “boa educação” dos pequenos. Do mesmo modo, identifica-se, também, proposições que, sustentadas por um discurso de racionalidade e de cientificidade, indicavam como os Mestres deveriam se valer de estratégias de coerção subjetiva para atingir um corpo infantil civilizado (dócil, obediente, piedoso) e de novos/diferentes métodos para instruir uma população, que naquele momento, era predominantemente não alfabetizada.

## **MESTRE: OS SIGNIFICADOS LÉXICOS E SIMBÓLICOS PARA O AGENTE DA “BOA EDUCAÇÃO”**

O léxico Mestre representa simbolicamente uma figura da manifestação da organização social, uma chave simbólica para a compreensão das culturas educativas e dos regimes de educabilidades existentes em determinados contextos. Não obstante que a historiadora espanhola Teresa Gonzalez Perez (1993) tenha afirmado ter a figura do Mestre variado de acordo com cada época histórica. De modo a serem dependentes das estruturas tradicionais da sociedade, assim o Mestre pode ser percebido como parte de uma resistência passiva durante as transformações dos processos educativos. Contudo, como a autora identificou, foi o Mestre, que através dos tempos, instruiu, formou, se valeu dos privilégios de sua idade e do seu saber, para atuar como uma espécie de juiz e executor, atribuindo reprovações, castigos e prêmios, fazendo com que a profissão do magistério assumisse importante papel no imaginário social.

Aqui, estamos pensando em dois condicionantes emergentes na atribuição dos significados simbólicos sociais do léxico Mestre. O primeiro referente ao processo de alfabetização presente no espaço luso setecentista, em que o “ensino e o acesso às capacidades de leitura e de escrita diversificaram-se, mediante circunstâncias, necessidades, categorias sociais” (MAGALHÃES, 2010, p. 106), tendo na ação do Mestre o principal agente dessa transformação social, obviamente, a alfabetização. O segundo é relativo ao desenvolvimento gradativo da escolarização secularizada. A passagem paulatina das escolas monásticas para unidades urbanas fez com que o Mestre se tornasse a principal responsabilidade na instauração desse modelo. A

escolarização no Setecentos luso “nasceu no seio deste movimento social [modernidade] e das suas interações culturais, com o objetivo de assumir a responsabilidade pela educação dos ‘filhos dos homens’, o que não constituía uma tarefa primordial das escolas já existentes na Idade Média” (NÓVOA, 1987a, p. 414) (portanto, as escolas no interior de Igrejas e Monastérios). Sendo que ao Mestre lhe foi conferida a principal responsabilidade por essa educabilidade.

Tendo em vista essa dupla perspectiva, nos questionamos: como o Mestre ocupou lugar simbólico nessa emergência da educabilidade moderna? Como o Mestre se configurou como o sujeito responsável pela escolarização dos infantis? Decerto, como aventou Nóvoa (1987a, p. 413) as sociedades humanas organizadas compreendem o mundo por meio da “reprodução de um conjunto de normas sociais através das quais os homens dão forma à sua vivência”. Cabe destacar, que temos a expectativa de compreensão dos significados atribuídos ao léxico Mestre em determinado contexto, portanto, distinto daqueles que foram estabelecidos pelas relações entre Mestre e Discípulo da Antiguidade ou do Medievo, por exemplo.

Sendo assim, buscamos em *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault (2007, p. 468) a evidência de que só se podia falar do homem a partir daquilo que o constituiu e, portanto, o precede, ou seja, a partir da estrutura e das condições de possibilidade do conhecimento. Desse modo, para se pensar o sujeito se faz necessário problematizar o que vêm a ser tais condições de possibilidade do conhecimento e o que estas condições engendram, como, por exemplo, a linguagem, pois ambas, a noção de sujeito e a da linguagem, estão implicitamente ligadas e por sua vez concatenadas sob a égide da estrutura.

O significado seria, por assim dizer, a apreensão e associação da coisa representada pelo significante podendo ter significados dos mais diversos. Os signos ou símbolos estão sujeitos ao interpretante, por meio de um código de linguagem específico, onde o signo passa a estar numa situação possível de enunciação pela fala, gestos, imagens, entre outros. Por isso, não podemos nos afastar de algumas limitações impostas, quais sejam, por exemplo, a temporalidade e o geográfico. Desse modo, os significados simbólicos carregam sentidos específicos a determinadas culturas, ainda que ocorram permanências desses usos e abusos transmutados em tempos e espaços.

Foucault (2007, p. XVI) nos permite compreender os códigos como sendo fundamentais de uma cultura, uma vez que “regem as palavras, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas”. De tal modo que, entre os usos do vocábulo Mestre, poderíamos situá-lo por meio de um código ordenador e de reflexões sobre sua ordem. Nesse sentido, o presente estudo, se constitui como uma experiência de análise. Tratar-se-ia de mostrar o que o léxico veio a se tornar, durante o século XVIII português, no meio de uma específica cultura pedagógica e social; de que maneira a palavra foi falada, como foi percebida e reunida, quais foram suas trocas, como foi praticada, como a cultura manifestou a existência de um ordenamento, como foram estabelecidas suas regularidades e qual o seu valor representativo.

A etimologia do substantivo Mestre tem origem latina, cujo significado de *magister* é a designação para o que manda, dirige, ordena, guia, conduz, diretor, inspetor, administrador, o que ensina. Já, por influência do francês antigo, os verbetes *maestre* e *meestre* compareceram como formas de indicar o “principal”. Contudo, no

grego, *Kyrios*, o significado se aproxima da representação de “Senhor”, “Lorde” e, principalmente, de “Mestre”, porém também era utilizada como sinônimo, entre os cristãos gregos, de Deus ou Jesus. Sendo assim, percebe-se, desde já, que a designação Mestre carrega um forte significado simbólico desde a Antiguidade, mas que obviamente sofreu transformações na forma de atribuir sentidos e apropriações culturais.

No *Vocabulario Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau (1638-1734), o verbete Mestre comparece como sendo “aquele que sabe, & ensina qualquer arte, ou sciencia”, alertando, ainda, que “não pòde ser bom mestre, quem primeiro não foi discípulo” (BLUTEAU, 1721, v. 8, p. 455). O clérigo Bluteau acrescentou duas emendas da Antiguidade. A primeira, que, de acordo com a Lei de Pitágoras, fosse justo que “cada anno fossem os discipulos jurar no templo o proveito que havião tirado da doutrina do mestre, & q lhes darião pago proporcionado”; a segunda, de que os “pays dão o viver, os mestres o viver bem”, não por isso que em vida o Imperador Antonio “mandou levantar estatuas de ouro aos mestres que o tinham ensinado” (BLUTEAU, 1721, v. 8, p. 455).

Bluteau ainda configura as derivações da palavra, como “Mestre do Sacro Palacio”, como sendo o oficial que analisa todos os livros impressos no Palácio do Papa; “Mestre Ecumenico”, aquele que “lograva este titulo o Director de hum famoso Collegio, edificado pelo Emperador Constantino Magno na Cidade de Constantinopla, porque tinha hũa noticia universal de tudo o que deve saber hũ homem douto” ou, porque este “tinha gèralmente a seu cargo todas as cousas concernentes à administração do dito Collegio”; Mestre Artífice, Mestre de Obras, Mestre de espírito – qual seja o “Director em matérias de consciencia, & concernentes ao espirito” –, Mestre Escòla e por fim a indicação de Mestre é um “titulo muito usado nas Universidades, & Collegios, & se

deve particularmente aos Doutores na sagrada Theologia, ou a Varões de singularidades letras, & doutrina” (BLUTEAU, 1721, v. 8, p. 458).

Por sua vez, o *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antonio de Moraes Silva (1755-1824) – o qual se trata de uma versão reformada e acrescentada daquela apresentada pelo padre Bluteau – agrega ao verbete Mestre a capacidade daqueles “que sabe bem qualquer coisa”, bem como adiciona as derivações de “Mestre da não”, o qual seria aquele que “tem á sua conta o velame, cordoalha, palamenta, e aparelhos de não, e assim a dispensa das provisões; e dá conta da despeza dela nos armazens reas”; Mestre de Artes, Mestre Sala, “trinchante da Mesa Real”, Mestre de Campo General.

No corpo social, outras designações também foram utilizadas para o léxico mestre. E, isso pode ser evidenciado quando examinamos o verbete Mestre como indexador no catálogo de fontes da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), tendo como limitador temporal o século XVIII. Nessa aferição, realizada em distintos impressos, identificou-se similaridades nos significados e usos, como se pode constatar nas seguintes ocorrências: Mestre cathechizante, Mestre de música, Padre Mestre, Gram Mestre para se referir a Cavaleiro, Mestre de Capella, Mestre de Campo [Bélico], Mestre Sapateiro, Mestre de Avis, Mestre francês, Mestre de leitura, Mestre de tanoaria, mestres de cordoaria, mestre da ferraria, mestre dos reparos, Mestre de Rethorica, Mestre de poesia, Mestre de ceremonias, Mestre em Artes, Mestre carpinteiro, Mestre pedreiro, mestre fundidor, mestre de aparelho da Real Academia de Guardas-Marinhas, Mestre de esgrima, Mestre de meninos, Mestre carpinteiro de coches, Mestre das carreiras de Angola, Mestre de Noviços e Mestre Espiritual.

Todavia, também foi possível identificar a existência de um notável desnível social da palavra quando comparada ao seu uso no gênero feminino, uma vez que *Mestra* foi restritamente enunciado como sendo a mulher que ensina meninas a ler, cozer etc. Enquanto, para o gênero masculino o principal significado simbólico era a detenção de um notório saber, sendo recorrentemente enunciado o *Mestre* como aquele que sabe e ensina qualquer *Arte*, ou *Ciência*. Esse aspecto pode ser conferido em anúncios publicados nos periódicos lisboenses que noticiavam a presença de mulheres oferecendo os seus serviços educativos, tal como no anúncio do *Hebdomadário Lisbonense* de 1764 que diz o seguinte:

Quem quiser mandar ensinar meninas a boas educações, a ler, escrever, cozer, fazer meia, luvas, e a Doutrina Cristã, poderá falar a uma *Mestra* moradora na rua da Triste Feia, à Nossa Senhora das Necessidades, que ensina a preço de um tostão cada Mês e um pão todos os Sábados (*apud* NÓVOA, 1987b, p. 417).

Vale ressaltar que a profissão de *Mestre* de Primeiras Letras, no sistema escolar oficial, neste período é uma profissão masculina. “Apenas no setor particular achamos referências a *Mestras*, por vezes estrangeiras” (FERNANDES, 1994, p. 270). Sabe-se, também, que a idade mínima para ingresso na profissão era de 18 anos, podendo se prolongar por idades avançadas. Os baixos vencimentos na profissão de *Mestre* contribuía para a procura de outras ocupações capazes de auxiliar na renda. Exemplo disso, é o reconhecimento que Jerónimo Soares Barbosa (1792) fez em um relatório direcionado ao Reitor após a realização de uma visita de inspeção, *Conta geral da primeira visita das Escolas da Comarca de Coimbra no ano de 1792*, a qual constatou que “entre os

Mestres os menos descuidados são os que não tem outra ocupação senão a do seu ensino”. Esse tipo de situação revertia, como constatado pela historiadora portuguesa Áurea Adão (1995), em numerosas queixas realizada pela população contra os Mestres Régios que ocupavam mais tempo em outros serviços do que propriamente na atividade docente. De acordo com a autora, “Santos Marrocos, em fins do século [XVIII], denunciava os mestres régios que, a título de ‘Aula de horas vagas’, cobravam dinheiro aos alunos que tinham mais posses” (MEMÓRIA *apud* ADÃO, 1995, p. 301).

Em linhas gerais, as ocupações mais exercidas eram as de presbíteros seculares, escrivães e curadores de órfãos. Mas não podemos descartar a inclusão de cirurgiões, bacharéis em Direito e boticários fazendo parte do corpo de Mestre na centúria do Setecentos luso. Importante também assinalar a inclusão de Mestres que se ocupavam de atividades mecânicas, como barbeiros, sapateiros e alfaiates. Com isso, queremos indicar a ausência, à época, de medidas mais específicas, as quais poderiam exigir não somente uma comprovação dos conhecimentos que o Mestre afirmava possuir, mas que também lhes proibisse atividades alternativas. Essa ausência regulatória só seria, em parte, superada com a Lei de 6 de Novembro de 1772, uma vez que, conforme Áurea Adão (1995, p. 301), “sempre que lhe chegava alguma informação, a Real Mesa impedia o exercício de qualquer ocupação que se apresentasse incompatível com a principal e que afastasse o mestre do cumprimento das suas obrigações, com prejuízo para as populações”.

Outro aspecto relevante é que até o final do século XVII europeu, a maior parte das escolas não somente eram direcionadas à educação de meninos, como sua administração também estava à cargo de vigários e

párocos. No início do século subsequente, houve gradativa redução do número de eclesiásticos no controle dessas instituições, de modo que os paroquianos buscaram na figura dos clérigos seculares e dos professores leigos como sendo os mais hábeis para a tarefa de educar/instruir. Outro elemento significativo nesse processo, é a própria constituição das escolas locais, algumas fundadas por ações individuais de algum senhor beneficente, de um burguês em ascensão social ou de um devoto abastado que, em muitas vezes, destinavam significativas somas e bens, em testamentos, à Igreja ou à comunidade, a fim de perpetuar instituições escolares úteis à Nação. O que se verificava, então, é que a configuração do Mestre – nessas instituições locais – não estava relacionada com um sistema de formação, mas sim na exigência de bons costumes, na habilidade de saber ler, escrever e contar razoavelmente. De modo geral, esses Mestres eram incultos e suas práticas de disciplinamento eram duras e, por vezes, brutais, uma vez que, antes de exercerem a função de Mestres, muitos tinham sido: sacristãos, ex-soldados do Rei, notários etc. Por outro lado, não podemos desconsiderar a existência de alguns mecanismos reguladores da profissão docente, uma vez que a Real Mesa Censória, notadamente a partir da Lei de 6 de novembro de 1772, julgava ser necessário avaliar os conhecimentos dos Mestres, antes mesmo desses iniciarem suas atividades. Por esse motivo, o preenchimento das vagas se dava mediante a realização de provas que aferiam a Leitura, Escrita e Aritmética que, conforme indicou Adão (1995, p. 302), seriam “matérias em que deviam mostrar ‘desembaraço, certeza, e perfeição’, como no que dizia respeito à Doutrina Cristã, que tinham obrigação de saber bem ‘para ensinarem a seus discípulos cuidadosamente’”. O processo de seleção dos Mestres era realizado por meio de exames aplicados nas

idades de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora. Composto, ainda esse procedimento, estava a comprovação das informações pessoais de cada candidato, destacando sua naturalidade, estado civil, onde residiam, a ocupação que tinham e quais eram seus costumes. Geralmente essas explicações eram validadas pelos párocos das freguesias, que ratificavam a idoneidade do candidato a ocupar o cargo de Mestre.

Para a historiadora da educação, Maria Celi Chaves Vasconcelos (2005, p. 53) a denominação dos agentes educadores foi constantemente alterada, “acompanhando as mudanças que vão ocorrendo no interior dessas práticas [educativas] e também a sua existência nos diferentes contextos [doméstica, escolarizada] nos quais é observada”. Ainda, de acordo com a autora, denominava-se professor, somente, o que lecionavam em colégios, enquanto que os Mestres eram os que praticavam a educação das crianças nos espaços domiciliares, incluindo também a figura dos aios, preceptores, amos, tutores e governantes. Sendo que, “mais tarde, ao longo das décadas da segunda metade de Oitocentos, as nomenclaturas de professor e professora passam a ser usadas, indistintamente, para os sujeitos que se ocupavam da educação tanto nas Casas como nos colégios” (VASCONCELOS, 2005, p. 53).

No século XVIII português, identificamos a ocorrência legislativa que previa a existência de dois modelos de Mestres. Os *Mestres de ensino particular*, que dada as circunstâncias tinham como finalidade suprir a falta de uma escola régia. Não obstante, esses Mestres também deveriam estar habilitados por meio dos exames de capacidades exigidos pela Lei de 1772. Do contrário, o Mestre que atuasse sem licença poderia incorrer no risco do pagamento de pesadas penas, que iam além do pagamento de multas e/ou prisões, até casos de degredos. Já os *Mestres régios*, que atuavam nas escolas oficiais de ler, escrever e contar

na segunda metade do século XVIII instituídas pela reforma pombalina das primeiras letras, eram obrigados a “prestar juramento perante o Presidente da Real Mesa, de joelhos e sobre os Santos Evangelhos, comprometendo-se a ‘guardar em tudo’ o serviço de Deus e do rei, ‘na observância das Instruções determinadas para as Escolas menores, e no mais concernente ao dito emprego” (ADÃO, 1995, p. 305).

### **ENUNCIABILIDADES RELATIVAS À ELEIÇÃO DOS BONS MESTRES**

Após enunciarmos os distintos modos de se constituir na profissão de Mestre, no período analisado, identificando que para desempenhar a profissão os Mestres deveriam não somente possuir aptidões intelectuais, aferidas em exames, como terem costumes e condutas concernentes à moral, à ética-cristã e à vivência em sociedade da época. Diante disso, passamos a analisar uma série de enunciados que consideravam na figura do Mestre um conjunto de aspectos essenciais que regiam o seu comportamento dentro e fora das escolas. Tais enunciados foram coligidos de uma cultura impressa que propagava no Reino português obras de cunho pedagógico, que alertavam os necessários cuidados na boa eleição dos Mestres.

Desde os finais do século XVII e muito especialmente no século XVIII, muitos autores contribuíram com reflexões relacionadas aos comportamentos sociais e morais, sobretudo da nobreza e dos grupos sociais mais abastados. É importante mencionar que a preocupação com a educação moral das crianças não era um dado novo nos finais do seiscentos, pois, como destacou o frei dominicano Pedro de Santa Maria (1496-1564) no prólogo de sua obra *Tratado da boa criação e policia christã que os pays devem criar seus filhos* (1633), “tudo o que se pode

dizer, já está dito. Com tudo, como a malícia dos tempos tem deitado tão profundas raízes [...] Obrigação nos fica de trazer sempre à memória & fazer nova repetição da boa doutrina, & bons conselhos”.

Partimos do pressuposto, como já destacado anteriormente, de que existe uma relação entre o conjunto das instituições educativas destinadas à infância e a situação social das crianças. Nesse sentido, compreendemos que o acesso à escolarização era limitado e direcionado a poucos. Todavia, como observou Rogério Fernandes (1994), uma das qualidades dos portugueses é o gosto da vida em família e o bom acolhimento aí concedido às crianças, de modo que outros grupos sociais poderiam também primar pela educação dos filhos a partir do trabalho dos Mestres.

A caracterização e especificação do vocábulo Mestre não é uma tarefa muito fácil, devido à grande heterogeneidade dos usos e dos indivíduos que exerceram essas atividades, principalmente o Mestre-Escola cujo emprego era a docência. Tanto que, de acordo com o historiador da educação português António Nóvoa (1987) – ao analisar o processo de constituição do sujeito professor –, haveria um pouco de tudo na profissão. Artesãos que, paralelamente ao seu ofício, ensinavam as crianças a ler e, por vezes, a escrever, do mesmo modo que há numerosas referências a sapateiros, barbeiros, carpinteiros, etc., que foram Mestres-Escola. O autor, também identificou a existência de Mestres Particulares que, sobretudo nos espaços urbanos, davam lições privadas nas casas dos nobres e dos burgueses, cujo pagamento aos serviços prestados eram ínfimos valores ou, tão somente, trocados por simples refeições. Também, haveriam trabalhadores que, impedidos de exercerem atividades desgastantes do ponto de vista físico, recebiam as

crianças em suas próprias residências para ensiná-las a ler, escrever e contar.

No tratado do jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), *Arte de crear bem os filhos na idade da Puericia*, o religioso confere um significado especial ao vocábulo Mestre. Ao retomar a “Sagrada Escritura”, Gusmão percebeu que “estes nomes de pay, ayo, ou mestre sam como sinonomos”, uma vez que “o mesmo he chamar mestre, que pay, & pay, que mestre” (GUSMÃO, 1689, p. 82). Na perspectiva do religioso, os Mestres teriam mais responsabilidade na educação de seus discípulos do que os próprios pais, pois

Antes parece que mayor he a obrigação dos mestre, que a do pay, porque o pay fazendo boa escolha de mestre, ou ayo para o filho, dezenearrega nelles sua consciência, & se alivia desta obrigação, porém o mestre, & o ayo, como se encarrega desse cuidado, nam se pôde livrar da obrigação (GUSMÃO, 1689, p. 83).

Persuadido de que o trabalho do Mestre se assemelhava ao de um bom lavrador que conservava suas terras longe de “abrolhos, & espinhos, que a inficionam”, Gusmão creditava na rigidez do disciplinamento um aspecto importante para a criação dos meninos, indicando que “assim há de cultivar o prudente mestre os ânimos dos mininos como terra virgem com o arado da disciplina, arrancando primeiro os abrolhos dos vícios pueris, & espinhos das más inclinaçoens, para que nam cresçam, sufoquem a semente da verdadeira doutrina” (GUSMÃO, 1689, p. 88).

Ainda se tratando de um universo religioso, porém seguramente mais secular e direcionado ao pedagógico, Manoel de Andrade de Figueiredo (1670-1735), na obra *Nova Escola para aprender a ler, escrever*

e contar, alertou, já no primeiro capítulo, “aos pays o summo cuydado, que devem ter na eleyção de Mestres para seus filhos” (FIGUEIREDO, 1722, p. 1), indicando não somente se tratar de um acerto para a boa criação dos infantis, mas também mostrando “aos Mestres a dignidade de seu officio, com as obrigações, & circunstancias que lhe incubem” (FIGUEIREDO, 1722, p. 1). Todo bem ou mal da boa criação das crianças estaria sob a responsabilidade dos Mestres, de modo que os pais não deveriam poupar “trabalho, nem repararem ao estipendio, procurarão os mais sábios mestres para a sua educação”. Em primeiro lugar os pais haveriam de

[...] buscar mestres virtuosos, para que com sua virtude, & bom exemplo os edifiquem instruindo-os no verdadeyro principio da sabedoria, que he o temor de Deos. [...] Devem os pays em segundo lugar buscar mestres, que sejam sábios; para que não empreguem mal sua fazenda, nem os filhos o tempo. [...] Ultimamente devem os pays eleger para seus filhos Mestres hórados; [...] logo devem os pay dar a seus filhos mestres de quem se possuão prezar (FIGUEIREDO, 1722, p. 2).

Ainda de acordo com Figueiredo, o “bom” Mestre seria aquele capaz de instruir em seus discípulos a doutrina cristã e os bons costumes, “não lhes ensinando cousas superfluas, com que mais se confundão, do que aproveytem”. Dever-se-ia persuadi-los ao “temor de Deos, & amor da virtude, para que desse todo ao mesmo tempo que crescerem nos annos, se adiantem também nos bons costumes”. No processo de aprendizagem proposto por Figueiredo, a dimensão do castigo estava presente como elemento inerente à dimensão moral. Uma das prescrições que autor indicava aos Mestres era a forma correta destes repreenderem os meninos: “devem tambem os Mestres não serem tíbios em reprehenderem, & castigarem aos discípulos; porque o castigo não se

encontra com o amor, pois o mesmo Deos aos que ama castiga”. Todavia, a moderação da punição deveria ser objeto de atenção dos Mestres, uma vez que se o castigo

[...] he demasiado parece tyrania, se proporcionado he remédio; o Mestre há de ter hum modo no castigar, outro no perdoar; de tal sorte, que não pareça tyrano, nem seja lisongeyro: todo o extremo he vicioso. O Mestre que he rigoroso em extremo, mais escandaliza que ensina [...]. O Mestre que he demasiadamente brando, mais lisongea que ensina; porque a vara, & correção, são as que dão a sabedoria ao minino.

As obras pedagógicas ressaltavam a relevância dos bons e sábios Mestres na educação das crianças, ou melhor, defendiam com vivacidade a importância dos mestres para a garantia de exercícios de “boa educação” dos pequenos, que estava vinculada ao cultivo das virtudes, dos bons costumes e da vivência cristã dos meninos. Por exemplo, Martinho de Pina e Proença (1693-1743) também foi outro autor a destacar a boa escolha do Mestre, que segundo ele deveriam ter as mesmas virtudes que se pretendia cultivar nos meninos:

A ciência, e arte, que se desejará em um Mestre, é a ciência do conhecimento do Mundo, a arte de tratar os homens, e aquela graça urbana, que se não estuda pelos livros, e só se adquire pelo trato da gente, assistência das Cortes, ou terra polidas, para que o seu exemplo desterrasse do Discípulo todo o ar, e resabio da escola, e toda a melancolia, dureza, e grosseria inadvertida, que origina a meditação profunda, e os contínuos estudos (PROENÇA, 1734, p. 189-190).

Evidente, que se tratava de uma concepção de educação direcionadas às elites, muito marcada pela transmissão das normas, dos bons exemplos e dos protocolos de distinção social. De acordo com a

historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca, tanto a urbanidade como a civilidade serviriam como pilares para a educação dos grupos mais abastados, sendo que, na figura do Mestre estaria o “centro irradiador do exemplo” (FONSECA, 2009, p. 86). A autora, ainda destacou as críticas que o médico António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) creditava sobre as qualidades exigidas dos Mestres, que eram “apontados por ele como homens ignorantes, não raro com, vícios escandalosos, que usavam do magistério como forma de fugir da miséria, e que em geral, por ensinarem apenas com licença eclesiástica, não eram passíveis de controle pelo Estado” (FONSECA, 2009, p. 86).

Além dos atributos relativos aos conhecimentos e domínio da língua latina, Ribeiro Sanches demonstrou preocupação com uma série de qualidades que deveriam ser exigidas dos Mestres, incluindo aptidões físicas e um conjunto de edificações morais. Ainda de acordo com Fonseca (2009, p. 86), Sanches enunciou que um

[...] elenco das qualidades a ser exigidas dos mestres incluía aspectos físicos e médicos, além de morais. Não poderiam eles ser portadores de defeitos físicos visíveis que, pela sua repetição, pudessem ser imitados pelos alunos, como ser coxos ou vesgos, por exemplo. Do ponto de vista moral, deveriam ter seus costumes ‘aprovados e conhecidos com louvor’, devendo ser sempre casados, ‘condição sem a qual, não obstante todas as mais qualidades, não poderia exercitar esta função’. O casamento daria o exemplo reto de boa conduta cristã, além de fazer com que esses professores casados, sendo também pais, fossem mais carinhosos com os meninos que os solteiros.

Importante destacar que na segunda metade da centúria setecentista a propagação de impressos pedagógicos fez com que uma grande quantidade de Mestres divulgasse seus métodos particulares de ensino, atestando facilidades e rápidas aprendizagens. No entanto, o

historiador da educação português Rogério Fernandes (1994) alertou que estes novos métodos se tratavam de iniciativas isoladas, uma vez que na maioria dos casos o insucesso estava atribuído, em um jogo de empurra, às dificuldades de aprendizagem dos discípulos. Como, por exemplo, em Francisco Nunes Cardozo, que indicava: “Os Mestres tornam umas vezes a culpa à rudeza dos Rapazes, e outras à sua diligência: Os Pais uma vez aos Mestres, outras aos filhos, e de toda a sorte os Rapazes são castigados como culpados, e ninguém tem advertido que a culpa é do Método” (CARDOZO, 1790, p. 4-5).

Interessante, também, a obra *Nova Escola de Meninos* do presbítero português Manoel Dias de Sousa (1753-1823) que dedicava o seu método ao “descanço dos Mestres”, denotando que nem sempre os Mestres tinham habilidades suficientes ou formação adequada para assumir o cargo. Nas palavras de Sousa (1784, Prólogo):

Não pertendo nesta Escola dar instruções, ou conselhos aos Mestres mais habeis, e experimentados do que eu; mas só mente desejo dar alguma luz aos que a não tivérem, e por esta causa deixão de se empregar na educação dos meninos, cousa tão importante ao bem da Republica, e de que tanto depende o futuro progresso não só de applicações literarias, mas de qualquer outras assim politicas, como mecânicas.

Na obra de Charles Gobinet (1614-1690), traduzida para o português como *Instrusam sobre o modo de Bem Estudar* (1770), dois foram os capítulos direcionados exclusivamente aos agentes educadores: Capítulo XVI *Das obrigações dos Mestres* e o Capítulo XVII *Das qualidades, que os Mestres devem ter para bem instruírem a mocidade*. Acrescenta-se, ainda, uma discussão sobre a prudência que o Mestre deveria guardar para educar entre o rigor e a doçura. A escolha do

Mestre, segundo Gobinet (1770, p. 124), poderia ter participação do discípulo, uma vez que “eles os-amarám como segundo Pais, de quem depende seu maior bem, que è a boa educasam”. Porém, caberia aos pais que com “muita escolha e discernimento, guardando um sabia mediocridade entre os que confiam a educasam de seus filhos aos que primeiro aparecem, ou os que menos preso levam” (GOBINET, 1770, p. 125). Ainda de acordo com o autor, os Mestres particulares deveriam estar atentos aos alinhamentos dos preceitos cristãos de seus discípulos, observando suas inclinações, “as-reprimirem quando sam más, e para as-corrigirem quando a elas se entregam”, por meio de um processo constante de vigilância “sobre as suas asoens, e palavras; sobre as companhias, que frequentam, e as amizades, que tratam com outros”; inspirando-lhes “bons pensamentos, dezabuzalos das falsas opiniões, de que o mundo está cheio, para lhes-dar as verdadeiras maximas da moral Christã”; direcionando a leitura de “livros de piedade, quando sam capazes disso”; ensinando-lhes “a orar a Deos, nam sómente de boca, mas de corasam; encaminhalos á frequentalam dos Sacramentos, mas sempre com dosura e já mais por constrangimento; e em uma palavra, empregar todos os meios, que a prudência junta á caridade lhes-fornecer” (GOBINET, 1770, p. 131).

Ainda que fosse uma constante na cultura impressa pedagógica o direcionamento de prédicas exclusivas aos comportamentos masculinos, no *Tratado da Educação Fysica e Moral dos Meninos de Ambos os Sexos* (1787), traduzido por Luiz Carlos Muniz Barreto, percebemos um singular capítulo que descrevia a *Indecente mania de dar Mestres às Donzéllas*. Nesse capítulo, o autor preferiu se abster de narrar os possíveis perigos de se oferecer um homem como Mestre para as filhas, deixando à imaginação dos leitores. Sua maior questão era “aonde se

acharão dir-se-há, Mestras tão capazes de ensinar, como homens?” (BARRETO, 1787, p. 54). O fato é que a educação feminina neste período ainda é caracterizada por ser uma instrução menor, onde as meninas “consumidas já pelo fastio, e pela sujeição, não empregão já mais nas lições, que se lhes passam” (BARRETO, 1787, p. 54). Consideradas de “absoluta rudeza, ou possuídas de invencíveis aborrecimentos”, cuja “ vaidade, o galanteio, o desejo de serem vistas, principalmente dos homens, são muitas vezes tudo quanto delas resulta” (BARRETO, 1787, p. 55). Ainda que seja significativo perceber a condição feminina no contexto iluminista lusitano, a obra relata a ausência de Mestras, em muito decorrente da educação feminina não ter participado, no final século XVII europeu, do movimento de valorização da educação e das transformações sociais, mas, sim, permanecendo, com poucas alterações, “apegada aos princípios estabelecidos nos séculos anteriores: uma instrução bastante reduzida, se comparada à preconizada para os meninos, e dirigida para os papéis que as jovens deveriam representar na idade adulta” (ALGRANTI, 1993, p. 42).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do significado do léxico Mestre, percebemos como foi configurada a enunciabilidade, por meio de uma cultura impressa pedagógica, que apontava às famílias a necessidade de estarem atentas aos cuidados com a instrução e educação dos seus filhos. Uma prédica constante neste universo foi a recomendação de um bom mestre, cuja eleição foi pormenorizada por alguns autores. No contexto luso-setecentista a profissão de Mestre nem sempre ocupou lugar de centralidade, sendo, muitas vezes exercida como trabalho secundário.

Percebemos, também, que embora o significado etimológico e lexicográfico da palavra Mestre indicasse se tratar de um sujeito de notáveis conhecimentos, seus agentes nem sempre dispuseram de tal condição, recebendo inúmeras críticas sociais e perseguições pelas autoridades para àqueles que não tinham licença para atuarem como Mestres.

Ao analisarmos uma série de enunciados que foram discursivamente compartilhados por letrados e indiscriminadamente propagados na sociedade, evidenciamos que os direcionamentos e críticas estavam mais condicionados ao âmbito moral e da ética-cristã do que, propriamente, com o viés pedagógico. Por exemplo, retomando aos enunciados que orientavam os cuidados que o Mestre deveria ter na educação de crianças, Charles Gobinet mesmo se aproximando de um discurso pedagógico, acaba por prescrever situações morais. Veja o caso em que alerta a necessidade do bom Mestre para ter paciência, mas também ter “pudencia para obrigar aos Estudantes a fazerem da sua parte o que devem”. Ainda que, “A obrigasam dos Mestres nam é sómente ensinar os meninos, mas encaminha-los bem nos estudos, e nos costumes, e em tudo o que é necesario para uma onesta educasam” (GOBINET, 1770, p. 139). Eis, que Gobinet (1770, p. 139) chamava a atenção para o grande desafio do Mestre: ter “autoridade para fazer que lhes obedesam, e a dosura do animo para fazer que a gente mosa ame as coisas”. O ensino por meio de palavras duras ou por ameaças, incita a resistência da autoridade. Por sua vez, a doçura, até poderia “ganhar o corasam por algum tempo, mas nam basta quando a gente mosa vem a relaxar” (GOBINET, 1770, p. 141-173), isto é, a doçura “nam serve senam para os-aumentar [os defeitos do Discípulo], quando nam é acompanhada duma justa severidade” (GOBINET, 1770, p. 145).

Por fim, importante acenarmos que ao analisarmos as possíveis representações simbólicas para o léxico Mestre, entendemos que o regime de educabilidade disposto na sociedade europeia moderna, colocava alegoricamente a figura do Mestre como “lugar de honra” no processo educativo e de transformação moral e social. Isso se deve, em grande medida, pela sustentação de um discurso de racionalidade e de cientificidade, nos quais os Mestres puderam se valer de estratégias coercitivas para atingir um corpo infantil instruído, civilizado, ético-cristão (dócil, obediente, piedoso), bem como de novos/diferentes métodos para educar uma população infantil, que naquele momento, pretendia ver suas taxas de alfabetização elevadas.

## REFERÊNCIAS

- ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: as Escolas Régias (1772-1794)*. Tomo I. 435 f. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 1995.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos di Sudeste do Brasil 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *Conta geral da primeira visita das escolas da Comarca de Coimbra no ano de 1792*. Coimbra, 1792.
- BARRETO, Luiz Carlos Muniz. *Tratado de educação fysica e moral dos meninos de ambos os sexos*. Traduzido do francês. Lisbon: Officina da Real Academia de Sciencias, 1787.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, & latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Volumes 1-4*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1713; Volumes 5-8. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716-1721; Suplemento 1. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727; Suplemento 2. Lisboa Occidental: Patriarcal Officina da Musica, 1728.

- CARDOZO, Francisco Nunes. *Arte da Orthografia Portugueza conforme o novo systema*. Lisboa, Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.
- FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Do Pombalismo a 1820. Porto: Porto Editora, 1994.
- FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira Parte. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GOBINET, Charles. *Instrusam sobre o modo de bem estudar*. Lisboa: na Oficina Patriarcal, 1770.
- GONZALEZ PEREZ, Teresa. La figura del maestro em la historia del pensamiento pedagógico. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, n. 16, p. 135-144, 1993.
- GUSMÃO, Alexandre. *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Editora Colibri, 2011.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Da cadeira ao banco: escola e modernização (Séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa|Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1994.
- Memória sobre o actual estado dos estudos menores em o Reino de Portugal, particularmente na cidade de Lisboa (1799). *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, ano VII, n. 12, 1892.

NÓVOA, António. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV -XX). *Análise Psicológica*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, v. 5, n. 3, p. 413-440, 1987a.

NÓVOA, António. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII<sup>a</sup>-XX<sup>a</sup> siècle)*. v.1-2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987b.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. *Apointamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Impr. Da Universidade, 1922.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

# 4

## **EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: COLÉGIOS, LETRAS, CIVILIDADE E OFÍCIOS NO CONTEXTO DA MISSÃO JESUÍTA**

*Jane Elisa Otomar Buecke*<sup>1</sup>

*Sônia Maria da Silva Araújo*<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A educação no contexto do Antigo Regime português voltava-se, sobretudo, para a formação do bom cristão. Essa visão influenciou a colonização na América e uma certa parceria com as ordens religiosas, que se ocuparam da tarefa catequética, sendo as responsáveis pela realização das ações educativas. Dentre essas ordens, destaca-se a Companhia de Jesus, que teve maior inserção no Norte do Brasil.

O prestígio que essa ordem conquistara junto a Dom João III, rei de Portugal, favoreceu a vinda dos jesuítas para o Brasil. Para o monarca, a filosofia humanista cristã, não puramente teológica, adotada por esses religiosos, se alinhava à sua visão de mundo a ser multiplicada em terras ultramarinas. Em 1549, desembarcaram em Salvador os primeiros jesuítas, Manoel da Nóbrega, José de Azpicuelta Navarro e Leonardo Nunes.

A primeira missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão chegou à cidade de São Luís em 1622, liderada pelo padre Luiz Figueira. Já

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação; Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará; janebuecke@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação; Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará; ecosufpa@hotmail.com

em Belém, os jesuítas se estabeleceram somente em 1652, mais de 100 anos depois da chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, e seus líderes foram os padres João de Souto Maior e Gaspar Frutuoso. A missão do Maranhão vigorou até 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal. Considerando-se sua atuação catequética, instrutiva e formativa, questionamo-nos como se instituiu e se constituiu a educação no Estado do Maranhão e Grão-Pará nesse período? Nosso objetivo é examinar o panorama educacional no Estado do Maranhão e Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII considerando-se como período temporal a chegada dos jesuítas na região até sua expulsão (1622-1759).<sup>3</sup> Sabemos que outras ordens religiosas se instalaram no Estado, mas nenhuma outra teve ação tão duradoura e consistente quanto a Companhia de Jesus. Além disso, devido ao hábito de registrar suas ações, esses religiosos deixaram um significativo acervo de fontes, possibilitando, assim, melhor acesso a informações que possam responder à nossa questão. Dentre essas fontes, estão as crônicas dos padres João Felipe Bettendorff e Jacinto de Carvalho, e o relato do padre João Daniel. Outras fontes importantes consultadas foram documentos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Nessas fontes, vislumbramos alguns elementos a serem considerados ao refletirmos acerca da educação nesse período e lócus: 1) os colégios instalados na região como pilares das atividades missionárias, catequéticas e econômicas dos jesuítas; 2) a formação dos letrados no Estado; 3) a inserção do conceito de civilidade nesse

---

<sup>3</sup> “O Estado do Maranhão foi fundado como província separada do Estado do Brasil na década de 1620, no quadro da monarquia ibérica e durou até o início do século XIX. Nesse período, teve muitas configurações territoriais e administrativas: até meados dos anos 1770, incluiu as capitanias régias do Pará, Maranhão, São José do Rio Negro e Piauí (brevemente a do Ceará, até meados do século XVII) e, a partir de então, constituíram-se dois estados separados, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí” (CHAMBOULEYRON, 2019, p. 86).

contexto; e 4) as oficinas de artes que funcionaram nos colégios da Companhia e ofícios exercidos no Estado. Através da breve análise de cada um desses elementos, examinaremos o panorama educacional no Estado do Maranhão e Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII, buscando demonstrar como as várias nuances da atuação dos jesuítas influenciaram a educação ocorrida na Amazônia Colonial.

### **COLÉGIOS JESUÍTAS NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ**

Ao chegarem à Amazônia, os jesuítas já contavam com o *Ratio Studiorum*, uma instrução própria de trabalho, através do qual pretendia-se “formar homens que propugnassem pela restauração teórica e prática, de um ‘reino cristão’ na face da terra que fosse o mais cristão de todos os reinos até então existentes” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2002, p. 704). Assim, a Igreja Católica poderia retomar o papel central na sociedade secular que havia ocupado durante a Idade Média.

Com a Reforma Protestante, iniciada em 1517, a Igreja Católica se viu obrigada a reestruturar o seu papel institucional. Para isso, o Papa Paulo III iniciou, em 1546, um concílio especial, realizado na cidade de Trento com o intuito de propor ações de combate à Reforma Protestante que ficaram conhecidas como Contrarreforma. Nessa reunião, que durou até 1563, a Igreja Católica estabeleceu as diretrizes evangelizadoras ao redor do mundo com uma visão mais ampla, prevendo a aplicação da fé nas diversas áreas da vida do ser humano.

A fundação dos colégios foi um marco importante na missão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, destacando-se os colégios de Nossa Senhora da Luz, em São Luís, fundado em 1622, e o de Santo Alexandre, em Belém, fundado em 1652. Além deles, vale ressaltar os colégios da

Vigia (1702) e de Tapuitapera (1716). Esses eram inicialmente casas que se tornaram centros de governo e de aprendizagem na missão jesuítica no Estado do Maranhão embora não tenham alcançado o *status* dos dois primeiros.

O Colégio de São Luís foi o primeiro a ser erigido na Amazônia. Sua construção teve início em 1627 com o padre Luís Figueira e recebeu esforços e influência do padre Vieira em 1659, e do padre Gonçalo em 1681 (LEITE, 1943). Em 1652, Vieira encontrou o Colégio Nossa Senhora da Luz em pleno funcionamento quando chegou ao Maranhão; a instituição contava com 70 estudantes que estavam sempre presentes nas atividades religiosas realizadas. Em seus registros, o padre destaca que

os alunos estudavam com gosto e sujeição, que é cousa que nos admira naquela idade; e geralmente é tal a índole destes moços que cada dia nos confirmamos mais nas esperanças de havemos de ter deles alguns que, recebidos na Companhia, nos sirvam muito bem, e principalmente porque quase todos sabem a língua da terra (VIEIRA, 2008, p. 267).

Vieira ressalta a intenção de que alguns desses moços pudessem ser integrados à Companhia e seguissem a carreira eclesiástica, mas não foram encontrados registros que demonstrem que isso tenha se efetivado.

Em 1760, o Colégio Nossa Senhora da Luz contava com 40 cubículos para hospedar os padres, configurando-se como um grande estabelecimento de ensino aos moldes da época. Mesmo antes disso, em 1696, o padre Frutuoso Correia, em visita ao Maranhão, considerou o Colégio de Nossa Senhora da Luz comparável ao Madre de Deus em Lisboa.

A vila de Tapuitapera, de frente para a cidade de São Luís, se desenvolveu ao longo do século XVIII, chegando a ser a melhor vila do Estado do Maranhão. Tal desenvolvimento instigou nos moradores uma demanda por um colégio em que seus filhos pudessem aprender “os bons costumes e as boas letras” (LEITE, 1943, p. 199). Assim, o colégio de Tapuitapera foi fundado em 1716 com seis religiosos que tinham por objetivo ensinar a leitura, a escrita, o latim e a doutrina cristã, encerrando suas atividades em 1760, quando da expulsão dos jesuítas.

O Colégio de Santo Alexandre também continha dois pátios num dos quais funcionava as oficinas e carpintarias. Segundo Guzmán (2015), o nome dado ao colégio de Belém foi inspirado nas relíquias de Santo Alexandre e São Bonifácio, trazidas de Roma para a missão do Maranhão e oferecidas pelo Papa Urbano VIII.

O colégio na vila de Vigia, também demanda dos moradores, rapidamente adquiriu prestígio em todo o Estado do Pará, sendo elevado à categoria de colégio por legislação de 1731, o que o tornou independente do Colégio de Santo Alexandre. Já em 1732, começaram as aulas de primeiras letras e latim. O prédio contava com 16 cômodos e as oficinas mecânicas (LEITE, 1943).

Além dos colégios, em 1753, foi fundado no Estado do Maranhão o Seminário de São Luís pelo padre Gabriel Malagrida, que contou com a entrada de 11 seminaristas assistidos por dois padres.

Nos colégios, os alunos aprendiam latim, teatro e cálculo, visando à formação dos intelectuais da terra recém-colonizada. No final do século XVII, iniciaram-se as aulas de filosofia, escolástica e moral.

Além dessas matérias, aos filhos de colonos que os clérigos julgavam mais capazes de aprender eram ensinadas também Lógica e Física, como explicitado por Bettendorff (1990, p. 570) ao se referir à

Manuel Pereira, filho do colono Diogo Pereira, como “moço bem criado e sujeito com boa compreensão e boa memória para tudo”.

Como esses colégios não tinham capacidade para atender toda a demanda de filhos de colonos, os padres selecionavam apenas os meninos que consideravam submissos, pois essa característica era fundamental para garantir a aprendizagem e a possibilidade de carreira eclesiástica.

A maioria dos filhos dos colonos não tinha acesso à educação escolarizada, embora esta já fosse demandada pelos moradores da época, para quem, assim como ocorria na metrópole, os colégios eram “uma forma de adquirirem um saber que lhes possibilitasse melhorar a sua condição social” (FERREIRA, 2014, p. 59).

## **LETRAS E LETRADOS NA AMAZÔNIA COLONIAL**

O acesso às letras na América portuguesa representava a inserção no mundo cultural superior do qual os portugueses se consideravam os paladinos. A instrução, entendida como momento específico de formação segundo normas pré-estabelecidas (FONSECA, 2016), tinha lugar privilegiado nos colégios jesuítas, e por isso essas instituições despontavam como espaços de preservação e transmissão da cultura portuguesa. De acordo com Paiva (2016, p. 490), “o colégio plasmava o estudante para desempenhar, no futuro, o papel de vigilante cultural, de forma a que a prática, mesmo desviante, pudesse ser recuperada. O colégio era a adesão à cultura portuguesa”.

A educação jesuítica no Estado do Maranhão e Grão-Pará voltava-se mais para a instrução, a fim de preparar os nativos para o trabalho, do que para uma possível formação de letrados, que exigiria maior tempo e

investimento nos estudos. A escassez de missionários e pessoas com formação adequada para propiciar um ensino mais consistente e condizente com a proposta do *Ratio Studiorum* comprometeu essa empreitada. O Colégio de Santo Alexandre começou a funcionar no século XVII somente com o curso de humanidades e, ainda assim, tinha-se dificuldades para manter seus alunos, visto que o foco dos governadores ainda estava nas lutas de conquista. Em meados do século XVII, o padre João Felipe Bettendorff, missionário no Estado do Maranhão e Grão-Pará, reclamou por seus poucos alunos de latim terem sido convocados para as expedições militares, o que determinou o fechamento da turma. Somente no final deste século foi possível instalar o curso de Filosofia, com o auxílio de jesuítas recém-chegados da Europa (BETTENDORFF, 1990).

Importa esclarecer que, de acordo com Santos (2021), o termo *letrado* era utilizado desde o início do século XVII em Portugal para designar “as pessoas que obtinham o ‘grau de letras’”. O autor estabelece um paralelo entre as diferenças de usos dessa nomenclatura em Portugal e na França. Enquanto para os franceses o termo era aplicado para homens com uma formação intelectual generalista, que os habilitasse a discutir várias matérias, em Portugal o termo se referia mais especificamente àqueles que obtinham um grau universitário que lhes permitisse atuar no âmbito administrativo do governo régio. Ainda assim, o termo era usado como adjetivo para designar um “homem sciente, versado nas letras”, que sabia expressar-se com erudição (BLUTEAU, 1716 [tomo 5], p. 90).

Assim, do que vem sendo exposto, depreende-se que o substantivo *letrado*, em Portugal, designava geralmente um indivíduo que havia realizado seus estudos em Direito Canônico ou Civil, podendo ocupar algum tipo de cargo na área da magistratura (juiz de fora, ouvidor, corregedor, desembargador),

ou advogar, ou prestar serviços na administração régia (alguns secretários e outros oficiais) (SANTOS, 2021, s.p.).

Ao remeter o termo *letrado* à ideia de aristocracia intelectual dos séculos XVII e XVIII, pode-se considerar que ele poderia abranger também todos aqueles que dominavam as letras e por isso exerciam alguma influência no seu contexto social, seja ela vinculada à sua função educativa, como no caso dos jesuítas, ou a funções fundamentais na administração régia portuguesa, como os ouvidores e escrivães.

Nesse sentido, entre os letrados que se destacaram no Estado do Maranhão no século XVII, o pioneiro e mais tenaz provavelmente tenha sido o padre Luiz Figueira. Sua primeira tentativa de implantar uma missão jesuíta na região remonta ao ano de 1607, quando, juntamente com o padre Francisco Pinto, sofreu um ataque dos nativos que culminou com a morte do seu companheiro e, por consequência, na postergação de seu plano. Somente em 1622, realizou a empreitada com o apoio dos portugueses que dominavam a região ao fundar o Colégio em São Luís. Porém, sem pessoal suficiente, não foi possível alcançar a capitania do Grão-Pará, mas tal plano nunca foi abandonado pelo padre. Em 1643, ele foi a Portugal a fim de juntar missionários para a missão do Maranhão, porém, um naufrágio no retorno ocasionou a sua morte e a dos seus companheiros, levando a expansão dessa missão a mais um tempo de espera que durou até a chegada de Antônio Vieira na região.

Figueira estudou no Colégio Jesuíta de Évora, onde concluiu o curso de teologia em 1602 e foi ordenado sacerdote. Logo em seguida, embarcou para o Brasil. Embora essa formação o direcionasse para um dos colégios já existentes, ele demonstrou vocação e interesse para o trabalho com os indígenas, resultando dessa interação a publicação do

livro *A arte da língua brasílica* em que buscou desvendar a gramática da língua falada no Norte do Brasil à época (1621). Seus estudos se tornaram referências para os padres neófitos na região, sendo manual de estudos de Bettendorff quando ele chegou à missão do Maranhão em 1661. Leitão (2011, p. 488) registra que a gramática de Figueira “foi considerada a mais perfeita da língua tupi-guarani – e melhor método de aprendizagem, comparativamente com a do P.e José de Anchieta”.

O padre Antonio Vieira pode ser considerado “prata da casa”, pois teve uma esmerada formação no Colégio Jesuíta instalado em Salvador em 1556. Pouco depois de concluir seus estudos, foi nomeado como lente de Teologia no mesmo colégio em 1638. Assim, ao chegar no Maranhão a fim de reestruturar a missão instalada ali e expandi-la à capitania do Grão-Pará em 1652, já contava com anos de experiência na docência e amalhado alguma fama como grande retórico (SANTOS, 2015). A experiência de lente lhe permitiu se desenvolver na retórica a partir das bases do conceptismo, estilo barroco que destaca a lógica, a concisão e a agudeza de pensamento, por isso é um dos grandes nomes do Barroco no Brasil.

A defesa da liberdade dos índios liderada principalmente pelo Padre Vieira ocasionou a expulsão da Companhia da região por duas vezes: 1661 e 1684. A segunda expulsão foi motivada principalmente pela insatisfação com a legislação de 1680 que garantia a liberdade indígena com a qual os colonos se sentiam prejudicados em virtude da limitação da mão de obra escrava da qual dispunham. Os jesuítas, todavia, segundo Mello (2009), se queixavam de não ter o domínio temporal dos índios e lhes faltar também condições para manter seus colégios e assentamentos sem o braço indígena.

O padre João Felipe Bettendorff iniciou sua formação no curso de humanidades no colégio jesuítico de Luxemburgo. Após cursar Filosofia na Universidade de Trier (Alemanha), realizou o estágio de docência em colégios dos Países Baixos Espanhóis. Finalmente concluiu sua formação cursando Teologia na Universidade de Douai (França). Conforme apregoava o *Ratio Studiorum*, a ascensão a um novo nível era sempre precedida por rigorosa avaliação. Com essa formação, Bettendorff foi designado para a missão do Maranhão na qual chegou em 1661, a pedido do padre Vieira, que urgia pessoal qualificado para dar conta da tarefa educativa na região (ARENZ, 2010).

No século XVIII, destacam-se três jesuítas que atuaram como procuradores gerais da missão cuja incumbência era cuidar da manutenção dos missionários da Companhia de Jesus no além-mar. Ocupavam-se do “embarque dos missionários, gestão do pagamento da dotação régia dos colégios e o envio de mercadorias para a manutenção das atividades da Ordem” (MELLO, 2016, p. 199). Na interpretação de Dauril Alden, a atuação dos procuradores viabilizou economicamente as conquistas espirituais da Companhia e movimentou economicamente a colônia pois “proporcionava o envio de produtos comerciáveis para o reino e o retorno de mercadorias e/ou dinheiro para o desenvolvimento das missões, colégios e seminários inacianos” (ALDEN, 1996 apud MELLO, 2016, p. 200).

O padre Jacinto de Carvalho nasceu em 1677 em Coimbra. Jomar Moraes, na nota introdutória da *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*, publicada em 1995, informa que ele ingressou na Companhia de Jesus em 1691 e, antes da conclusão dos estudos, compôs a 30ª expedição jesuíta em direção ao Estado do Maranhão em 1695. Concluiu seus estudos no Colégio de Santo Alexandre e foi ordenado em 1712.

Exerceu o trabalho missionário nas aldeias do rio Amazonas vivenciando de perto as contendas com os colonos a respeito do governo dos indígenas (MORAES, 1995).

Ao retornar para Lisboa, defendeu a necessidade de que o procurador-geral das missões da Companhia de Jesus no Maranhão fosse daquela Província, pois o cargo era ocupado até então pelo procurador-geral da Ordem no Estado do Brasil. Exitoso em sua proposição, tornou-se o primeiro procurador-geral das missões maranhenses (1718-1722). Nessa função, experimentou diversos embates com os defensores da escravização indígena, como Bernardo de Berredo e Cristóvão da Costa, ex-governadores do Estado do Maranhão, e o procurador do Estado, Paulo da Silva Nunes. Como fruto de sua atuação e seus relatórios, o Conselho Ultramarino apresentou ao rei a proposta da criação de um seminário para índios no Pará sob a responsabilidade dos jesuítas (MELLO, 2016). Sabemos que a ideia não se concretizou, pois apenas na década de 50 do século XVIII foi criado um seminário em São Luís, pelo padre Gabriel Malagrida e não destinado a indígenas (LEITE, 1943).

No governo de João da Maia da Gama (1722-1728), Jacinto de Carvalho tornou-se seu confessor e atuou como visitador-geral da Companhia. Com o apoio do governador, o religioso conseguiu amenizar as disputas ostensivas dos colonos pela posse dos indígenas aldeados. Como fundamento para sua atuação, o padre compilou as legislações atinentes ao seu trabalho em um livreto impresso em 1724 com o título *Regimentos e Leis sobre as missões do Estado do Maranhão & Pará & sobre a liberdade dos índios*.

Com a permanência de Jacinto de Carvalho no Maranhão, o padre João Teixeira assumiu a função de procurador das missões no Maranhão

em 1724. Ele estava na missão desde 1702, e foi reitor dos colégios do Pará e Maranhão. Sua atuação foi mais pacífica e se voltou para as tarefas ordinárias de seu cargo como enviar novos missionários à missão e zelar pelo seu sustento.

No governo seguinte, de Alexandre de Sousa Freire (1728-1732), Jacinto de Carvalho permaneceu como seu confessor, mas logo iniciaram os desentendimentos entre ambos, pois o novo governador apoiava a volta das expedições de resgates, em que, usando do subterfúgio de resgatar indígenas aprisionados por tribos rivais, aproveitava para capturar e vender índios como escravos aos colonos. Como estratégia de combate às ações do governador, o padre Jacinto retornou à Lisboa na função de procurador-geral das missões do Maranhão em 1729 e passou a assinar representações contra o governador. Em posição contrária, destacou-se Paulo da Silva Nunes, ex-secretário do governador Cristóvão da Costa Freire (1707-1718). Em uma de suas várias representações endereçadas ao Conselho Ultramarino, ele critica diretamente os colégios jesuítas por não pagarem tributos e ainda prejudicarem a prosperidade da colônia ao incitar os índios contra os brancos. Silva Nunes destaca ainda a falta de ensino da língua portuguesa aos índios, que, no seu entender, era a forma dos jesuítas mantê-los sob seu domínio e se beneficiarem do seu trabalho escravo. A posição dele demonstra que o colégio jesuíta, naquele momento, era visto por parte dos colonos mais como um prejuízo do que um benefício para os moradores do Pará.

A troca de acusações entre Jacinto de Carvalho e Paulo Nunes Silva obrigou o rei a enviar um desembargador sindicante ao Estado do Maranhão em 1734 a fim de apurar os fatos e emitir seu parecer. Este, embora reforçasse a manutenção do Regimento das Missões, não deixou

de apontar os problemas econômicos advindos do não cumprimento da lei da liberdade dos índios de 1680 tanto pelos moradores quando pelos jesuítas. Enquanto os colonos utilizavam as tropas de resgate para burlar o texto da lei, os jesuítas se valiam dos descimentos para manter os indígenas presos em suas aldeias.

O terceiro procurador das missões do Maranhão foi o padre Bento da Fonseca. Ele chegou ao Estado em 1720 e cursou Filosofia e Teologia no colégio Nossa Senhora da Luz. Foi indicado pelo próprio Jacinto de Carvalho que viu nele alguém capaz de prosseguir na defesa dos interesses da missão no tocante à questão indígena. A influência de moradores mais abastados permitiu que a Junta de Missões e o governador autorizassem a participação de moradores nas tropas de resgate. A solução encontrada por Bento da Fonseca foi garantir a participação de missionários nessas expedições como uma espécie de controladores da observância da lei de 1688. Mas em 1746 já se viam tropas saindo para o sertão sem missionários, abuso denunciado na corte por Bento da Fonseca. Suas denúncias e seu parecer levaram o rei a anular as licenças de particulares para a participação nas tropas de resgate e automaticamente colocar todos os indígenas resgatados em liberdade. O rei ordenou também o recolhimento da tropa de resgate. Embora Bento da Fonseca gozasse de um certo prestígio na corte joanina, as mudanças ocorridas com a ascensão de D. José I, notadamente as políticas iniciadas pelo seu secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, culminaram com a expulsão de todos os jesuítas de Portugal e seus domínios em 1759.

## CIVILIDADE

Antonio de Moraes Silva estabelece os sentidos de urbanidade e cortesia como sinônimos para civilidade em 1789<sup>4</sup>. É importante ressaltar que os termos *civilização*, *civilizar* ou *civilizado* não aparecem nesse dicionário. Entretanto os jesuítas já utilizavam termos correlatos como *civilidade*, *policidado* e *polido* desde o século XVI. Tais termos apontam para polimento (bem ensinado, apurado no trato da corte) e policiamento no sentido de observância das leis estabelecidas para a sociedade. Santos (2014, p. 218) esclarece que:

Tanto “civilidade” quanto “polícia” e “polidez” são termos associados à corte, à vida urbana e civil. Esta associação não é casual. Ser “polido” ou “civilizado” significa não ser como o camponês, o selvagem, o “rústico”, ou seja, aquele que não mora na corte ou na cidade, que ignora os preceitos civis ou não vive de acordo com ele.

Percebe-se que desde o início da criação da Companhia de Jesus, os jesuítas vislumbravam um ideal de comportamento humano a ser alcançado. Embora sua missão fosse tornar os povos gentios em cristãos, pode-se entrever que a transformação dessas pessoas em homens polidos e policiados corroborava sua transformação religiosa.

No século XVI, Erasmo de Rotterdam publicou seu manual para a civilidade das crianças (1516), demonstrando que no bojo do humanismo se encontrava a crença de modelação do comportamento humano através da educação. Nessa obra, Erasmo se dedicou a analisar o comportamento dos indivíduos em sociedade e a possibilidade de

---

<sup>4</sup> Antonio de Moraes Silva, em 1789, atualizou a obra do padre Raphael Bluteau, cujo dicionário servia como referência para a sociedade portuguesa e foi editado no período de 1712 a 1728. A obra para consulta está disponível em: <https://purl.pt/29264/1/l-2893-a/html/index.html#/4-5>. Acesso em: 20 maio 2022.

moldar esse comportamento, especialmente nas crianças, a fim de formar um adulto “civilizado”. O tratado de Erasmo atenta para as minúcias do comportamento social cotidiano, como sentar-se à mesa, servir-se, manter o decoro e mesmo como comportar-se na igreja entre outros.

Esse manual teve rápida disseminação na Europa sendo traduzido para várias línguas como o inglês, o tcheco, o alemão e o francês pouco tempo depois de sua publicação original. Em 1534, já era utilizado na Inglaterra como livro-texto para a educação de meninos. Sua publicação influenciou direta ou indiretamente a publicação de diversos livros sob o título de *Civilité* (Civilidade) ou *Civilité puérile* (Civilidade infantil) (ELIAS, 2011). O pensamento de Erasmo reverberou em toda a Europa pelos anos seguintes e o século XVII pode ser considerado

o tempo das utopias especificamente pedagógicas encabeçadas principalmente pelas ideias de Campanella, Bacon e Giordano Bruno pelas suas propostas inovadoras. No plano da prática didática, é mérito de Comenius a pesquisa e a valorização de todas as metodologias que hoje chamaríamos de ativas e que desde o humanismo começaram a ser experimentadas (MANACORDA, 2010, p. 270).

Em Portugal, circulou o manual de Rodrigues Lobo, publicado em 1619, que tratava da cortesia. Baseando-se nesse documento, Bluteau (1712 [tomo 2], p. 578) define cortesia em seu dicionário como “unidade, bom modo dos que vivem na corte em diferentes dos rústicos”. Embora o termo *cortesia* tenha sentido aproximado de *civilidade*, é preciso ressaltar que aprender a cortesia era acessível apenas aos frequentadores da corte real sendo um comportamento aprendido com a convivência com os nobres. Elias (2011, p. 79) aponta esse conceito já

na Idade Média em que o “bom comportamento” era aprendido através da classe alta e seu comportamento na corte e explica que “no século XVI, o uso do conceito de cortesia diminui lentamente enquanto o de civilidade torna-se mais comum e finalmente, assume a preponderância pelo menos na França do século XVII”.

Ao longo do século XVIII, outros escritores portugueses publicaram manuais voltados para a educação de crianças focalizando a criação de hábitos civilizados. Dentre eles, destaca-se Marinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), com sua obra *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734). O manual traz a educação moral e o comportamento cosmopolita como princípios modelares da formação do homem virtuosos. Segundo Fonseca (2009), entrevê-se na sua obra a civilidade como mecanismo para a garantia do sucesso social e político.

Outro letrado a contribuir com um manual para a civilidade das crianças foi Luís Antonio Verney (1718-1792). Sua obra *Verdadeiro método de estudar*, publicada em 1746, propalava a modernização cultural por meio do ensino. Apontava para uma educação pragmática focada na realidade da vida social. Ele “reorientou o conceito de educação, fundindo-o ao ato da instrução. Como ambos concorrerem para a formação de um indivíduo ativo e útil ao desenvolvimento do Estado, a educação de caráter formativo com fundamentos morais teria o mesmo status que a instrução” (FONSECA, 2016, p. 135).

Educação para a civilidade incluía as dimensões civil e religiosa. Sua prática envolvia mecanismo de correção de desvios comportamentais. Embora claramente influenciada pelo pensamento iluminista, “a produção intelectual portuguesa do século XVIII, mostrava a convicção sobre a urgência de melhor educar a população

mantendo-se, porém, as posições consolidadas dos indivíduos na sociedade do Antigo Regime” (FONSECA, 2009, p. 36).

Na América Portuguesa, existia uma ideia de educação como formação moral, mas sua efetivação não estava atrelada à educação escolar, ainda incipiente. Por isso, esses manuais serviam como norteadores da ação da família e da igreja, que estavam no centro do processo educativo. Para Fonseca (2016, p. 132), “a formação do homem civil, apto à convivência social e íntimo das regras da civilização das boas maneiras, estava no horizonte de diversos autores dos séculos XVII e XVIII, ajudando a definir o que seria a educação e quais seus propósitos”.

Com a presença dos jesuítas, a educação no Estado do Maranhão e Grão-Pará ganhou conotações de mudanças de costumes de comportamento. A catequese era a principal ferramenta para a conversão dos gentios, porém nenhuma transformação seria verdadeira sem o abandono dos costumes pagãos. Nesse sentido, podemos inferir que a missão se tornou mais “educativa” do que catequética propriamente dita visto que os padres compreenderam que deveriam focar “mais sobre a mudança de ‘costumes’ do que sobre a conversão ou o aprendizado da doutrina” (SANTOS, 2014, p. 36).

Os jesuítas, imbuídos do pensamento humanista, acreditavam na educação como modelação do comportamento como podemos depreender do texto do padre Simão de Vasconcelos (1668, p. 172):

Porque da mesma forma que achamos possível, que um homem verdadeiramente racional, por meio da criação agreste e tosco uso dos sentidos, pode perder o lustre de racional e chegar a parecer um bruto, assim também pelo contrário, esse mesmo, deixando a criação agreste, e

tornando ao trato político dos homens por meio deste poderá apurar-se nos sentidos e apurados estes, nas obras da razão.

Paiva (2016) reitera que a prática das virtudes através da devoção, da penitência e, da fuga dos maus costumes exigida pelos jesuítas, contribuía para uma pedagogia da negação com a qual seria possível desenvolver a racionalidade e a polidez necessárias para a “apuração dos sentidos” apontada por Vasconcelos (1668). Assim, ainda que indiretamente, os jesuítas educavam para a civilidade.

## **OFÍCIOS**

Nos colégios do Estado do Maranhão e Grão-Pará, funcionavam escolas de artes e ofícios. Padre Vieira mandou trazer ao Pará peritos em diversas artes para serem mestres. O catálogo do colégio de 1718 cita entre os oficiais formados em seus quadros: pedreiros, ferreiro, carpinteiro, escultor, torneiro, alfaiate, tecelões, canoieiros. Dentre os estudantes são mencionados indígenas como Manuel, Angelo e Faustino além de negros escravos e cafuzos (LEITE, 1943).

Para Martins (2009, p. 281), as oficinas organizadas nos colégios tinham como objetivo “evangelizar e controlar os índios através do trabalho, tornando ao mesmo tempo possível a construção de igrejas, colégios e aldeias ao longo do grande rio e seus afluentes, facilitando o empreendimento da conquista espiritual e territorial da Companhia de Jesus na Amazônia”.

Os oficiais pareciam ter dedicação exclusiva às obras de sustentação da missão jesuítica, pois uma das reclamações do governador Mendonça Furtado (1751-1759) era justamente a falta de mestres de ofícios que pudessem trabalhar no desenvolvimento do

Estado, visto que os habilitados estavam a serviço dos padres, como explica em carta enviada ao seu irmão em 1752:

Tendo por uma parte as Religiões, dentro dos seus conventos, os oficiais mecânicos não só para se servirem a si, mas aos particulares, sem que haja algum que possa fazer obra que não seja com socorro das comunidades, largando-lhes por grossos jornais os obreiros, vindos de toda a sorte a ficar dentro dos claustros o cabedal que devera girar na República, e que devera sustentar nela o grande corpo de oficiais, que é uma das partes principais que a constituem e que a animam (MENDONÇA, 2005, p. 122).

Martins (2009) afirma que a interação entre os artífices vindos do reino e os índios que se tornaram artesãos propiciou o uso de técnicas mestiças que favoreceram a produção de imagens, pinturas e retábulos nas igrejas jesuítas. Esses objetos representavam a fixação e o fortalecimento da fé católica. Além da produção de tais objetos, e da preparação de mão de obra para a construção dos edifícios dos religiosos (casas, colégios e igrejas), as oficinas tinham uma função pedagógica: imprimir nos índios valores como disciplina, trabalho, entre outros, a fim de moldar o caráter dos indígenas ao modo cristão.

Os anjos tocheiros, esculpidos na oficina de arte do Colégio de Santo Alexandre no século XVIII, e ainda presentes no Museu de Arte Sacra do Pará (inaugurado em Belém, em 28 de setembro de 1998), são evidências da circularidade e mestiçagem de saberes ocorridas em Belém por meio do colégio. As fontes apontam que os desenhos das obras foram feitos pelo padre Joao Xavier Traer, jesuíta que esteve em Belém de 1703-1737. Esse padre austríaco foi responsável pelo entalhe do púlpito e do retábulo da igreja do colégio e provavelmente recebeu influências do movimento artístico ocorrido na Áustria naquele momento pelos indícios encontrados em suas obras (BAZIN, 1983 apud

MARTINS, 2009). Os anjos tocheiros, segundo Daniel (2004, p. 304), “são a primeira obra que fez um índio daquele ofício; e se a primeira saiu tão primorosa, e de primor, que obras de prima não faria depois de dar anos ao ofício?”.

#### **Anjos tocheiros esculpidos por indígenas no século XVII no Pará**



Fonte: <https://mare.art.br/anjos-tocheiros-exemplar-1/>



Fonte: <https://mare.art.br/anjos-tocheiros-exemplar-2/>

O padre João Daniel (2004, p. 341) deixou registrada a sua visão sobre o potencial dos indígenas para o exercício dos ofícios mecânicos:

Onde, porém realçam mais é nas missões e casas dos brancos, em que aprendem todos os ofícios que lhe mandam ensinar, com tanta facilidade, destreza e perfeição, como os melhores mestres, de sorte que podem competir com os mais insignes do ofício; e muitos basta verem trabalhar algum oficial na sua mecânica pra o imitarem com perfeição. Onde

procede haver entres eles adequado imaginários, insignes pintores, escultores, ferreiros, e oficiais de todos os ofícios; e têm tal fantasia, que para imitarem qualquer artefato basta mostrar-lhes o original, ou cópia, e a imitam com tal magistério, ao depois faz equivocar qual seja o original, e qual a cópia.

Além dos ofícios mecânicos, encontramos na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) ofícios relacionados à administração da colônia como almoxarife, contador, escrivão, governador, juiz, meirinho, ouvidor, procurador, provedor da Fazenda Real, secretário, tabelião. Esses documentos, atualmente, podem ser encontrados através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco<sup>5</sup>.

Monteiro (2012) analisa como eram realizados os provimentos desses ofícios na monarquia portuguesas e conclui que eles eram destinados aos nobres, muitas vezes em reconhecimento aos serviços prestados à coroa nas guerras nas colônias. Embora as concessões fossem em média para três anos, alguns cargos se tornavam vitalícios e, conforme as fontes apontam, era comum o ofício de tabelião, por exemplo, passar de pai para filho ou para parentes próximos. Há requerimentos e consultas ao Conselho Ultramarino de moradores solicitando isto, como o requerimento do tabelião Manuel de Lira Barros

---

<sup>5</sup> O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. Fonte: [http://www.cmd.unb.br/resgate\\_index.php](http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php). Os documentos referentes ao Estado do Maranhão e Grão-Pará podem ser acessados nos sites: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013\\_PA&PagFis=1&Pesq=http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009\\_MA](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&PagFis=1&Pesq=http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA). Os catálogos com a descrição dos documentos referentes estão disponíveis nos endereços: <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf> e <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc009/CU-Maranhao.pdf> (Cf. ALBUQUERQUE; BUECKE, 2020).

pedindo alvará para poder transferir, para qualquer um dos seus filhos, a propriedade do seu ofício em 1742.<sup>6</sup>

O ofício de escrivão também era de propriedade do oficial e, em um contexto em que a presença masculina era majoritária, é importante destacar o pedido de Pedro Cavaleiro para que sua filha assumisse seu ofício de escrivã da Fazenda Real. É provável que o pedido tenha ocorrido pela falta de filhos.<sup>7</sup>

Nota-se que o ofício de provedor da Fazenda Real exigia alguma competência para a nomeação, e o atestado de competência de uma autoridade local tinha peso na indicação de um nome, como no caso de João Ferreira Dinis de Vasconcelos, cuja competência foi atestada pelo juiz Antonio Teixeira Alves em 1724.<sup>8</sup>

A competência também era importante para a migração de um cargo para outro. Assim a referência aos “bons serviços prestados” poderia servir de argumento para o requerimento de um novo ofício.<sup>9</sup>

Apesar de, nos territórios portugueses da América, a quase totalidade (senão, a totalidade mesmo) dos juizes ordinários ser constituída de leigos, destaque-se que o exercício de cargos judiciais exigia, por norma, a frequência universitária, o que determinava uma

---

<sup>6</sup> Cf. REQUERIMENTO do tabelião do Público, Judicial e Notas de Belém do Pará, Manuel de Lira Barros, morador naquela cidade, para o rei [D. João V], solicitando alvará para poder transferir, para qualquer um dos seus filhos, a propriedade do seu ofício. [ant. 1742, Maio, 28].

<sup>7</sup> Cf. REQUERIMENTO do proprietário do ofício de escrivão da Fazenda Real e mais anexos da capitania do Pará, Pedro Cavaleiro, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, para o rei [D. João V], solicitando licença para que possa renunciar ao actual ofício em favor de uma das suas filhas. [ant. 1748, Maio, 9].

<sup>8</sup> Cf. CARTA do juiz da Índia e Mina, António Teixeira Álvares, para o rei [D. João VI], atestando a competência de João Ferreira Dinis de Vasconcelos, para exercer o ofício de provedor da Fazenda Real da capitania do Pará. 1724, Agosto, 10, Lisboa.

<sup>9</sup> Cf. REQUERIMENTO de António Pereira, procurador do assistente na capitania do Grão-Pará, António Coelho de Carvalho, para o rei [D. João IV], solicitando sua nomeação para o cargo de escrivão da Ouvidoria-Geral daquela capitania, em virtude dos bons serviços que tem prestado. 1656, Maio, 9, Lisboa.

dada competência. Conforme Camarinhas (2012, p. 161), em vista dessa situação, “este grupo vai, ao longo dos séculos XVII e XVIII, constituir-se num corpo burocrático de cariz marcadamente autónomo”. Na Amazônia, esse corpo se desdobrou em juiz ordinário, juiz dos órfãos, juiz de fora.

Em um dos documentos analisados, encontramos um requerimento do padre jesuíta João Valadas enviado ao Conselho Ultramarino em 1698 solicitando que fosse aviado o cargo de ouvidor letrado para a capitania do Pará. Isso pode indicar que até àquele momento a formação de bacharel não era aplicada ao exercício dessa função na Amazônia. Isto porque, como exposto anteriormente, em Portugal o termo *letrado* era específico para o tratamento dos oficiais da área jurídica. A preocupação do padre com essa exigência pode demonstrar por um lado o valor dado às letras pelos jesuítas e por outro pode indicar algumas dificuldades nas relações com ouvidores não letrados.

O termo *bacharel* aparece nessa documentação para se referir ao ouvidor-geral Luís Barbosa de Lima, nomeado para o cargo em 1731.<sup>10</sup> Ao que parece, a partir desta década, o poder e influências dos juízes são consolidados na região, a julgar pelo aumento dos requerimentos envolvendo esse ofício. Na década de 1750, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado chegou ao Pará como governador, ele enfrentou vários embates com o ouvidor Manuel Luís Pereira de Melo, sobretudo, por disputas de jurisdição. Sobre ele, o governador registra:

---

<sup>10</sup> Cf. CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre o requerimento do bacharel Luís Barbosa de Lima, nomeado para o exercício do ofício de ouvidor-geral do Pará, em que solicita o aumento de uma ajuda de custo. 1731, Abril, 4, Lisboa.

Aqui me fica o bacharel Manuel Luís Pereira de Melo que me tem dado bastante que sofrer, e não me tem sobejado nada da paciência, é mui curto de talento, sumamente malcriado e proporcionalmente atrevido, soberbo, e incivil, com o pior modo que eu vi a homem nenhum, deu-me o desgosto de me obrigar a dar uma Conta dele, quando eu menos o poderia esperar (MENDONÇA, 2005 [1751], v. 1, p. 183).

Percebe-se também que, em muitos casos, a burocracia para a efetivação legal da pessoa no referido ofício passava por um longo trâmite. Porém, aparentemente, era possível permanecer no exercício do cargo mesmo sem receber os soldos, fato que motivava solicitação de regulamentações posteriores. Observa-se que embora fosse necessária a solicitação de renovação da pessoa no cargo, a menos que houvesse alguma denúncia de irregularidade, o oficial permanecia no cargo até sua morte.

Ao que parece, a distribuição dos ofícios se dava também por questões de ordem econômica, pois muitos pedidos ressaltavam a necessidade do postulante de recursos financeiros para viver na colônia. Isso aponta para a inserção de ofícios como política de sobrevivência dos colonos que não se encontravam aptos para exercer as funções de produção econômica naquele momento como a exploração das drogas do sertão.

A maioria dos ofícios era exercida por moradores de Belém, mas era comum pedidos de moradores de Lisboa para virem exercer determinados ofícios na cidade. Assim como também ocorria a solicitação de envios de pessoas para exercerem ofícios demandados na colônia para os quais não se encontravam mestres de ofícios preparados.

O atendimento dos pedidos para os filhos assumirem os ofícios demonstra que o conhecimento também era repassado para os filhos na execução cotidiana da atividade. Nesse sentido, a formação escolástica e humanista dos currículos dos colégios jesuítas não contribuía para a formação dos quadros administrativos necessários para o Estado na colônia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades missionárias dos jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII repercutiram também no âmbito educacional num período em que a escolarização era incipiente e a demanda dos colonos apontava por uma formação prática. Os colégios instalados na região, notadamente os colégios de Nossa Senhora da Luz, em São Luís, e o colégio de Santo Alexandre, em Belém, foram, sobretudo, centros do trabalho missionário, onde os padres da missão se hospedavam e organizavam as novas expedições para o interior do Estado. A instalação dos cursos estabelecidos no *Ratio Studiorum* – Humanidade, Filosofia e Teologia – foi paulatina conforme a disponibilidade de docentes e recursos dos colégios, mas no século XVIII, até 1759, ambos os colégios contavam com essa formação.

Ainda que houvesse letrados formados em seus quadros, cuja atuação foi destacada no século XVIII, como Jacinto de Carvalho e Bento da Fonseca, não se pode afirmar que essa tenha sido uma vocação do colégio do Pará e embora a civilidade como sinônimo de polidez estivesse no âmbito de preocupação formativa dos jesuítas, seus esforços resultaram mais na formação de oficiais mecânicos que atendiam a demandas de suas fazendas e aldeamentos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Betania Barbosa; BUECKE, Jane Elisa Otomar. A educação no Brasil colonial: revisão bibliográfica e caminhos para pesquisas na Amazônia. *Revista História da Educação*, n. 24, e95977. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/95977> >. Acesso em 20 mar. 2022.
- ARENZ, Karl Hans. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1698). *Revista de Estudos Amazônicos*, Belém, v. 5, n. 1, p. 25-78, 2010. Disponível em: < [http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/artigo:arenz-2010/arenz\\_2010\\_bettendorff.pdf](http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/artigo:arenz-2010/arenz_2010_bettendorff.pdf) >. Acesso em: 01 nov. 2016.
- BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 2. ed. Belém: Fundação Cultural Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. *Projeto Resgate*. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/> >. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 10 Tomos. Disponível em: < <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/> >. Acesso em: 27 maio 2022.
- CAMARINHAS, Nuno. As residências dos cargos de justiça letrada. In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini (Orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012, p. 161-174.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, 2019. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2019v26n41p84> >.
- DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, vol. 1: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

- FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. 1: séculos XVI-XVIII. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 56-76.
- FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 693-713, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/12.pdf> >. Acesso em: 4 set. 2018.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial (séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016, p. 131-145.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, preguiça e matulagem: o trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 13, n. 1, p. 1-29, 2015.
- LEITÃO, Ana Rita Bernardo. *Problemática assistencial, sociocultural e educativa nas aldeias e missões do Real Colégio de Olinda (séculos XVII e XVIII): contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINS, Renata Maria de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 2 v.
- MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 27, n. 1, p. 46-75, 2009.

- MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. Os jesuítas e a defesa da legislação indigenista na Amazônia colonial. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JR., José Alves de (Orgs.). *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 199-220.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751- 1759*. Tomo 1. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O provimento dos ofícios principais da monarquia (1640-1808). In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini (Orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012, p. 39-50.
- MORAES, Jomar. Nota introdutória. In: CARVALHO, Jacinto. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*. [Organização, introdução e notas de Jomar Moraes]. São Luís: ALUMAR, 1995, p. 9-33.
- PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 43-59.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. Lisboa: Offcina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Letrados. *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*. 2019. Disponível em: < <https://denipoti.wixsite.com/website/sobre-1> >. Acesso em: 5 ago. 2020.
- SANTOS, Breno Machado dos. *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará seiscentista: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da missão*. Jundiá: Paco Editorial, 2015.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: UFRB, 2014.
- VIEIRA, Antônio. *Cartas*, vol. 1. [Organização e notas João Lúcio de Azevedo]. São Paulo: Globo, 2008.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1668. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1849> >. Acesso em: 7 ago. 2020.

# 5

## **HOMENS DE SABER NA CAPITANIA DA PARAÍBA: UMA BREVE TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS, DA CONQUISTA À EXPULSÃO**

*Thiago Gomes Medeiros*<sup>1</sup>

América portuguesa, meados do século XVI. Quando chegaram os primeiros jesuítas ao Brasil, liderados por Manoel da Nóbrega em 1549, começou-se a escrever a história da neocolônia lusitana pela ação dos religiosos inacianos. Os jesuítas ocuparam um terreno multifacetado, desempenhando um papel integrador de acordo com o jogo social, político e eclesiástico no qual estivessem inseridos. Durante o processo colonizador, tinham como missão catequizar e apaziguar os nativos, além de prestar assistência religiosa, instrução<sup>2</sup> e doutrina<sup>3</sup> aos filhos dos colonos por meio da fundação de colégios<sup>4</sup>.

Neste sentido, serão chamados “homens de saber”<sup>5</sup>, devido aos remetimentos possíveis contidos no termo, podendo também os qualificar como “homens de poder”, “homens de cultura”, “homens de negócios”. Para construção desse entendimento, parte-se da

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto; professorthiagomedeiros@gmail.com

<sup>2</sup> “INSTRUCÇÃO, s.f. Ensino, educação, documento. Apontamento, regimento, que se dá a alguém, para se reger por ele” (SILVA, 1789, v. 2, p. 168).

<sup>3</sup> “DOUTRINA, s.f. Ciencia, saber, erudição. Ensino. Os pontos de Fé, e de crença da Religião, e assim os preceitos de moral: a Doutrina Christã. Discurso moral: pregar doutrina” (SILVA, 1789, v. 1, p. 641).

<sup>4</sup> “COLLEGIO. Lugar, em que se ensinao as humanidades, & as sciencias [...]” (BLUTEAU, 1712 [Tomo 2], p. 375).

<sup>5</sup> Utilizo a expressão “homens de saber” para me referir aos jesuítas, alinhado ao pensamento de Jacques Verger. Não estando o termo “restrito a uma erudição latina, a uma cultura livresca, ao final da Idade Média. Mas sim, constituem os detentores de valores culturais, que lhes permitem o exercício de profissões, a participação no poder e até mesmo a atividade erudita” (VERGER, 1999, p. 8).

compreensão das suas práticas sociais, dos anseios missionários, da natureza dos serviços prestados à Igreja e ao Estado, em que é possível enxergar a relação direta dos jesuítas com as esferas de poder, colocando sempre em evidência os interesses e aspirações da Ordem.

## **TEMPOS DE CONQUISTA**

Tratando-se da Capitania da Paraíba do Norte, a relação existente entre a Companhia de Jesus e o território paraibano ocorre desde o período inicial de conquista e colonização das terras recém-apanhadas por Portugal. Os jesuítas desempenharam um papel fundamental no processo de conquista da Capitania, como consta no *Sumário das Armadas*<sup>6</sup>. Pimentel (2005, p. 23-25), narra que os inacianos atuantes nas incursões no Rio Paraíba, provinham de Olinda onde estavam instalados desde 1550. Esses religiosos visavam expandir sua missão às terras ao norte do rio Goiana. Para tanto, os padres Jerônimo Machado e Simão Travassos estiveram na expedição liderada pelo ouvidor-geral Martim Leitão, com a importante missão de garantir a paz com os índios Tabajara:

Os religiosos da Companhia de Jesus que acompanharam a expedição de conquista da Capitania da Paraíba e fundação de sua sede, em julho de 1585, tinham como objetivo principal dedicar-se à catequese dos indígenas, dentro do espírito missionarista daquela ordem. Apenas dois meses antes, em 25 de maio do mesmo ano, o papa Gregório XIII estabelecia, na bula *Ascendente Domino*, que os jesuítas tinham entre suas obrigações a

---

<sup>6</sup> Documento considerado “certidão de nascimento” da Capitania da Paraíba, onde o autor declara-se “testemunha de vista” dos acontecimentos relacionados à conquista do Rio Paraíba. Alguns historiadores paraibanos atribuem a autoria do texto ao padre jesuíta Simão Travassos, que participou da expedição de conquista da Paraíba em 1585 (HISTÓRIA, 2010).

conversão de almas para o catolicismo e a assistência espiritual aos fiéis (OLIVEIRA, 2003, p. 99).

Selado o acordo com os Tabajara e o deslocamento dos Potiguara para a região da Serra da Copaoba e Baía da Traição, firmou-se a paz, em 05 de agosto de 1585, com o cacique dos Tabajara o índio Piragibe. Após sucessivas lutas contra os nativos, assentamento da paz e escolha do local para a construção do Forte do Varadouro – símbolo da consolidação da conquista – João Tavares e Martim Leitão fundaram a Povoação de Nossa Senhora das Neves, no ano de 1585, que se tornou a sede da Capitania da Paraíba.

A presença desses homens de saber, assistindo o processo de fundação da nova capitania possuía dois objetivos iniciais, fundar casa e colégio. Segundo Leite (2020, p.22), colégios não se restringiam somente a instituição de ensino. Eram complexos onde os padres moravam e desempenhavam suas funções, unidade multifuncional de agregamento dos inacianos. Os *Colégios* estavam para os jesuítas como os *Conventos* para os franciscanos e carmelitas e os *Mosteiros* para os beneditinos.

Já instalados no território, os inacianos fundaram a casa e ermida de São Gonçalo<sup>7</sup> bem como uma capela na aldeia do cacique Piragibe. Vale salientar que o trabalho dos jesuítas na Paraíba resultou no conjunto arquitetônico que compreendeu, a igreja, o colégio e o

---

<sup>7</sup> Que depois se tornou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, já na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, em 1759.

seminário<sup>8</sup> sob a invocação de São Gonçalo<sup>9</sup>. Nesse arcabouço, além da catequese e apaziguamento dos indígenas, os homens de saber estiveram empenhados na edificação do empreendimento colonial quando atendem os anseios da fidalguia local no sentido de instruir e doutrinar no território paraibano, exercendo um papel integrador na sociedade.

O pioneirismo dos jesuítas em terras paraibanas não significou a exclusividade na prestação dos serviços religiosos na região. Os inacianos que chegaram em 1585, conviveram com a presença dos franciscanos, cuja instalação ocorreu em 1589, assim como os carmelitas que chegaram à Paraíba em 1591, todos no governo do capitão-mor Frutuoso Barbosa (1589-1591). Também missionaram os beneditinos, fixando-se no ano de 1599, já no governo de Feliciano Coelho (1592-1600). Os missionários jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos “tomaram como bandeira, após a descoberta do Novo Mundo, a conversão e a catequese do ‘gentio’ que habitava tão distantes terras. Reflexo especialmente do Concílio de Trento [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 85).

---

<sup>8</sup> “SEMINARIO. A casa, em que se crião, e se ensinam moços em bons costumes, e virtudes para o serviço de Deos, e da Igreja. Depois do Concilio Tridentino encomendar, e ordenar a fundação dos Seminarios, se fizerão muytos na Christandade; dos quaes os primeyros, e principaes Authores forão S. Carlos Borromeo, e S. Francisco de Sales [...] 6. mostra Manoel Severim de Faria o quanto importa a fundação de alguns Seminarios em varias Colonias da Coroa de Portugal. [...] SEMINARIO. Origem, principio, assim para o bem, como para o mal. [...] SEMINARIO. Adjectivo. Virtude Seminaría. Vid. Seminal. (Se transfunda para isso na virtude Seminaría) [...]” (BLUTEAU, 1720 [Tomo 7], p. 569).

<sup>9</sup> Conjunto arquitetônico dos jesuítas situado na Praça João Pessoa (antigo Largo do Colégio), no centro da capital paraibana, compreende atualmente o prédio da Faculdade de Direito da UFPB, o Palácio da Redenção (atual sede do governo do Estado da Paraíba) e o jardim do Palácio onde esteve erguida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. Espremida entre os dois prédios que compõem o conjunto, a Igreja jesuíta foi demolida sob a justificativa de abrir espaço e ampliar a ventilação do local, dando lugar ao jardim, em 1929. Conforme Ribeiro (2009, p. 117-119), no local destinado ao jardim foi construído o mausoléu do ex-presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado em 1930, e D. Maria Luiza, sua esposa, para onde os restos mortais foram trasladados do Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro em 1997, por ocasião do 67º aniversário de sua morte.

A permanência dos jesuítas na capitania durou apenas oito anos na fase inicial. Segundo Regina Célia Gonçalves (2007, p. 113), o modelo instaurado pelos inacianos pretendia expandir o catolicismo, atrelado à expansão marítimo-comercial europeia, cuja intenção primaz era a expansão territorial e espiritual sob a égide do cristianismo católico acuado pela Reforma Protestante.

Surgiram na Paraíba, divergências acerca do trabalho e escravização<sup>10</sup> dos indígenas. Os inacianos se opuseram em algumas situações a ceder indígenas aldeados para serem escravizados por colonos. Ocorreram embates entre jesuítas e colonos, disputas que se espalharam por diversos rincões da colônia. Da mesma forma, a delimitação das fronteiras sob o domínio português e o controle econômico das regiões influenciadas pela Companhia de Jesus agravaram a disputa. As contendas se deram, prioritariamente, pela defesa de interesses capitais. Os jesuítas dificultavam a escravização dos indígenas, que representavam a mão de obra mais acessível, já que os escravizados trazidos da África eram muito onerosos para os produtores locais. Os padres deslocavam as aldeias mais próximas dos núcleos urbanizados para o interior do território, fundando missões/aldeamentos, e nesses núcleos mantinham os indígenas sob sua tutela.

Do ponto de vista da missão, a catequese e a conversão eram fundamentais para a consecução do objetivo final: a criação de uma comunidade de iguais

---

<sup>10</sup> No que diz respeito ao trabalho dos indígenas: É imprescindível ressaltar que “[...] pelo menos nas primeiras décadas de colonização, indica que a situação mais comum de sua inserção no mundo do trabalho na colônia era na condição de não-cativo. E essa era também a sua condição jurídica, embora a liberdade assegurada pela legislação, então em vigor, não correspondesse sempre à sua situação efetiva na realidade. Ou seja, embora juridicamente livre, o índio aldeado, colocado sob tutela de missionários e disponibilizado para o trabalho nas terras exploradas pelos colonos, era efetivamente tratado como escravo” (GONÇALVES, 2007, p. 111).

em que os índios seriam incorporados ao universo do cristianismo. Considerados seres a serem salvos, através da conversão, os índios não poderiam ser “coisa”, não poderiam ser escravos. (GONÇALVES, 2007, p. 119).

A presença dos franciscanos aprofundou a crise entre os jesuítas e as autoridades locais. O governador Frutuoso Barbosa convidou os frades menores através do Frei Melchior de Santa Catarina, da Custódia de Santo Antônio, em Olinda, a se instalarem na capitania, conforme Pimentel (2005, p. 29). Com a instalação dos mendicantes, a atenção — outrora exclusiva dos inacianos por parte do governo local, da população e, principalmente, das mercês da Coroa — passou a ser partilhada entre os religiosos jesuítas e os franciscanos. Além disso, surgiram questões territoriais como a divisão das aldeias, ocasionando a partilha da mão-de-obra nativa utilizada nas fazendas, próprias para a subsistência, e nos engenhos, estes destinados ao empreendimento colonial açucareiro.

Nesse contexto, passou a existir um processo de disputa entre as ordens religiosas acerca da região do Almagre, na Praia do Poço, em Cabedelo, haja vista que os jesuítas tinham iniciado a construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, na região, e os franciscanos receberam provisão das terras e do aldeamento indígena diretamente de Frutuoso Barbosa, capitão-mor. Entretanto, o controle da localidade só se efetivou sob tutela dos franciscanos com a saída definitiva dos jesuítas da Paraíba, afirmou Oliveira (2003, p. 99).

Os frades franciscanos se aliaram ao capitão-mor, inclusive arregimentando aldeados, para o maior empreendimento de Frutuoso Barbosa: a construção do Forte de Cabedelo, tarefa para a qual, por sua vez, os jesuítas se recusaram a prestar auxílio: “Irritado com a atitude

dos jesuítas, o governador da Paraíba fez contra eles representação<sup>11</sup> junto ao Rei, acusando-os de provocar desavenças na Capitania e dificultar sua defesa” (PIMENTEL, 2005, p. 45).

A cisão total entre os jesuítas e o governo local se deu quando o governador Feliciano Coelho resolveu transferir e dividir a aldeia de Piragibe, onde os jesuítas prestavam assistência. Metade dos aldeados foi transferida para a região do Rio Inhobim e a outra para Livramento, culminando na destruição da aldeia velha. Tal atitude gerou reclamação dos padres da Companhia ao governador geral D. Francisco de Sousa, que despachou em favor de uma indenização requerida pelos jesuítas. O caso foi levado ao Rei pelo capitão-mor, que reclamou dos jesuítas e do governador geral: “Se Vossa Majestade não olha por isto nem manda o que se há de fazer sobre este particular (dos índios), haverá grandes dissensões e rebeliões entre nós e, antes de muito, nos degolaremos uns aos outros” (ALMEIDA, 1966, p. 125).

O que resultou da queda de braço entre os membros da Companhia de Jesus (poder espiritual) e o governo da Capitania da Paraíba (poder temporal) sobre questões como a política de controle dos nativos e a utilização como mão-de-obra escravizada, além dos entreveros recorrentes na relação entre as duas primeiras ordens que se fixaram na Real Capitania, foi o processo de expulsão dos jesuítas, em 1593, pelo então governador Feliciano Coelho.<sup>12</sup>

Após a primeira expulsão, as missões dos inacianos foram assumidas pelos franciscanos, tendo os jesuítas que esperar cerca de

---

<sup>11</sup> “REPRESENTAÇÃO: ofício ou manifesto assinado coletivamente por órgão colegiado, expondo ou solicitando algo a uma autoridade. Em geral não é assinado por todos e, sim, pelo diretor ou presidente do colegiado” (BELLOTO, 2006, p. 102).

<sup>12</sup> Em 1593 ocorreu a primeira expulsão dos jesuítas do território paraibano, a segunda expulsão aconteceu em 1759.

setenta e oito anos para retornar ao território paraibano, fato que só ocorreu por volta de 1671, o que é confirmado por carta dos oficiais da Câmara da Paraíba ao príncipe regente, datada de 15 de janeiro daquele mesmo ano, onde os oficiais reclamaram da desassistência de padres na capitania e solicitaram provisão para sustentar os membros da Companhia<sup>13</sup>.

No período de vinte anos compreendido entre 1634 e 1654, tempo em que se deu a invasão holandesa na Paraíba, resultou na redução dos quadros sacerdotais católicos na região. Os batavos possuíam origem protestante-calvinista e não davam atenção estrita às questões religiosas dos católicos. Não edificaram nenhuma igreja nem deram assistência às missões católicas, como já era de se esperar. Os holandeses expulsaram os franciscanos do Convento de Santo Antônio, apropriaram-se durante certo tempo do mosteiro dos beneditinos para transformar em fortificação, mantendo os frades carmelitas em seu convento na cidade Frederica (PIMENTEL, 2005, p. 59).

## **A CASA E O COLÉGIO**

Com o fim do domínio holandês na Paraíba, a ordem política foi restabelecida, mas a crise socioeconômica acabou por se instalar. Os governos que sucederam a fase de ocupação se empenharam em recuperar a economia açucareira e, nesse contexto, os jesuítas foram reconduzidos ao território, dando continuidade aos trabalhos

---

<sup>13</sup> CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao príncipe regente [D. Pedro], acerca das sobras da Fazenda Real, em que pedem uma ordinária aplicada aos dízimos da capitania, para sustento dos padres da Companhia de Jesus, e uma esmola para reedificar e ornamentar a igreja matriz; e em que tecem elogios ao governador Inácio Coelho da Silva. Cidade de Nossa Senhora das Neves, 25 ago. 1671. [PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)] AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 78.

interrompidos em 1593. Em 1671<sup>14</sup>, os “homens de saber” retomaram as costuras políticas com os “homens-bons”<sup>15</sup> para fixação de nova casa na Capitania da Paraíba, sem ainda se instalar definitivamente, pois era necessária a autorização e provisão real como consta na missiva dos oficiais da Câmara:

[...] a que postrados com a devida humildade representemos a V.A. o quanto pece esta Cappittania e seu povo da afsistencia dos Padres da Companhia de Jesus [...] Porem hoje com tranquilidade e Pax, achamos nelles a falta daquela doutrina espiritual, e tempos al, a qual, com particular Dom de Deus sabe admitir esta Sagrada Companhia [...] Pedimos Sor postrados aos Reaes pes V.A. nos conceda sua ordinaria aplicada nos dizimos desta Cappittania para sustento dos ditos padres da Companhia, para que nos possamos logo aproveitar de sua espiritual Lavoura.<sup>16</sup>

Percebe-se no apelo discursivo dos oficiais, em consulta ao príncipe regente D. Pedro, a necessidade iminente da assistência espiritual dos padres da Companhia de Jesus, bem como a carência de recursos para instalá-los e mantê-los novamente, após a restauração do governo ligado a Portugal. Essa carência de cunho espiritual misturava-se ao contexto de uma capitania em crise econômica e recém-desocupada pelos invasores neerlandeses.

---

<sup>14</sup> “Nos primeiros anos da invasão de Pernambuco, os Padres sulcaram a Paraíba com os seus índios com fortuna vária, até que os holandeses conquistaram essa Capitania. Depois da restauração, enquanto se reorganizava o Colégio de Olinda e se fundava o de Recife, trataram os paraibanos, já agora não apenas os índios, mas os moradores, de ter também casa própria. Desde 1671 que moviam influências para a conseguir, e ofereciam meios indispensáveis à sua “fundação”. Entre os mais empenhados nela, estão o P. Antônio de Viveiros, vigário da Matriz e geral da Capitania, e o Capitão Antônio Cardoso de Carvalho, que além dalgumas terras oferecia 4.000 cruzados, e para ambos se pediram cartas de confraternidade” (MACHADO; PERIER *apud* LEITE, 2004, Tomo V, p. 357).

<sup>15</sup> “Homem de bem, fidalgo, nobre” (SILVA, 1789, v. 2, p. 117). Homens influentes, brancos, ricos fazendeiros e membros da elite local que podiam exercer o cargo de Oficial da Câmara.

<sup>16</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 78, f. 1.

Curiosamente a Câmara apela ao príncipe regente em favor dos jesuítas, explicitando a necessidade da assistência desses padres especificamente, em detrimento de outros religiosos que habitavam a capitania e já possuíam casas como franciscanos<sup>17</sup>, beneditinos e carmelitas. No mesmo ano em que os moradores da Paraíba requereram a assistência dos padres da Companhia de Jesus, 1675, o próprio príncipe regente D. Pedro, por meio de carta régia ao capitão-mor Manuel Pereira de Lacerda, ordena que ele lhe informasse se “os padres de São Bento mantinham as escolas que eram obrigados a ter, para educação dos filhos dos moradores da terra” (MOURA FILHA, 2005, p. 64). No entanto, não pude encontrar a resposta do capitão-mor ao rei, tampouco outra referência beneditina ou carmelita diretamente ligada ao campo instrucional na Paraíba até a segunda metade do século XVIII. Já os franciscanos, desde a instalação de seu convento, mantinham regularmente escola de gramática tanto para os noviços como para os filhos de colonos mais pobres (OLIVEIRA, 2016, p. 12-14).

Ora, por trás da doutrina espiritual oferecida pela Companhia, o serviço dos homens de saber no escopo das práticas educativas era fundamental e necessário para a localidade. Contudo, para dizer missa, administrar os sacramentos e prestar assistência espiritual aos moradores não faltavam sacerdotes, mas para realizar o trabalho específico de ensino eram requisitados os padres/professores da ordem colegial<sup>18</sup> de Santo Inácio.

---

<sup>17</sup> A Ordem franciscana possuía em seus quadros, frades que atuavam extramuros como Mestres de Gramática, ensinando aos filhos dos moradores ao longo do século XVIII (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 135, D. 10107).

<sup>18</sup> “[...] os franciscanos se constituem como uma ordem *conventual*, e os beneditinos como uma ordem *monástica*, podemos também dizer que os jesuítas se constituíam como uma *ordem colegial*” (LEITE, 2020, p. 22).

Assim, o Conselho Ultramarino consultou novamente o príncipe regente D. Pedro sobre a representação dos moradores da Paraíba onde pediam assistência para os padres da Companhia de Jesus. Sobre a demanda, o Conselho sugeriu ao príncipe já em 1675:

[...] mandar nomear ordinaria<sup>19</sup>, como se fez aos Capuchos, q aly tem Convento, porque os moradores inda hoje podem pouco, e mais não se conformando todos como vio alguns com menos inclinação a estes Relligiosos, porem que tambem ha morador, que com bom zello offerecera naquella occazião tres mil cruzados de sua fazenda para se principiar a Igreja, que he Antonio Cardozo de Carvalho [...].<sup>20</sup>

O posicionamento inicial dos conselheiros é que a Coroa “mande nomear ordinária”, ou seja, a fazenda pública iria garantir a assistência dos jesuítas na Paraíba, da mesma forma que eram mantidos os capuchos (franciscanos), visto que os moradores não podiam arcar com as despesas, pois “podem pouco”.

Também fica exposto que não existia uma unanimidade sobre o desejo de retorno dos religiosos de Santo Inácio, tendo alguns moradores menos inclinação a eles, nesse sentido uma expressa resistência. Ainda assim, o morador Antonio Cardozo de Carvalho dispôs de três mil cruzados para que iniciassem os trabalhos de construção da igreja, certamente a ermida de São Gonçalo, entre outros assuntos.

No mesmo fólio documental, constata-se que o Conselho orientou como o príncipe deveria tratar as questões referentes à Paraíba,

---

<sup>19</sup> “ORDINARIA, s.f. pensão, ou mantimento assinado, e dado regularmente a alguma pessoa, ou casa, aos mezes, aos quarteis, ou por ano” (SILVA, 1789, v. 2, p. 360).

<sup>20</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba, em que pedem assistência dos padres da Companhia de Jesus. Lisboa, 07 out. 1675. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx 1, D. 94, f. 1.

também se registrou o primeiro indício documental da possível criação de um colégio de tradição jesuíta, com o aval, deferimento e mercê da Coroa:

Senhor

O sexto ponto sobre o que pedem os moradores da Capitania da Parahiba, representando a Vossa Alteza a pax que logrão no felix governo de Vossa Alteza, e prostrados a seus reais pes lhe representão. Carece aquelle povo da assistencia dos Padres da Companhia, para lhe encarregarem a doctrina de seus filhos, pois com particular dom de Deos a sabem administrar, e ser de seu instetuto, e pedem para este effeito a Vossa Alteza lhes conceda hua ordinaria, paga pellos dizimos daquella Capitania para sustento dos ditos padres.

[...] E dandose vista ao Procurador da Fazenda, respondeo que não constão quais seião os sobejos dos dizimos, e que estes tem tanta applicação, que tudo o que houver he necessario para se gastar no mesmo para que forão concedidos, e em outras despezas precisas. Que se o povo, e officiaes da Camara querem os Padres da Companhia, não tem duvida a que os levem, mas será necessario que contrebuaõ para sua sustentação, como agora fizeram neste Reyno os da cidade de Beja, que quanto dos dizimos, não vem em ordinaria, nem lhe parece razão.

Ao Concelho parece, que suppostas as couzas da Parahiba, nestes principios, que primeiro deve Vossa Alteza mandar tratar de sua forteficação, defença e augmento. E pello tempo adiante, crescendo aly o rendimento da Fazenda Real, terá então lugar o requerimento destes moradores, mandandolhe Vossa Alteza escrever, que fica com atenção a elle para lhes defferir, quando aquella Cappitania vá em augmento e seus moradores, para poderem assistir a obra tão pia, e Vossa Alteza lhes mandar nomear ordinaria, e dar licensa para formarem Collegio. Lixboa 7 de Outubro de 1675.

O Conde de Val de Reys, Francisco Malheiro, Ruy Telles de Menezes, Feliciano Dourado.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx 1, D. 94, f.1-1v.

Ainda sobre a manifestação do Conselho Ultramarino de 1675, torna-se recorrente a necessidade dos ditos “homens de saber” para se encarregarem da doutrina dos filhos da fidalguia, porque os jesuítas “a sabem administrar, e ser de seu instituto”. Porém, a resolução dessa situação esbarrava na falta de recursos para sustento dos padres. O processo já havia passado pelo Procurador da Fazenda que afirmou não haver sobras dos dízimos para essa aplicação. Ficaria a cargo do povo e dos oficiais da Câmara a contribuição para sustentação dos inacianos como já ocorria em Beja, no Reino.

Para o Conselho, as prioridades da Paraíba seriam tratar da sua fortificação, defesa e aumento das rendas. Caso os rendimentos da fazenda aumentassem, o requerimento dos moradores poderia ser deferido, com a nomeação de ordinária e licença para formarem um colégio. Somente após sucessivas tentativas e consultas ao príncipe regente D. Pedro ocorridas entre os anos de 1671 e 1675, pedindo que a Coroa Portuguesa garantisse o sustento dos jesuítas na Paraíba, é que o governante finalmente se manifestou sobre o assunto por meio de decreto, em 1676:

Para os officiaes da Camara da Capitania da Parahyba.

Eu o Principe vos envio saudar. Vi o que me escreveres a cerca da pertenssão que tem os moradores dessa Capitania de que seria muito conveniente assistirem nella Relligiozos da Companhia para ensinarem e doutrinarem seus filhos concedendosselhes hua ordinaria para seu sustento.

E pareseome dizervos que por não constar que haja sobejo nos dizimos, aonde os ditos moradores pertendem que se lhes pague, se não pode por hora defferir a este requerimento por terem tanta applicassão que tudo o que houver he necessario para se gastar no mesmo para que forão concedidos, e em outras despezas presizas. Porem se o povo e officiaes da Camera quizerem ahi os ditos Relligiozos não terey a isso duvida; mas será

nessesario que contribuição para sua sustentassão, com o que lhes for  
nessesario. Escrita em Lisboa a oito de Fevereiro de 1676 = Príncipe = O  
Conde de Val de Reys = Para os officiaes da Camara da Parayba.<sup>22</sup>

Claramente os moradores da Paraíba e o príncipe D. Pedro enxergavam a contribuição positiva dos religiosos jesuítas para o processo de ensino e doutrinação na capitania. Contudo, nenhuma das partes estava disposta a arcar com as despesas provenientes da instalação dos inacianos: nem os moradores, que apelavam ao governante lusitano para que assumisse essa demanda financeira, nem o Príncipe, que argumentava não haver sobra nos dízimos para tal despesa. De forma muito direta, o regente do trono jogava a responsabilidade para o povo e para os Oficiais da Câmara, determinando explicitamente que se os paraibanos quisessem de fato o retorno dos jesuítas e a fundação de nova casa, deveriam contribuir para o seu sustento no que fosse necessário, afirmando não se opor ao desejo do povo no que dissesse respeito à assistência dos padres da Companhia de Jesus na Cidade da Paraíba.

Já no ano de 1682, o provincial Antônio de Oliveira<sup>23</sup>, autoriza o retorno dos inacianos à Paraíba, que apenas se concretizou um ano depois com a abertura da casa pelo Pe. Diogo Machado em 1683. “A Casa abriu-a, efetivamente, este ano de 1683 o P. Diogo Machado<sup>24</sup>; e no

---

<sup>22</sup> Decreto (cópia), datado de 8 de fevereiro de 1676, concedendo aos religiosos da Companhia de Jesus, autorização para fundarem casa na cidade da Paraíba. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, Doc. 1281, f.13-13v.

<sup>23</sup> “Antônio de Oliveira, Provincial do Brasil (1681-1684). “Nasceu cerca de 1627 na Bahia. Entrou na Companhia com 14 anos de idade a 20 de outubro de 1641. Fez profissão solene na Bahia, a 29 de agosto de 1660, recebendo-a Francisco Ribeiro. Ensinou Humanidades, Filosofia, Teologia e Moral [...]. Foi Reitor do Colégio de Olinda (1679) e Procurador em Roma. [...] Além disto fundou a Casa, depois Colégio da Paraíba do Norte” (LEITE, 2004, Tomo VII, p. 24).

<sup>24</sup> “Diogo Machado (1688-1692). Provincial. Tomou posse do cargo de Provincial no mesmo dia em que o P. Antônio Vieira assumira o de Visitador, 15 de maio de 1688. Nasceu na Bahia em 1632. Filho do Capitão Antônio Machado Velho e sua mulher Inês de Góis de Mendonça. Entrou na Companhia, com 14 anos de idade, no dia 8 de junho de 1646, e fez profissão solene a 2 de fevereiro de 1665. Ocupou os

seguinte, Manuel Martins Vieira, e sua mulher Inês Neta assumiram o encargo da ‘fundação/dotação’ com a doação de uma série de bens, em 10 parcelas, já em 1684” (LEITE, 2004, Tomo V, p. 357).

Lista do que consignão pera dote e fundação de hum collegio na cidade da Paraíba Manoel Mizn.(?) Vieyra e Inez Neta sua molher.

- 4 moradas de cazas de pedra e cal na cidade da Paraíba, três acabadas e perfeitas e hua com algumas paredes levantadas, e com todos materiais necessarios pera se acabarem.

- Hum sitio no forte velho com cazas de telha, coqueyros, e outras arvores, com 283 braças de testada e 1500 de comprido.

- Hum sitio em que vive Manoel Fernandes de sobras que ficam entre o dito sitio e o mar.

- Hum sitio que foi de Pedro das Neves com a terra que lhe tocar.

- Hua sorte de terra de 500 ou 600 braças na testada dos ditos sítios que forão de hum Diogo Gonçalvez Mariguiz.

- Huas sobras que tambem forão do dito entre a dita terra e a de D. Maria Cezar. Todas estas datas ou sitios estão misticos excepto o que foi do tal Pedro das Neves que esse fica em meyo.

- Hum pedaço de terra da outra parte do rio, que parte com o rio Jacuipe do oeste, e do sul fronteyro ao forte velho, de leste com o mesmo rio. Nesta terra se podem fazer salinas.

- Hum sitio na praya junto a ponta do Lucena com mil braças de testada e huma legoa para o sertão com hum posto de rede de espera, 200 coqueyros novos.

- Duas sortes de terra em Camaratuba, hua de sinco mil braças outra de duas legoas em quadra na sua testada, distantes da cidade seis legoas.

Nestas duas sortes de terra estão situados oito curraes de gado, em hum

---

cargos de Reitor do Colégio do Espírito Santo (1677), Superior da Casa da Paraíba (1683), Reitor do Colégio da Bahia (1685), o qual pôs à disposição da cidade durante o terrível contágio do “mal da bicha”. De Reitor da Bahia passou a exercer o ofício de Provincial até a chegada em 1692 do seu sucessor Manuel Correia, que o nomeou Visitador de Pernambuco. Faleceu octogenário na Bahia a 10 de janeiro de 1713” (LEITE, 2004, Tomo VII, p. 26).

delles esta huma cappella com todos entrega 600 cabeças de gado com 20 peças de Guiné.

- Em mão do Reverendo vigario da mesma capitania pessoa muy abonada Antonio de Viveyros a juro 1.000 reis

Tudo isto esta avaliado em des e seis mil cruzados, que logo oferecem e de que querem fazer logo escritura de doação entre vivos para fundação do dito collegio os fundadores assima nomeados; so se espera a licença do nosso muito Reverendo padre para se fazer a escritura. 4 de Julho de 684. Antonio de Oliveira<sup>25</sup> (MOURA FILHA, 2005, Vol.3, Doc. 37, p. 70).

De acordo com a documentação, a primeira morada dos inacianos quando retornaram à Paraíba, foram umas casas de sobrado na Rua Nova<sup>26</sup>, construída pelos próprios religiosos com ajuda do povo. Treze anos depois, provavelmente em 1696, foi escolhido um sítio para construir outra casa, no lugar chamado Boa Vista, junto à ermida de São Gonçalo – invocação que também nomeou a nova morada dos inacianos. Em carta ao rei D. João V, o capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, relata como foi o processo de restabelecimento dos inacianos na capitania e também descreve os detalhes da construção da casa jesuíta no final do século XVII:

[...] Morarão primeiro em huas cazas de sobrado na Rua Nova que os mesmos religiosos fabricarão com ajuda do povo treze annos, depois escolherão sitio para fundarem hum hospicio, ou caza religioza no lugar chamado Boa Vista junto a hua ermida do gloriozo São Gonsalo, que, como foi a primeira igreja que houve nesta terra estava tão aruinada que quazi estava cahindo. Esta deu o povo com o vigario que então era Antonio de

---

<sup>25</sup> Antônio de Oliveira, o Provincial do Brasil (1681-1684), transmite essas informações ao Geral, P. Carlos de Noyelle (1682-1686), pedindo a aceitação dos bens para se lavrar a escritura, conforme Leite (2004, Tomo V, p. 357).

<sup>26</sup> A Rua Nova foi rebatizada, posteriormente, como Rua Marquês do Herval e, atualmente, é chamada Rua General Osório na cidade de João Pessoa (LINS, 2007a, p. 57).

Viveyros aos religiosos da Companhia para que a consertasse, e ficasse sendo igreja do seu hospício como de facto o fizerão.

Depois de reedificada a igreja derão principio as cazas, ou hospício com as esmollas do povo, e do collegio de Olinda. Fizerão o primeiro corredor com coatro cubiculos, e com estas mesmas esmollas forão cada hum dos superiores acressentando the que fizerão hua coadra de des cubículos que ainda não esta fechada por ser necessario levantar a igreja, que a que tem actual he de pedra e barro. He esta caza rezidencia, e não collegio por não ter fundador e esta sugeita ao collegio de Olinda o qual actualmente lhe assiste com o vestuario, e o mais necessario para poderem passar [...].<sup>27</sup>

Os religiosos encontraram uma situação difícil nas antigas instalações da Companhia devido à ação do tempo, que se encarregou de arruinar a pequena igreja, haja vista ter passado cerca de noventa anos abandonada e sem a devida manutenção. Os sucessivos governos não se preocuparam em preservar a construção dos jesuítas, reedificada, a seguir, com as esmolas do povo e do Colégio de Olinda para acolhimento dos religiosos, como está descrito na documentação.

Os moradores insistiram com as autoridades locais para se criar um colégio, provavelmente devido aos bons serviços prestados pelos missionários jesuítas na região e, também, devido à carência e inexistência de uma instituição educacional na capitania, para a instrução e doutrinação dos filhos dos colonos mais abastados, acostumados a enviar seus rebentos para o Colégio de Olinda, o mais próximo, situado na Capitania de Pernambuco.

Os documentos revelam uma pressão dos moradores sobre o capitão-mor, Alexandre de Sousa e Azevedo, que participou ao rei,

---

<sup>27</sup> REQUERIMENTO dos religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa e residência da Paraíba seja transformada em colégio e colocada sob a proteção real, fazendo-se dela fundador e consignando-lhes renda suficiente para sustentá-los e edificarem uma nova igreja. Paraíba, 30 out. 1728. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560, anexo 1, f. 2v.

juntamente com os oficiais da Câmara, sobre a questão da fundação de um colégio em 1682. Também requereram apoio do bispo de Pernambuco, Dom Estêvão Brioso de Figueiredo (1677-1683), por intermédio do vigário da capitania, Antônio de Viveiros<sup>28</sup>. O capitão-mor explicitou em seus escritos, que as razões para a concessão real se davam pela falta de doutrina para os colonos e seus filhos, além da ameaça constante dos gentios situados no sertão, o que inviabilizava o processo de expansão dos colonos para o interior: “[...] como para este efeito não há sujeitos mais a preposito; que os Religiosos da Comp<sup>a</sup>., com sua asistencia nesta Capp<sup>a</sup> se conseguira sem duvida a Reformação em tudo de toda ella”<sup>29</sup>.

Os anseios dos moradores traduzidos pelas cartas e requerimentos das autoridades locais ao monarca lusitano surtiram efeito. Após quase trinta anos de reiteradas tentativas, o soberano D. Pedro II baixou um Decreto, em 06 de novembro de 1700, ordenando ao Conselho Ultramarino consultar o papel que escreveu o ex-capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, sobre as missões da capitania, e propondo, ainda, à Junta das Missões encarregar algumas dessas missões aos padres da Companhia de Jesus, dando-lhes côngrua e casa de residência<sup>30</sup>.

Depois de reinstalados e missionando novamente na Capitania da Paraíba, os jesuítas iniciaram os requerimentos, por meio da Província

---

<sup>28</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, e de outras autoridades da Paraíba, acerca dos moradores quererem fundar um colégio da Companhia de Jesus. Lisboa, 15 nov. 1683. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 2, D. 123.

<sup>29</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 2, D. 123. Anexo 1, f. 1.

<sup>30</sup> DECRETO do rei D. Pedro II, ordenando ao Conselho Ultramarino consultar o papel que fez o ex-capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, sobre as missões da capitania, e o que propõe a Junta das Missões para encarregar algumas dessas missões aos padres da Companhia de Jesus, dando-se-lhes côngrua e casa de residência. Lisboa, 06 nov. 1700. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 3, D. 238.

do Brasil, para que D. João V, rei de Portugal, transformasse a casa da Paraíba em colégio. Para isso, pediam-lhe proteção, renda para sustento e edificação de uma nova igreja<sup>31</sup>.

Por volta de 1728, como descreve em carta o capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castelo Branco, os jesuítas já possuíam um pequeno colégio onde os padres ensinavam Latim, assim como, a ler e a escrever, além de confessar e pregar<sup>32</sup>, embora dependente de Olinda e em situação econômica desfavorável.

Após um levante tapuia<sup>33</sup> em Canindé da Ribeira do Mamanguape, que destruiu os currais da Companhia, e ainda com a seca de 1722<sup>34</sup> agravando o momento, cabia aos superiores da ordem suplicar às autoridades competentes que providenciassem o abrandamento da crise, conseqüentemente fundando o colégio sob responsabilidade da Coroa, que o sustentaria com ordinária anual:

Supplicação humildemente a Vossa Magestade queira como tão Pio e Magnanimo tomar debayxo de sua Real Protecção a dita caza fazendose dela Fundador com título de Colégio independente do de Olinda, em que pofsão viver 10, ou, 12 Relligosos. Para cujo Recolhimento tem comodo a dita caza, e pofsão sendo maiz em número atender com maiz prontidão ao serviço de Deos, ca o bem das Almas, e rogar ao mesmo Senhor guarde a Real pefsoa de Vossa Magestade.<sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560, f. 1-1v.

<sup>32</sup> REQUERIMENTO do provincial e religiosos da Companhia de Jesus do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa de residência da paróquia seja transformada em colégio, independente do de Olinda, onde possam viver dez ou doze religiosos. Paraíba, 05 jul. 1730. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632.

<sup>33</sup> "Tapuia é a palavra Tupi para designar o "outro" ou o "selvagem", ou seja, usada para designar toda e qualquer população indígena de origem não-tupi" (OLIVEIRA, 2007, p. 39). Povos do tronco macro-jê habitantes da vasta região do interior do atual Nordeste. O termo "Tapuia", em tupi, também significa: inimigo, bárbaro, contrário (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 432).

<sup>34</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560. Anexo 3, f. 4v.

<sup>35</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632, f.1

Independente do aval de D. João V para a criação do Colégio de São Gonçalo, provido pela Coroa e independente do de Olinda, os religiosos jesuítas da Província do Brasil desde o ano de 1682, já desenvolviam trabalhos de instrução e doutrinação na Paraíba.

Desde o anno de 1682 = assistem Relligiozos na Cidade de N. S<sup>ra</sup> das Neves da Parahyba do Norte exercitando os Misterios da Comp<sup>a</sup>. Pregando, confessando e ensinando, e ao prez<sup>te</sup>. se achão 5, hũ que he o Sup<sup>or</sup>., outro Pregador, hũ Mestre de Latim, outro de Ler, e escrever, e hũ Irmão que tem cuidado dos movêis da Caça, â qual como Residencia dâ o Coll<sup>o</sup> de Olinda vestuário, e ordinária de vinho p<sup>a</sup> as Missas.<sup>36</sup>

Na fase inicial do retorno a capitania, esses religiosos atuaram também sustentados pelas poucas esmolas oferecidas pela Coroa e por parte das sobras dos dízimos da capitania, além de doações pessoais dos moradores. Com um Mestre de Latim<sup>37</sup> e outro de Ler e escrever, possivelmente os estudos inferiores<sup>38</sup>/curso de humanidades<sup>39</sup> foram ofertados pela Companhia de Jesus ainda nas casas de sobrado da Rua Nova entre 1683 e 1696, antes mesmo da construção da Casa de São Gonçalo (1696), morada definitiva dos jesuítas após o retorno à Paraíba e o lugar onde de fato os trabalhos educacionais ocorreram entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

---

<sup>36</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632, f.1

<sup>37</sup> “Estudar o latim do século XVI era um corolário inevitável de toda a evolução da história dos séculos precedentes [...] O latim constituía o vínculo de unidade da civilização europeia e também de transmissão de toda a cultura superior” (FRANCA, 2019, p. 75).

<sup>38</sup> “Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, chamados de ‘estudos superiores’” (SAVIANI, 2013, p. 56).

<sup>39</sup> Na formação humanista inferior, “Levar o aluno a exprimir-se de maneira irrepreensível na linguagem de Cícero é o termo a que se subordinam todas as séries sabiamente graduadas do currículo. A gramática visa a expressão clara e correta; as humanidades, a expressão bela e elegante, a retórica, a expressão enérgica e convincente [...] transformam os que a eles se dedicam em ‘homens educados, afáveis, lhanos, acessíveis e tratáveis’” (FRANCA, 2019, p. 75-76).

Com o retorno dos padres da Companhia, a Câmara da Paraíba insistia em solicitar à Coroa que concedesse as condições necessárias para que os inacianos se fixassem, intermediando também o processo de criação do colégio. Para garantir a permanência da Companhia de Jesus na região o esforço foi conjunto, tanto das autoridades locais quanto do alto escalão da Província Jesuíta do Brasil, especialmente na pessoa do seu provincial<sup>40</sup>, Pe. Gaspar de Faria<sup>41</sup>, de modo que também se empenhou diretamente para conseguir da Coroa portuguesa a faculdade de transformar a Casa de São Gonçalo, na Cidade da Paraíba, em colégio mantido pela fazenda real.

Ao longo do tempo, os colégios da Companhia foram se multiplicando pelo mundo com o intuito de formar religiosos regulares, padres seculares e também alunos externos leigos. Para isso, era preciso buscar recursos que garantissem o seu funcionamento e manutenção, como no caso do colégio paraibano. Sobre essa questão de ordem financeira, após a representação da Província do Brasil e dos capitães-mores, o Conselho Ultramarino consulta o rei D. João V:

Parece ao Conselho que visto o que representão os relligiozos da Companhia de Jezus da Provincia do Brazil, e o que informa o capitão mor da Parahiba, que Vossa Magestade lhes conceda a faculdade de que aquella rezidencia possa passar a ser collegio em que assistão dez ou doze relligiozos, e lhes

---

<sup>40</sup> REQUERIMENTO do provincial e religiosos da Companhia de Jesus do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa de residência da paróquia seja transformada em colégio, independente do de Olinda, onde possam viver dez ou doze religiosos. Paraíba, 05 jul. 1730 (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632).

<sup>41</sup> O nome do Provincial do Brasil não aparece no corpo documental, AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632, entretanto chegamos a ele por meio da datação em que está inserida a documentação entre 1728 e 1730. "Gaspar de Faria (1725-1730). *Provincial*. Tomou posse a 18 de dezembro de 1725. Nasceu no ano de 1672 em Nossa Senhora do Monte (Bahia). Entrou na Companhia, com 16 anos, a 31 de dezembro de 1688. Fez profissão solene no Rio, a 2 de fevereiro de 1708, recebendo-a o P. Filipe Coelho. Ensinou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi Mestre de Noviços e Reitor do Colégio da Bahia e Reitor do Noviciado da Jiquitaia. Faleceu na Bahia, a 26 de maio de 1739" (LEITE, 2004, Tomo VII, p. 44-45).

mande consignar nas rendas dos dizimos daquela capitania duzentas arrobas de assucar branco todos os annos com obrigação de terem mestres de ler, escrever e contar, e tambem de latim e moral para ensinarem os filhos daquelles moradores, com declaração que não vencerão esta ordinaria sem terem os ditos mestres. Lisboa occidental dezouto de Setembro de mil setecentos e trinta.<sup>42</sup>

## O SEMINÁRIO

Não bastava os esforços para manutenção da Casa de São Gonçalo, em meados do ano de 1744 o padre missionário Gabriel Malagrida costurava entre os jesuítas da Paraíba e as autoridades locais a ideia de se construir um seminário ao lado do colégio. À época, moravam na casa paraibana quatro religiosos que atuavam da seguinte forma: “hum delles a ensino da classe de Lingoa Latina; o Companheiro; e o Superior, Tomás da Costa<sup>43</sup>, às continuas conficõens, a que são chamados de dia e de noite e Doutrina que fazem pelas ruas; o quarto Religioso Leygo trabalha quanto pode para a sustentação da dita casa [...]”<sup>44</sup>.

Os jesuítas residentes na Casa de São Gonçalo, já envolvidos pela ideia do padre Malagrida, resolveram solicitar a permissão da Coroa para a construção de um anexo ao colégio, que seria transformado em

---

<sup>42</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560, anexo 3, f. 4v.

<sup>43</sup> “COSTA, Tomás da. *Administrador*. Nasceu a 7 de março de 1700 na freguesia de S. João Baptista (Ponte da Barca). Filho de Manuel da Costa Ribeiro e Inácia Rodrigues. Entrou na Companhia a 16 de outubro de 1720. Fez a profissão solene no Recife a 2 de fevereiro de 1738. Superior da Casa da Paraíba e Reitor do Recife. Deportado do Recife para Lisboa e dai para a Itália. Em Roma foi Superior do Palácio Inglês (1767) e do Palácio de Sora (1768)” (LEITE, 2004, Tomo VII, p. 270).

<sup>44</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o pedido dos oficiais da Câmara da Paraíba para que se pudesse construir um anexo à igreja dos padres da Companhia de Jesus com a finalidade de recolhimento de alguns filhos dos moradores de fora da cidade. Lisboa, 29 ago. 1746 (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177, anexo 3, f. 5).

Seminário<sup>45</sup>. A solicitação se deu por meio de carta da Câmara da Paraíba datada de 5 de outubro de 1744 e dizia:

Pedimos a vossa Majestade lhes queira conceder e augmentar a graça de que possão na quadra da igreja, que de novo erigirão com esmollas dos moradores fazer commodo em que possão recolher alguns moradores de fora desta cidade, que não tem moradia nella para poderem ser ensinados e doutrinados dos ditos padres, que espontaneamente se convidão a fazerem o ditto commodo, ou recolhimento pelo dezejo que tem de verem seus filhos augmentados.<sup>46</sup>

Além da autorização do monarca para construção do cômodo, suplicavam a concessão de ordinária anual, tal como recebiam alguns conventos da cidade, para com o dinheiro pudessem pagar um Mestre de Artes<sup>47</sup> que ensinasse aos seus filhos. Afirmavam os oficiais da Câmara que devido à falta desses mestres na capitania, “muitos moços capazes de todo o bom ensino se perdiam” podendo ser aproveitados pela iniciativa pública<sup>48</sup>. Com um Mestre de Artes, significava que os estudos superiores já eram pretendidos com o ensino de Filosofia, além disso a desassistência educacional apontava para uma juventude sem instrução e sem proveito para ocupar os espaços de poder, já que a instrução mínima era fundamental para inserção desses moços nos grupos dirigentes.

---

<sup>45</sup> CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba de 5 de outubro de 1744, encaminhada ao rei D. João V, solicitando autorização para construção de um anexo à igreja dos padres da Companhia de Jesus servindo de seminário para abrigar os filhos dos moradores de fora da cidade. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177, anexo 3, f.5-f. 5v.

<sup>46</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177, anexo 3, f. 5.

<sup>47</sup> Professor de Filosofia.

<sup>48</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177, f. 1v.

Enquanto as autoridades locais agiam na forma da lei a fim de obter licença para a construção do anexo, o Pe. Malagrida já se articulava para conseguir os recursos necessários: “Moveu, enfim os corações de homens ricos para que trouxessem ajudas e contavam já com três currais para sustentação, além de outras ajudas de menor importância” (RODRIGUES, 2010, p. 256).

Foram direcionadas para a obra do seminário as esmolas dos moradores da cidade e à mercê oferecida pelo fidalgo e comissário Theodoro Álvares de Figueiredo, da região de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, que doou um sítio de terras chamado Arraial da Formiga para a padroeira das missões, Nossa Senhora da Conceição, contendo um curral com trezentas cabeças gado de toda sorte: *vacum* e cavalar, além de um negro chamado Manoel. Tudo foi devidamente escriturado e entregue ao procurador do Pe. Malagrida, o Pe. Miguel de Sepúlveda, que era o administrador oficial dos bens doados à padroeira das missões, dando-lhe poderes para que pudesse:

procurar e requerer todo o meio de direito e justiça, assim em juízo como fora delle cobrar e arrecadar todas as dívidas e bens que por qualquer título tiverem a dita administração [...] aceitar todas as doações que se fizerem a dita Senhora asignando escripturas tomando posse de tudo e para tudo o mais que for a bem e utilidade dos bens da dita Senhora.<sup>49</sup>

O lançamento da pedra fundamental do seminário ocorreu na presença do Governador Antônio Borges da Fonseca<sup>50</sup> (1745-1753) e do

---

<sup>49</sup> 1º Cartório de Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Pombal – PB, Livro de Notas n. 10, Escritura de Doação, 30 jun. 1744, f. 4v-5.

<sup>50</sup> Antônio Borges da Fonseca foi o governante da Capitania da Paraíba com o título de Mestre de Campo Governador, entre 28 de junho de 1745 até 21 de novembro de 1753, depois foi restituído ao posto de Coronel de Infantaria da cidade de Olinda, e na mesma cidade faleceu, a 10 de março de 1754, onde foi

Reverendíssimo Padre Antônio Soares, vigário da cidade, em 1745 (RODRIGUES, 2010, p. 259). Portanto, a construção só poderia ser iniciada com a devida licença do reino e, para conseguir tal autorização, a Câmara passa a representar toda situação ao Conselho Ultramarino.

Diante das representações que foram feitas ao Conselho Ultramarino, entre 1744 e 1746, o órgão consulta o rei, em 29 de agosto de 1746, e se posiciona acerca do que foi requerido pelos paraibanos. Admitem os conselheiros a licença para erigir o Seminário e destacam a importância da construção para a cidade e seus contornos, razão pela qual os beneficiados deveriam arcar com as despesas necessárias e não a Fazenda Real, que naquela Provedoria não tinha com que fazer as despesas precisas. E acrescentam que os padres haveriam de receber porção anual dos pais dos seminaristas para o sustento destes, e assim, regulariam a maneira que com ela se pudesse também sustentar os Mestres, como se praticava no Seminário de Belém junto à Cidade da Bahia<sup>51</sup>. A consulta do Conselho Ultramarino se transformou em parecer<sup>52</sup>, datado de 12 de novembro de 1746, que influenciaria diretamente a decisão do rei.

Após três meses do envio da carta resposta com o despacho do governador da Paraíba, D. João V, em 28 de novembro de 1746, emitiu uma provisão, concordando com o parecer do Conselho Ultramarino, onde concedeu a licença para se erigir um seminário anexo à igreja da Companhia de Jesus, por julgar que este resultava em grande utilidade aos moradores da cidade. Esse documento régio representa o ato pelo

---

sepultado ao pé da grade da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, que foi dos jesuítas (LINS, 2007b, p. 111).

<sup>51</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177, f. 1v-2.

<sup>52</sup> "PARECER: Opinião técnica ou científica sobre um ato que serve de base à tomada de decisão. O mesmo que consulta" (BELLOTO, 2006, p. 100).

qual o monarca concedia o benefício à Capitania da Paraíba de ter o seu próprio seminário. Trata-se de um documento de correspondência, ligado a algum ato dispositivo anterior. Também pode ser definido como *carta de ordem* (BELLOTO, 2006, p.101) e, por sua vez, o documento mais importante acerca da fundação do seminário paraibano. A provisão joanina dizia:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Faço saber a vos Officiaes da Camera da Cidade da Parahiba, que se vio a vossa Carta de sinco de Outubro de mil settecentos e quarenta e quatro, na qual representaveis a grande utilidade que tinhão esses moradores na subsistencia dos Religiozos da Companhia de Jezus nessa Cidade, pelo que me pedieis lhes concedesse a graça de que da quadra da Igreja, que os mesmos Padres de novo erigirão com esmolas dos moradores, possão fazer comodo em que se possão recolher alguns filhos dos moradores de fora dessa Cidade, que não tem moradia, para nelle poderem ser ensinados dos ditos Padres, que espontaneamente se convidarão a fazer o dito comodo, concedendolhe tambem hua ordinaria annual, e mandandolhe alguns ornamentos para a sua Igreja por estarem faltos delles, e hum sino e vista a informação que mandei tomar nesta materia, em que respondeu o Procurador de minha fazenda, sou servido por rezolução de doze do presente mez, e anno em consulta do meo Conselho Ultramarino concedervos licença para se erigir o seminario que pretendeis, e como delle rezulta grande utilidade aos moradores dessa Cidade, e seos contornos, por esta rezão devem elles concorrer para as despezas necessarias, e não a fazenda Real, que não tem nessa Provedoria com que fazer as despezas precisas, e como os Padres hão de receber porsão annual dos paes dos seminaristas para o sustento destes, a regularão de maneira, que com ella se possão também sustentar os Mestres, como se pratica no Seminario de Bellem junto a Cidade da Bahia. El Rey Nosso Senhor mandou por Thomé Joaquim da Costa Corte Real; e o Doutor Antonio Freyre Andrade Henriquez Conselheiros do seo Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Pedro Alexandrino Bernardes a fez em Lixboa a vinte e oito de

Novembro de mil settecentos quarenta e seis = Thomé Joaquim da Costa Corte Real = Antonio Freyre de Andrade Henriquez = Manoel Rodriguez Portella escrivam da Camara a fez escrever e assigney. Manoel Rodriguez Portella.<sup>53</sup>

O seminário episcopal<sup>54</sup> paraibano confiado aos jesuítas só foi construído em 1746. Para tal fundação, os jesuítas residentes na capitania tiveram o auxílio e a iniciativa do Pe. Malagrida e o apoio do bispo de Olinda, Dom Frei Luiz de Santa Teresa O.C.D.<sup>55</sup> (1739-1753), com quem o jesuíta italiano possuía livre trânsito e afinidade. Nesse contexto histórico, “o seminário era basicamente uma residência [...] os estudantes tinham aulas no Colégio” (O’MALLEY, 2004, p. 368).

Segundo Irineu Pinto, o referido bispo funda na Paraíba um seminário no ano de 1746, confiando-o aos jesuítas. Também afirma que o bispo utilizou na obra suas próprias rendas bem como iniciou a edificação de uma casa para o recolhimento de convertidas (PINTO, vol. 1, 1977, p. 150). Ainda sobre o trabalho conjunto para a construção do seminário, relatou Maximiano Machado (1912, p. 435) que Dom Luiz empreendeu duas obras de grande fim na Paraíba, sendo um seminário para a educação da mocidade, especificamente para os que se destinassem ao sacerdócio; e um recolhimento para as meretrizes arrependidas: “Naquelle anno de 1745 [...] o jesuíta Gabriel Malagrida [...] assentou a primeira pedra do seminário, que se fundou na mesma cidade por autorização do bispo” (MACHADO, 1912, p. 435).

---

<sup>53</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, Doc. 1281, anexo 7, f. 8.

<sup>54</sup> A utilização do termo “seminário episcopal” é inspirada no texto clássico sobre formação de sacerdotes no período colonial de Riolando Azzi. Segundo o autor, é apenas em meados do século XVIII que surgem os seminários episcopais propriamente ditos, dependentes da autoridade diocesana (AZZI, 1983, p. 197-200).

<sup>55</sup> O.C.D.: Ordem Carmelita Descalça.

Os jesuítas já atuavam na formação de sacerdotes mesmo antes do decreto conciliar que versava sobre a construção de seminários publicado em 1563<sup>56</sup>. Não seria diferente a intenção de se fundar um seminário diocesano na Cidade da Paraíba com o intuito de oferecer formação aos futuros padres seculares locais, aos leigos filhos dos colonos, bem como de arregimentar vocações para compor os quadros da Companhia. O que ocorreu na Casa de São Gonçalo não foi algo isolado, pois era comum serem abertos seminários por iniciativa da autoridade eclesiástica local, neste caso, D. Frei Luiz de Santa Teresa, que depois confiaria a direção da instituição aos inacianos.

Embora após 1563 os jesuítas certamente fossem influenciados pelo Concílio, sua instituição mais típica não caiu no paradigma do “Seminário Tridentino”, isto é, uma instituição autônoma programaticamente integral, reservada exclusivamente ao clero diocesano futuro sob a jurisdição direta do bispo local. O veículo preferido dos jesuítas para o treinamento de seus próprios membros e dos clérigos diocesanos jovens era um colégio administrado por eles próprios, talvez com residências anexas, que tivesse aberto a ambos os grupos e também para estudantes leigos. (O’MALLEY, 2004, p. 362-363).

A vida no seminário era pautada pelo regime de internato, em que se respeitavam os horários rígidos de oração e estudo. Nesse ambiente, inicialmente, foram ministrados os cursos de Humanidades e Retórica. Provavelmente, o seminário paraibano permaneceu em nível menor, pois não consta, nos catálogos da Companhia até o ano de 1753, que houvesse na Paraíba algum professor de Filosofia ou Teologia

---

<sup>56</sup> *Concílio Ecumênico de Trento*, Sessão XXIII, Celebrada no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 15 de julho de 1563, Cap. XVIII - Do método de erigir um seminário de Clérigos e educá-los nele. Disponível em: < <http://agnusdei.50webs.com/trento28.htm> > Acesso em: 07 mai. 2022.

residentes. Essa incerteza se configura devido aos catálogos jesuítas escritos após 1753 terem sido perdidos com a expulsão dos padres em 1759. No entanto, nada ficou documentado acerca dos estudos progressivos de Filosofia e Teologia no Seminário de São Gonçalo (GOVONI, 1992, *passim*).

A questão central que envolvia constantemente a permanência dos jesuítas na Capitania da Paraíba era a situação econômica dos religiosos na Casa de São Gonçalo, pois necessitavam de rendimentos para seu sustento e manutenção da casa, especificamente, no que tange o funcionamento do colégio e do seminário. Já em meados de 1748 os jesuítas, representados por seu Provincial, o Pe. Simão Marques<sup>57</sup>, e mais religiosos da Província do Brasil, fizeram uma petição ao rei D. João V por meio das autoridades locais, que remeteram a demanda ao Conselho Ultramarino, dizendo que tinham uma pequena casa na Cidade da Paraíba do Norte que se fabricou sem fundação e só com as esmolas dos fiéis, e delas se sustentavam um sacerdote e um ou dois irmãos da Companhia, os que ali ordinariamente residiam ocupados nos seus ministérios.

Além disso, no mesmo documento informavam que o casal Manoel Antunes de Lima e sua mulher, Luzia do Espírito Santo,

movidos de piedade se resolveram a erigir e fundar em colégio a dita casa, a fim de haver nela Mestres de Filosofia e Gramática, e quem mais pudesse atender aos ditos ministérios, dotando para esse fim com trinta mil cruzados para que, empregados em bens de raiz, do rendimento destes se sustentassem os Religiosos, e dote de seis mil cruzados para que satisfizessem as disposições perpétuas, que constam da escritura que

---

<sup>57</sup> Simão Marques foi o Provincial do Brasil de 30 de junho de 1746 a 1º de fevereiro de 1750 (LEITE, 2004, Tomo VII, p. 46).

ofereciam e porque a dita fundação era muito útil àqueles moradores e suas vizinhanças, assim para o seu bem espiritual, como para o ensino de seus filhos.<sup>58</sup>

Ao longo de tantos anos e reiterados pedidos, foi emitida uma certidão<sup>59</sup> da provisão de D. João V<sup>60</sup>, em 12 de janeiro de 1750, para o fechamento da questão sobre o pedido dos jesuítas e dos moradores locais. Por sua vez, o rei “ouviu” todas as partes: jesuítas, oficiais da Câmara, governador, conselheiros e procurador da Coroa para poder decidir sobre a questão e, simplesmente, confirmou o parecer do Conselho Ultramarino:

[...] atendendo ao seo requerimento, e informação, que sobre elle deo o Mestre de Campo Governador da Parahiba, em que foi ouvido, e respondeo o Procurador da Coroa. Ha Sua Magestade por bem conceder aos supplicantes a licença que pedem para fundarem o dito collegio na cidade da Parahiba do Norte, e empregarem os dittos trinta mil cruzados para seo dotte, e mães obrigações da escritura, com declaração que nunca poderão ter maes rendas que as com que agora entrarem desta dotação de que lhe foi passado provisão a 12 de Janeiro de 1750.<sup>61</sup>

Ainda sobre os bens dotados pelo casal Manoel de Lima e Luíza do Espírito Santo, percebe-se que foram realmente empregados conforme

---

<sup>58</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, Doc. 1281, anexo 1, f. 2. Trecho documental atualizado pelo autor.

<sup>59</sup> “Certidão é um documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado este segundo normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, se não por notário, por funcionário autorizado” (BELLOTO, 2006, p. 94).

<sup>60</sup> A referida provisão é a datada de 28 de dezembro de 1748.

<sup>61</sup> CERTIDÃO da provisão dada à Companhia de Jesus da Província do Brasil, para erigir em colégio a casa que a mesma ordem já possuía na cidade da Paraíba, recebendo uma doação de trinta mil cruzados para o seu dote. Lisboa, 12 jan. 1750, IAN/TT, Registro Geral de Mercês, D. João V, Liv. 40, f. 619 (MOURA FILHA, 2005, p. 209-210).

a orientação real, essa situação se confirma após analisar o Livro de Inventário de Bens da Companhia de Jesus em cujo arrolamento dispõe:

Simi[nario]

<Seo instituidor Manoel da Crux Lima e sua mulher Luiza do Espirito Santo>

Do dito collegio da [Pa]raiba extabelicido em 1748, por doação regia de 1750

[...] fundo de trinta mil cruzados com as pensoens que abaixo se declarão[.]

Vinte e quatro mil cruzados aplicado o seo rendimento para a s[ub]cistencia

dos padres com a obrigação (sic) de hum mestre de Filozophia, Latinidade e Escola.

[Quat]ro mil cruzados para paramento e obras da igreja de que se tiraria

(sic) vinte e sinco mil reis annualmente do seo rendimento para a festa do

Santissimo Nome de Jhe[z]us[.]

Dous mil cruzados, para do seo rendimento se dar annualmente por semana hua pataca de esmolla[.]

Da referida doação (sic) se comp[rar]ão, os bens de raynz, extabalecero=se os juros, e há o dinheiro em ser que se decla[ra d]e folhas 267 the folhas

277.<sup>62</sup>

A “fundação” do seminário, ou seja, o recebimento do dote de trinta mil cruzados como vimos acima, teve um destino certo e seus rendimentos foram aplicados a juros de 5% ou compraram-se prédios de aluguel, de modo que de seu faturamento se sustentasse, com renda certa, a manutenção do seminário (LEITE, 2004, Tomo V, p. 358). Nesse sentido, ousou chamar os jesuítas de “homens de negócios”, que administrando esses rendimentos somados ao patrimônio recebido por doações diversas, passaram a ter uma condição econômica equilibrada e próspera para o colégio e seminário. Acrescenta-se também aos recebíveis, a cônica<sup>63</sup> de duzentos mil reis anuais aplicada pela

<sup>62</sup> LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, 1759, f. 266r.

<sup>63</sup> LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, 1759, f. 265r.

Fazenda Real exclusivamente ao seminário por mercê de D. João V no alvará de 2 de março 1751.

As recorrentes súplicas feitas pelos jesuítas ao Reino de Portugal, para que o Colégio e o Seminário da Paraíba fossem mantidos pelo erário régio por meio de cômputo anual, podem causar uma falsa impressão de que a crise assolava os negócios, como de fato foi narrado na documentação, porém o que se revela no inventário de bens da Companhia é outra realidade: de uma forma geral não havia uma penúria extrema, se for considerado o conjunto de investimentos que foram feitos após os anos de 1730. O inventário dos bens pertencentes ao Colégio e ao Seminário aponta para uma situação mais favorável quando se considera o que foi somado. Para se ter uma ideia das despesas dos jesuítas na casa paraibana, apresenta-se os seguintes dados registrados no inventário do ano da expulsão.

**Despesas que faz o dito Colégio da Paraíba e Seminário ao padre administrador com a sua subsistência e mais que abaixo se declaram<sup>64</sup>**

<b>01</b>	Da cômputo anual ao padre administrador do dito colégio e seminário	80\$000
<b>02</b>	Para guisamento de cera, vinho, hóstia e lavagem de roupa	25\$000
<b>03</b>	Para azeite das lâmpadas	14\$400
<b>04</b>	Para subsistência e vestuário de dois escravos do serviço do colégio a 60 réis por dia	43\$800
<b>05</b>	<b>Total de Despesas</b>	<b>163\$200</b>

**Fonte:** dados da documentação consultada, organizados pelo autor.

Ao todo os negócios jesuíticos na capitania somavam: sítios de Jaguaribe, Lagoa, Trincheiras, Boqueirão e Cariris de Fora; Fazenda de Gado de Mamanguape com 163 bois, 273 cabeças de gado *vacum*, 73 cabeças de gado cavalariço, 9 escravos e 6 escravas; 7 casas mais dois foros<sup>65</sup> de casas na Cidade da Paraíba e 7 casas no Recife; o escravo Francisco

<sup>64</sup> LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, 1759, f. 278r.

<sup>65</sup> "FORO, s.m. [...] Em posse, uso que constitui direito, ou privilégio" (SILVA, 1789, v. 2, p. 50).

pertencente ao colégio; pensão da Fazenda Real de 50 mil réis aplicada ao colégio para o ornato de São Francisco Xavier por mercê de D. João V em 1730; cômputo da Fazenda Real de 200 mil réis aplicada ao seminário por mercê de D. José I, pelo alvará de 4[sic] de março de 1751<sup>66</sup>; sem contar com a doação de Manuel da Cruz e Luzia do Espírito Santo e seus respectivos rendimentos, com as fazendas da Formiga, no sertão do Piancó; Quiriri e Muicutu, nos Cariris de Fora; Cachoeira, Boqueirão, Dois Riachos, Remanso Grande e Pua, na região de Itabaiana (LEITE, 2004, Tomo V, p. 360); entre outros chãos, bens de raiz e empréstimos. Ainda no cofre do juízo do confisco foram recolhidos em dinheiro 4:689\$560<sup>67</sup> (quatro contos, seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta reis) uma quantia altíssima para os padrões da época, levando em consideração que um conto correspondia a um milhão de réis.

É possível entender a intencionalidade dos jesuítas quando buscavam o auxílio econômico para se manter e permanecer missionando na capitania, prestando assistência espiritual, instrução e doutrinação aos moradores. Partindo do princípio de que o Colégio de São Gonçalo estava subordinado ao Colégio de Olinda, é fato que o seu suprimento era garantido pela própria Ordem e nada faltava para os religiosos residentes na Paraíba. Porém, a garantia de ordinária anual por parte da Coroa sacramentava a separação entre a Casa da Paraíba e a Casa de Olinda, o que também reproduzia a subordinação política e econômica em relação à Capitania de Pernambuco. Quanto a fundação do seminário a história foi diferente, o bispo de Pernambuco, D. Frei Luiz de Santa Teresa, inverteu a lógica e fundou primeiro o seminário

---

<sup>66</sup> LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, 1759, *passim*.

<sup>67</sup> LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, 1759, fl. 275r.

episcopal na Paraíba (1746), por influência do Pe. Gabriel Malagrida, enquanto na sede episcopal de Olinda não existia essa fundação (NOGUEIRA, 1985, p. 33).

A abertura dos estudos no Seminário de Olinda só ocorreu em 16 de fevereiro de 1800, no governo do bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (NOGUEIRA, 1985, p. 201), cinquenta e cinco anos depois da fundação do seminário paraibano. Em 20 de dezembro de 1750, o bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, fundou o seminário de sua diocese e, segundo Patrícia Ferreira dos Santos (2011, p. 129), sonhou poder entregá-lo à direção do Pe. Malagrida, que foi seu amigo pessoal. Coincidentemente ou não, a invocação do Seminário de Mariana homenageou Nossa Senhora da Boa Morte, extremamente devocionada por Malagrida e, diferentemente do Seminário da Paraíba, o de Mariana gozava de uma situação econômica favorável devido às boas esmolas ofertadas pelos fiéis.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Casa da Paraíba foi fechada em 1759. Os alunos do colégio e os seminaristas dispensados. No mesmo ano, em 13 de dezembro, os bens dos jesuítas foram listados e eles intimados a deixar o local, que ocorreu no dia 20 de dezembro, quando todos os residentes na Casa de São Gonçalo seguiram para Recife. Os últimos jesuítas que atuaram no seminário e colégio da Paraíba foram o vice-reitor, Pe. Domingos Gomes, e os padres José da Rocha, Teodócio Borges e Inácio Garcia, além do Ir. Coadjutor José Lopes (SILVA, 2007, p. 76). A expulsão causou o desmantelamento do ensino na capitania e motivou a redistribuição dessa atividade entre os religiosos que permaneceram na América

portuguesa: franciscanos, beneditinos e carmelitas<sup>68</sup>, até a contratação dos professores leigos quase vinte anos após a saída dos padres de Santo Inácio.

Passados dois séculos da chegada dos primeiros jesuítas, deixaram a América portuguesa, após 1759, cerca de 500 padres, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares. Já no ano de 1760 saíram mais de 119 jesuítas do Rio de Janeiro, 117 da Bahia e 119 do Recife. Existiam, aproximadamente, em nível global, 22.500 jesuítas que atuavam em 669 colégios e universidades, 61 noviciados, 340 residências religiosas, 171 seminários, 1.542 igrejas e 271 missões<sup>69</sup>.

Ao modo de um arremate, ficam evidentes algumas questões envolvendo essa breve trajetória dos inacianos pela Paraíba. A primeira era falta de professores, não de padres, pois sacerdotes já atuavam na região desde a empresa da conquista em 1585. A falta de um colégio era a questão central, como de fato se confirma nos relatos da Câmara, dos capitães-mores e do Conselho Ultramarino. O retorno dos jesuítas ao território paraibano no final do século XVII se deu pelo fato de serem os padres de Santo Inácio considerados mais bem preparados para o processo instrucional, cerne de sua vocação, e como lhes foi confiado em todas as possessões lusitanas. Reabrir a casa e fundar colégio esteve além das questões vocacionais, também perpetrou relações de poder político, econômico e eclesial.

---

<sup>68</sup> CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I], sobre a necessidade de professores para substituírem os jesuítas; e propondo o aproveitamento dos clérigos das ordens de São Bento, São Francisco e do Carmo, existentes naquela cidade. Cidade da Paraíba, 30 abr. 1772 (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1925).

<sup>69</sup> Informação disponível em: <<https://interativo.jesuitasbrasil.org.br/timeline/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

Todo o envolvimento que partiu dos moradores, nos leva a crer que o colégio de São Gonçalo e o seminário serviram para reafirmar a identidade do povo paraibano diante do desamparo estrutural da capitania e da centralização educacional em Pernambuco. A história da Paraíba desde o processo de conquista foi marcada pela luta e não seria diferente quando se encontra na documentação a voz de seus moradores, mesmo sendo os mais abastados, requerendo o direito de terem em sua terra uma instituição de cunho instrucional e doutrinal. Nasceram desse desejo dos paraibanos, associado à missão educativa dos jesuítas, o único colégio e seminário que se tem registro na capitania até a segunda metade do século XVIII.

### **FONTES MANUSCRITAS**

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 78. CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao príncipe regente [D. Pedro], acerca das sobras da Fazenda Real, em que pedem uma ordinária aplicada aos dízimos da capitania, para sustento dos padres da Companhia de Jesus, e uma esmola para reedificar e ornamentar a igreja matriz; e em que tecem elogios ao governador Inácio Coelho da Silva. 1671, agosto, 25, cidade de Nossa Senhora das Neves. AHU-Paraíba, cx. 1, doc.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 1, D. 94. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba, em que pedem assistência dos padres da Companhia de Jesus. AHU-Paraíba, cx. 1, doc. 1675, outubro, 7, Lisboa.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 2, D. 123. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre as cartas do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, e de outras autoridades da Paraíba, acerca dos moradores quererem fundar um colégio da Companhia de Jesus. 1683, novembro, 15, Lisboa. Anexo: 5 docs. AHU-Paraíba, cx. 5, doc.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 3, D. 238. DECRETO do rei D. Pedro II, ordenando ao Conselho Ultramarino consultar o papel que fez o ex-capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, sobre as missões da capitania, e o que propõe a Junta das Missões

para encarregar algumas dessas missões aos padres da Companhia de Jesus, dando-se-lhes côngua e casa de residência. 1700, novembro, 6, Lisboa. AHU-Paraíba, cx. 5, doc.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 7, D. 560. REQUERIMENTO dos religiosos da Companhia de Jesus da Província do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa e residência da Paraíba seja transformada em colégio e colocada sob a proteção real, fazendo-se dela fundador e consignando-lhes renda suficiente para sustentá-los e edificarem uma nova igreja. [ant. 1728, outubro, 30, Paraíba] Anexo: 9 docs. AHU-Paraíba, cx. 9.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 8, D. 632. REQUERIMENTO do provincial e religiosos da Companhia de Jesus do Brasil, ao rei [D. João V], solicitando que a casa de residência da paróquia seja transformada em colégio, independente do de Olinda, onde possam viver dez ou doze religiosos. [ant. 1730, julho, 5, Paraíba] Anexo: 3 docs. AHU-Paraíba, cx. 7.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 14, D. 1177. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o pedido dos oficiais da Câmara da Paraíba para que se pudesse construir um anexo à igreja dos padres da Companhia de Jesus com a finalidade de recolhimento de alguns filhos dos moradores de fora da cidade. 1746, agosto, 29, Lisboa. Anexo: 5 docs. AHU- Paraíba, mç. 9.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 15, Doc. 1281. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento do provincial e mais religiosos da Companhia de Jesus da província do Brasil, solicitando licença para transformar em colégio a casa de residência que possuem na Paraíba, e empregarem em bens de raiz os trinta cruzados doados por Manoel António Lima e sua mulher Luísa do Espírito Santo. 1749, setembro, 19, Lisboa. Anexo: 13 docs. AHU-Paraíba, cx. 10.

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 135, D. 10107. CARTA do provincial da Província de Santo Antonio do Brasil, Frei Domingos da Purificação, à rainha [D. Maria I], sobre a Relação dos Religiosos da Ordem Franciscana em cada um de seus conventos. 1779, novembro, 11, Recife. Anexos: 7 docs.

AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 25, D. 1925. CARTA dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I], sobre a necessidade de professores para substituírem os jesuítas; e propondo o aproveitamento dos clérigos das ordens de São Bento, São Francisco e do Carmo, existentes naquela cidade. 1772, abril, 30, Cidade da Paraíba.

ESCRITURA de doação que faz o comissário, Theodoro Alvarez de Figueiredo, a virgem Nossa Senhora da Conceição padroeira das missões do Reverendo Padre Gabriel

Malagrida, missionário apostólico, de todos os bens abaixo declarados. Sítio da Boa Vista, Ribeira das Piranhas termo da povoação do Piancó, Capitania da Parahyba do Norte, 30 jun. 1744, Livro de Notas n. 10 [1744-1747], 1º Cartório de Ofício de Notas e Registro de Imóveis Cel. João Queiroga (Pombal – PB), f. 3-7v.

LIVRO de Inventário dos Bens da Companhia de Jesus, livres de encargo, pertencentes aos colégios de Olinda, Recife, Paraíba e Ceará, 1759. *Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Leitura paleográfica de Ana Pereira, f. 162-177 / f. 261-278.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: AZZI, Riolando; HOONAERT, Eduardo; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Brenno. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira Época. 3.ed. Petrópolis: Paulinas; Vozes, 1983, p. 197-200.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, & latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V*. Volumes 1-4. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1713; Volumes 5-8. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716-1721; Suplemento 1. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727; Suplemento 2. Lisboa Occidental: Patriarcal Officina da Musica, 1728.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José A. L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela C. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 431-456.

FRANCA, Leonel, S.J. *O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum*. Campinas, SP: Kírion, 2019.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: Política e economia na Capitania da Parahyba – 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.

GOVONI, Ilário. *Padre Malagrida: o missionário popular do Nordeste (1689-1761)*. Porto Alegre: Editora Pe. Reus, 1992.]

*História da Conquista da Paraíba*. 2ª reimp. Brasília: Senado Federal, 2010. (Edições do Senado Federal; v. 73).

LEITE, Bruno Martins Boto. Fábrica de intelectuais. O ensino de Artes nos Colégios jesuíticos do Brasil, 1572-1759. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, p.21-33, 2020.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 4 vols. Fotografias de David Dalmau; Organização de Cesar Augusto dos Santos et al. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [1938].

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *A primeira rua da capital paraibana: Uma contribuição para a história do alvorecer da Capitania da Paraíba*. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007a.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial (1585-1808): uma revisão crítica da relação nominal e cronológica*. 2. ed. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007b.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Parahyba*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (Séculos XVI-XVIII)*. 2005. 256 f. Volume 3. Tese (Doutorado em História da Arte) – Curso de Doutorado em História da Arte, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Universidade do Porto, Porto, 2005.

NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985.

OLIVEIRA, Carla Mary S. *O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista*. João Pessoa: Editora Universitária/ IESP – Instituto Superior de Educação, 2003.

OLIVEIRA, Carla Mary S. Os franciscanos e a pedagogia seráfica: formação religiosa, primeiras letras, catequese e moral cristã em Pernambuco e na Paraíba (séculos XVII a XIX). In: *XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir e Preservar: Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira*. Atas – XI

- COLUBHE. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2016, p. 02-17. CD-ROM. ISBN 9789898351562.
- O'MALLEY, John W. *Os primeiros Jesuítas*. Tradução de Domingos Armando Donida. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.
- PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Igreja de Nazaré da Praia do Almagre*. João Pessoa: Gráfica Mundial e Editora, 2005.
- PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977 [1908].
- RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- RODRIGUES, Matias. *Vida e obra do padre Gabriel Malagrida*. Tradução de Ilário Govoni. Belém do Pará: Centro de Cultura e Formação Cristã, 2010 [1762].
- SANTOS, Patrícia Ferreira dos. As práticas de esmolas no século XVIII: interditos aos pedintes e escritos anônimos na Diocese de Mariana. *3º Encontro Internacional de História Colonial: Cultura, Poderes e Sociabilidades no Mundo Atlântico (SÉC. XV-XVIII)*, 2010, Recife. Anais do 3º Encontro Internacional de História Colonial. Recife: UFPE, 2011, p. 127-132.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, 2v.
- SILVA, Eva Maria da. *Os jesuítas e a política pombalina em Pernambuco no século XVIII*. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.
- VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

# 6

## **CULTURAS EDUCATIVAS, APRENDIZADO COLONIAL E OS MODOS DE SE GOVERNAR AS MINAS (1720-1780)**

*Hilton César de Oliveira*<sup>1</sup>

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado  
(Marc Bloch).

O presente texto tem o intuito de apresentar uma pesquisa em curso, cuja intenção principal é identificar a existência de culturas educativas em Minas Gerais, entre os anos de 1720 e 1780, culturas essas que se deixam perceber de forma assimétrica em diversos documentos elaborados no período. Na realidade, trata-se de um grande quebra-cabeça cujas peças ainda que muito embaralhadas, deixam visíveis propósitos educativos que em um primeiro momento não são perceptíveis, mas na medida em que novas fontes são trazidas à lume e antepostas ao que já se sabe, novas “evidências” são percebidas (HARTOG, 2011, p. 246). Vale afirmar que as conexões entre as peças começavam a fazer sentido, quando culturas educativas relacionadas a projetos de poder são configuradas, com abordagens muito diversas às tratadas por grande parte da Historiografia da Educação, até aqui pelo menos.

Vale afirmar, que isso implica na interrogação permanente das fontes para se saber qual é a utilidade delas na resposta de como se

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Educação, Campus BH, da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG; hilton.oliveira@uemg.br

constituíam culturas educativas, sem que houvesse um polo único de criação, mas sim múltiplos, dentro do modelo de monarquia católica edificada sobre o padroado. Esse modo plural de emprego das fontes advém de Marc Bloch (1997, p. 115), que se pronunciou da seguinte forma:

Seria uma grande ilusão considerar que cada problema histórico corresponde a um tipo único de documento, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa se esforça por atingir os fatos mais profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser da luz dos raios de testemunhos convergentes muito diversos em sua natureza.

Com isso, seguir a pista do tema da educação no período colonial em Minas Gerais, sobretudo na primeira metade do século XVIII, impõe adotar metodologias que façam emergir da documentação muitos testemunhos indiretos, devido à sua natureza ágrafa. Por isso, as especificidades das pesquisas, nas quais atua o historiador das culturas educativas não escolares, quanto mais se distanciam do tempo presente, requerem ao pesquisador uma relação “intimista” deste para com as fontes, porque a ela está associada a habilidade na identificação das conexões existentes entre um ou mais acervos documentais. Requer também a habilidade na formulação da pergunta adequada, aquela que poderá revelar as fontes que tornarão possível ver as culturas educativas por novos ângulos, sobretudo, aquelas associadas à formação moral e religiosa da população, nos espaços públicos de sociabilidade, sem que, “contudo, implicassem obrigatoriamente no uso de escolas convencionais, posto que, a compreensão de escola e escolarização era muito mais ampla” (FONSECA, 2005, p. 17).

Na consecução da investigação é recomendável o uso do método comparativo como recurso metodológico de modo que se possa averiguar entre as fontes alguma inteligibilidade, expressa por ações de atores sociais que visassem a obtenção de um determinado fim. Essa ação permite ampliar o campo de visão sobre seu objeto, posto que, como já anunciava Marc Bloch (1997, p. 112), a comparação é a varinha de condão da História. Contudo, tudo isso dependerá da feitura da pergunta correta que revelará o material, posto que, só ela trará à lume aquele documento esquecido nos arquivos, que passará ser a pedra angular na compreensão de uma cultura educativa que não se expressa, completamente, por intermédio da forma escrita, pelo menos não de forma direta.

Esse procedimento permite, à maneira de Ginzburg, trazer à tona de forma indireta culturas educativas ágrafas, ainda que se deva ter cuidado especial em não reproduzir julgamentos, eivados de preconceitos sobre as “sociabilidades”<sup>2</sup> (XAVIER, 2018, p. 19) que se procura retratar. Até porque não existem textos neutros, como bem asseverou Carlo Ginzburg (2007, p. 288). Neste sentido, no caso das culturas educativas, torna-se necessário ao pesquisador destilar dos documentos aquilo que genuinamente possa se atribuir aos atores que permaneceram silentes no processo de retratação que lhes impõe o testemunho letrado, tomando por exemplo as instruções redigidas por agentes da Coroa que estiveram nas Minas, dentre os quais dom Pedro de Almeida Portugal. Seu governo assinalaria a tomada das rédeas por parte da Coroa, pondo fim à chamada era dos régulos, período em que o

---

<sup>2</sup> Sociabilidade aqui definida como a capacidade do ser humano de formar interações de natureza variada, conforme objetivos, necessidades particulares e as circunstâncias que se apresentam.

“processo civilizatório” (ELIAS, 1990, p. 181) das Minas ainda era incipiente, devido à presença rarefeita da autoridade da Coroa.<sup>3</sup>

### **APRENDIZAGEM E MISTIÇAGEM: ENTRE O MINHO E AS MINAS**

Adotando e adaptando uma ideia de Vitorino de Magalhães Godinho de que a emigração em Portugal havia se constituído em uma “constante estrutural” (GODINHO, 1978, p. 5-32) característica esta singular em relação às demais nações da Europa Ocidental, José Vicente Serrão (SERRÃO, 1993, p. 52) assinalou a ocorrência de dois tipos de deslocamento populacional. No primeiro deles o movimento era interno e de natureza sazonal. Acontecia quando a busca pela subsistência pudesse ser suprida com o deslocamento de uma área a outra do reino. Isto posto, quando avizinhava no vale do Douro a época da colheita da uva, era grande o deslocamento de pessoas de toda a província do Minho e de Trás-os-Montes, em busca de oportunidades de trabalho. Já o segundo tipo de deslocamento populacional era de caráter definitivo porque implicava, quase sempre, o estabelecimento permanente do emigrado na terra escolhida como a sua nova morada. Essa última modalidade de emigração tinha como endereço as possessões ultramarinas portuguesas, centrando-se em sua maior parte nas ilhas oceânicas e no Brasil. Na primeira metade do século XVIII, a emigração definitiva alcançou o seu ponto culminante, em função do início da exploração do ouro brasileiro.

Homens que haviam sobrevivido após várias gerações retirando da terra o seu sustento em pequenas propriedades agrícolas, ao chegarem

---

<sup>3</sup> Aqui há ciência de que Elias definiu a ocorrência do processo civilizador sem que fosse racionalmente criado por pessoas isoladas, mas, não descarta a possibilidade de que planos isolados pudessem dar origem, no longo prazo, ao processo civilizador.

às Minas convertiam-se, em sua maior parte, em mineradores ou negociantes, funções essas que em alguns casos eram exercidas concomitantemente. Em busca da prosperidade sem limites afluíam também às Minas fidalgos, militares, artífices, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais, como apontado por Antonil, não tinham no Brasil convento ou casa. Esse grande movimento migratório com destino às Minas foi denominado por Augusto de Lima Júnior (1978, p. 35) como “a grande invasão”.

Os estudos clássicos relacionados à sociedade mineira setecentista confirmam de forma geral que foram os homens do Norte do reino, sobretudo minhotos, que estiveram à frente da efetiva ocupação da região das Minas. Esses mesmos estudos guardam a característica particular de basear esta convicção na legislação proibitiva produzida nos anos 1710 e 1720 que se dirigiu, principalmente, ao impedimento da emigração a partir da região do Minho.<sup>4</sup> Um alvará feito publicar por dom João V manifesta preocupação com o esvaziamento do reino e as consequências que poderiam decorrer dessa situação; a própria segurança de Portugal, devido ao fato de que extensas áreas no reino ficavam desabitadas.

Uma vez por aqui, os minhotos, longe de sua terra de origem, sujeitos às várias adversidades, se mantinham unidos na busca cotidiana pela sobrevivência.<sup>5</sup> Se, contudo, em sua organização

---

<sup>4</sup> Uma lei baixada em março de 1720, que restringia em vários aspectos a emigração para as Minas, faz menção especial ao esvaziamento da Província do Minho e à falta de agricultores para cultivar a terra. Ver: Lei de 20 de março de 1720, apud LIMA JÚNIOR (1978, p. 37).

<sup>5</sup> Serge Gruzinski remarcou nas áreas de colonização espanhola a necessidade de índios, negros e espanhóis reinventarem, dia após dia, modos de convívio ou soluções de sobrevivência. Afirma ainda o autor que “em todos os campos, a improvisação venceu a norma e o costume”. Neste sentido, são as necessidades apresentadas aos colonos que os movem a se adaptar nos termos da nova terra e dos novos atores que eles deverão se relacionar.

lembravam antigos costumes praticados no reino, é preciso enfatizar que a realidade aqui era outra, qual seja: aprendiam dia após dia formas de lidar com as adversidades. Como homens de seu tempo, objetivavam na emigração a possibilidade de conhecer a prosperidade econômica, primeira condição para que pudessem obter aquilo que mais desejavam: a distinção. Com isso, tomavam as suas decisões com o objetivo de encurtar o caminho até a realização de seus intentos, mas nem sempre em sincronia com os interesses da Coroa, que se preocupava com o aumento descontrolado da população mestiça e os problemas dela derivados. O conselheiro Antônio Rodrigues da Costa sabia muito bem disso quando emitiu um parecer recomendando o impedimento da ascensão de mulatos às câmaras e também que não fossem admitidos camarários casados com mulatas até o quarto grau; com isso esperava:

Conseguir-se que os homens daquele país procurem deixar descendentes não defeituosos e impuros vendo que de outro modo não podem alcançar nem para si nem para os seus os empregos de maior distinção as terras em que vivem pois o afeto de consegui-los é natural em todos os homens.<sup>6</sup>

A curva demográfica ascendente na quantidade de mulatos nas Minas colocava em risco a hegemonia branca agarrada em privilégios associados à sua condição, isto porque, aos mulatos, filhos e filhas de pais brancos, estava assegurado o direito de herança, que muitas vezes se traduzia pela adoção de comportamento restritos à população branca, como trajes de uso exclusivo aos brancos, pertencimento a irmandades brancas, assentos em locais privilegiados nos templos religiosos restritos à elite, dentre outros. Por essa razão apressou a

---

<sup>6</sup> Parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, 1725. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 7, doc. 26.

Coroa em comum acordo com a nobreza da terra estabelecer medidas que pudessem de algum modo desencorajar uniões de brancos com mestiças e negras.

Outro efeito associado a isso foi a intensificação das devassas diocesanas efetuadas durante o episcopado de dom Frei Antônio de Guadalupe<sup>7</sup> (1725-1740), que guardaram o objetivo de repreender prioritariamente o delito do concubinato praticado por homens brancos, encaixando-se na política de promoção ao matrimônio presente no final do governo do conde de Assumar (1717-1721) e durante todo o governo de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). A ela viria se somar a publicação do Alvará de 1732<sup>8</sup>, o qual proibia a saída de mulheres do reino sem a autorização do rei. E, por fim, seria incentivada a vinda de casais das Ilhas para que pudessem se estabelecer nas Minas.

Importa afirmar que essa ação se deu por intermédio de uma cultura educativa associada à dissuasão dos fiéis, em decorrência do iminente perigo a que estavam sujeitos os seus diocesanos de perderem suas almas. Em alguns casos também, as pastorais elaboradas por dom Frei Manoel da Cruz associavam a penúria verificada nas Minas na produção de ouro, à natureza pecaminosa com que as uniões ilícitas se davam entre alguns senhores e sua escravaria, impedindo em muitos casos que essas escravas pudessem se casar com homens de sua condição ou até mesmo forros (RODRIGUES, 2005, p. 51).

Em sentido inverso ao trabalhos que tomaram como prioritário retratar o aumento de índices de ilegitimidade nas Minas associado à

---

<sup>7</sup> Dom Frei Antônio de Guadalupe também era originário da região do Minho, na época era bispo do Rio de Janeiro, da qual as Minas faziam parte da jurisdição daquele bispado.

<sup>8</sup> Alvará de 10 de março de 1732, Arquivo Público Mineiro (APM), Coleção das de leis do reino de Portugal.

presença minhota, a pesquisa aqui desenvolvida pretende demonstrar que seguir a pista dos minhotos nas Minas não é se debruçar simplesmente sobre índices de ilegitimidade ou sobre frequência acentuada de relações consensuais, mas antes demarcar a capacidade de assimilação produzida por esses emigrantes que, perante situações adversas, tiveram que diversificar o repertório de ações que pudessem protegê-los das ameaças em uma terra desconhecida. Ameaças que vinham da própria Coroa, representadas por sistemas tributários como a captação ou mesmo aqueles representados pelas ações eclesiásticas como as visitas diocesanas e as visitas pastorais que interferiam no *modus vivendi* desses colonos e sobre suas escravarias.

Com isso foram estabelecidas relações de solidariedade entre eles de modo que pudessem ficar longe do alcance das justiças de sua majestade (OLIVEIRA, 2021, p. 46). A mobilidade territorial que era uma das principais características da população mineira que sempre favoreceu a eclosão de motins, como o ocorrido nos sertões do rio São Francisco, em 1736.

Em contrapartida, apressavam-se os agentes da Coroa na formulação de instruções preocupadas com o ordenamento social das áreas mineradoras; e aqui se destaca Martinho de Mendonça de Pina e Proença ao se dirigir os sertões por ocasião dos motins relacionados à captação. A condição das pessoas que ali habitavam era a de “clérigos ignorantes, frades apóstatas que viviam de forma licenciosa por não haver quem os incomodasse”. Interessa aqui citar esse governante que esteve de forma interina à frente da capitania de Minas Gerais entre 15 de maio de 1735 e 26 de dezembro de 1736, porque ali começa sua experiência em buscar o entendimento do modo como aquelas pessoas se comportavam mediante uma situação em que a autoridade da Coroa

não é exercida, com o fim de mais tarde formular instruções que pudessem orientar governadores que chegassem na América Portuguesa sem nenhuma experiência (SOUZA, 2020, p. 35).<sup>9</sup>

Muitas das vezes, a representação da ameaça era encarnada na figura do poder metropolitano, expresso nos organismos de poder regional que ia desde o capitão general até os notários e meirinhos; à medida que iam prosperando, os minhotos iam naturalmente tomando para si a organização das associações religiosas – como as Irmandades do Carmo e do Santíssimo Sacramento, que agregavam todos os “homens bons” de uma determinada localidade – fazendo dessas instituições, além de locais de devoção, também pontos onde a elite local se encontrava e se articulava politicamente.<sup>10</sup>

Tomando-se por exemplo as vilas de Sabará, Caeté e os arraiais de Raposos, Rio das Pedras, Velho e Santana ocorreu o encastelamento de uma elite minhota no poder, ali permanecendo até que fosse substituída por seus sucessores, filhos nascidos nas Minas. Essa continuidade no poder por período tão dilatado prescrevia a necessidade de aproximação e agrupamento de interesses muitas das vezes conflitantes, o que fazia com que não fossem incomuns os rachas e as subdivisões. Dito de outra maneira, as mudanças de cenários político e econômico poderiam colocar tradicionais aliados em campos opostos e vice-versa.

---

<sup>9</sup> Para Laura de Mello e Souza, trata-se aqui de uma pedagogia implícita, presente tanto nos escritos de governantes portugueses que serviram em regiões da América Portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII quanto em escritos que se escreveram sobre eles no intuito de louvá-los e torna-los dignos de obediência.

<sup>10</sup> Lista dos homens abastados da capitania de Minas Gerais, 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 70, doc. 41. Carla Maria Carvalho de Almeida (2006) trabalhando como a lista dos homens abastados residentes nas comarcas do Ouro Preto e do Rio das Mortes pontuou a prevalência de minhotos entre as pessoas ali listadas.

O testemunho que melhor traduz a estruturação da elite local na Comarca do Rio das Velhas foi a instrução dada pelo governador Gomes Freire de Andrade ao seu irmão José Antônio Freire de Andrade, em 1752. Nela, o governador, deixando o cargo provisoriamente para cumprir uma missão na Colônia de Sacramento, informa precisamente quem eram os mandatários locais e o grau de ameaça que eles representavam ao governo central. Dentre os seis nomes citados para a vila de Sabará direta ou indiretamente apenas dois, Diogo Cotrim de Sousa e João de Souza Meneses Lobo, não eram minhotos.<sup>11</sup>

## **OS PRIMÓRDIOS DE UMA CULTURA EDUCATIVA CIVILIZATÓRIA NAS MINAS**

### **A) O MARCO FUNDADOR DA AUTORIDADE DA COROA NAS MINAS**

Com dom Pedro de Almeida Portugal à frente do governo da Capitania, a Coroa se apresentava suficientemente forte para quebrar os elos de poder dos grupos vitoriosos dos conflitos da década de 1710. “A velha forma das Minas” mencionada por Gomes Freire de Andrade, em 1752, começava a ser vergada ali.<sup>12</sup> De modo complementar ao uso da força, fazia-se se sentir também a necessidade da adoção de outras providências. O governador fala sobre elas por intermédio de uma carta enviada a dom João V, em 22 de agosto de 1719. Em primeiro lugar enfatiza que desejava mandar a carta há muito tempo, e o que o havia

---

<sup>11</sup> Instrução a José Antônio Freire de Andrade. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM), v. IV, 1899, p. 732-733.

<sup>12</sup> Instrução e norma que deu o Ilmo. sr. Conde de Bobadela a seu irmão o preclaríssimo sr. José Antônio Freire de Andrade para o governo das Minas, aquém veio suceder pela ausência de seu irmão quando passou ao Sul, 07 de fevereiro de 1752. RAPM, vol. IV, 1899, p. 727-735. A chamada “velha forma das Minas”, período em que a autoridade da Coroa não era exercida em função da supremacia de grupos que agiam à margem da lei e ficavam impunes por serem praticamente inalcançáveis devido à largueza dos sertões.

impedido de fazê-lo eram “as outras obrigações de seu ofício”. Em seguida, informa a situação de penúria e desolação em que viviam as pessoas mais católicas naquelas terras, devido ao pouco pejo dos clérigos em não cumprirem as suas obrigações, como: ensinar a doutrina, batizar os negros e se portarem como homens de sua condição. Pelo contrário, usavam até trocar “os sacramentos por oitavas de ouro”. Destacou ainda que o menor vício dos padres era

Estarem publicamente amancebados fazendo gala de que se distingam por mais pomposas e bem trajadas as suas concubinas pelas quais tomam duelo e têm públicas contendidas como os mais profanos, e só lhes serve a imunidade do seu caráter para viverem mais licenciosamente [...].<sup>13</sup>

Ainda que sua prioridade fosse consolidar o poder metropolitano nas Minas, e que a sua primeira providência fosse o uso da força, ele anteviu a necessidade da disciplinarização dos clérigos, segundo ele os reais responsáveis pela situação do cenário de caos que ele descrevia, por serem os que deveriam inspirar nos fiéis a religião, mas não o faziam. Com isso, ele evidenciava uma das principais culturas educativas do Antigo Regime: a educação religiosa, aquela referendada no interior da doutrina Católica, cujo principal traço era a incondicional obediência à Coroa e aos seus prepostos. Destacava também a chamada cultura educativa do exemplo, aquela em que os súditos deviam se espelhar, sendo tementes a Deus e às justiças da Coroa. Apesar disso, uma contradição se apresentava, uma vez que o clero – aquele que deveria ser o maior fomentador desses ensinamentos – comportava-se como um secular típico, praticando toda sorte de “desvios”.

---

<sup>13</sup> APM, Códice SG-04, carta de dom Pedro de Almeida Portugal a dom João V, 22 de agosto de 1719, fl. 693.

Visando a remarcar aos olhos de dom João V ainda mais a situação em que se encontrava o clero das Minas, afirmava que ao viverem nessas condições os eclesiásticos não poderiam servir de exemplo aos seculares. Para não parecer que havia carregado na descrição, afirmava que: “não pense vossa majestade que é exageração minha, porque é prática muito comum entre os mais eclesiásticos dessas Minas se não pode viver sem uma concubina”, também recomenda a criação de uma diocese nas Minas, porque o bispado do Rio de Janeiro, a quem eram subordinadas as Minas por ser muito distante, deixam impunes os de mau procedimento.<sup>14</sup>

Enquanto isso não acontecia, uma medida paliativa foi recomendada de forma a equacionar o cenário de tanta iniquidade e devassidão, que se experimentava nas Minas; a saída apresentada por dom Pedro de Almeida Portugal foi que dom João V nomeasse um bispo missionário que “servisse de freio e de exemplo aos eclesiásticos e seculares”. Sugeriu ainda a dom João V que “enviasse de imediato doze padres da companhia de Jesus que se recolhessem em alguma casa conforme o estado da terra o permitisse com alguma decência possível”.<sup>15</sup> Com isso imaginava que estes pudessem de algum modo incitar nos padres seculares normas de bom comportamento.

Preocupado que estava em garantir a estabilização da Capitania mediante a pacificação dos povos, o governador parece ter deixado em segundo plano as observações concernentes aos procedimentos dos mineiros, no que concernia à obediência aos preceitos da fé católica. De

---

<sup>14</sup> APM, Códice SG-04, carta de dom Pedro de Almeida Portugal a dom João V, 22 de agosto de 1719, fl. 693.

<sup>15</sup> APM, Códice SG-04, carta de dom Pedro de Almeida Portugal a dom João V, 22 de agosto de 1719, fl. 693.

qualquer modo, na carta endereçada a dom João V, ele deixou fluir em suas notas sobre o que deveria ser feito com o intuito de corrigir os desvios. Para selar de vez as suas impressões sobre o que se passava nas Minas em matéria de desvios morais, afirmou que “o melhor freio para os povos rebelados era inspirar-lhes religião quando a não tinha, e com muito mais razão se pode esperar que estes se domesticquem”.<sup>16</sup>

De outro modo, se não houvesse a iniciativa de se providenciar com rapidez a correção dos desvios morais que ocorriam nas Minas, o que aconteceria era a maior despesa que estaria sujeita a fazenda real, sendo este motivo “suficiente para se aplicar os meios precisos para o bem interior das consciências dos povos”.<sup>17</sup> Com isso fica claro que a repressão pela força por si só, além de ineficaz custaria muito caro aos cofres da Coroa, sendo mais efetiva a ação de um clero missionário que retornasse os colonos no caminho da “retidão” religiosa.

A descrição da natureza das Minas feita abaixo pelo conde governador, adquire feição demoníaca e só reitera a necessidade de uma reeducação dos colonos nos princípios mais elementares da religião Católica, que é o reconhecimento de que o rei é o representante de Deus na Terra e que os súditos lhes devem cega obediência:

O ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se vêm, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos: destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros: o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a

---

<sup>16</sup> APM, Códice SG-04, carta de dom Pedro de Almeida Portugal a dom João V, 22 de agosto de 1719, fl. 693.

<sup>17</sup> APM, Códice SG-04, carta de dom Pedro de Almeida Portugal a dom João V, 22 de agosto de 1719, fl. 693.

natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.<sup>18</sup>

Ao final, dom Pedro de Almeida Portugal não viu concretizadas suas sugestões por haver sido removido do cargo, devido a alguns excessos cometidos contra os amotinados da rebelião de 1720, embora procurasse justificar algumas de suas mais severas decisões, que foi condenar sumariamente Felipe dos Santos à pena capital, sem que julgamento houvesse. Com isso o substitui dom Lourenço de Almeida que passará levar a termo, por intermédio da introdução de uma cultura educativa relacionada à religião, a supressão de comportamentos indesejáveis que segundo este estavam associados ao fato de os homens brancos terem o hábito de se juntarem às negras, mulatas e pardas. “Tudo se evitaria se grande parte dos moradores dessas vilas fosse casada, porque estes vivem sempre com mais sossego, atendendo a conservação de suas famílias e da terra aonde a querem perpetuar [...]”.<sup>19</sup>

No alcance desse objetivo procedeu-se à criação de uma engenhosa prática educativa, que fazia uso de diversos instrumentos ao alcance tanto da esfera eclesiástica como da laica, de modo a refrear as chamadas “uniões ilícitas”, que tinham como resultado final o nascimento da prole mestiça. Se, contudo, não pudessem de todo suprimir a “mulaticie”, pelo menos condições favoráveis seriam criadas para que houvesse a expansão da população branca. Com isso queria se vislumbrar, de modo específico, a composição de uma pauta voltada para uma educação religiosa calcada no modelo de casamento entre

---

<sup>18</sup> *Discurso Histórico e Político que nas Minas houve*. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994 (Coleção Mineiriana).

<sup>19</sup> Carta de dom Lourenço de Almeida a dom João V, Vila Rica, 19 de abril de 1722. RAPM, p. 110-111, 1980.

homens e mulheres brancas sob a orientação da Igreja, desencorajando os casamentos interétnicos, ainda que não fossem de todo proibidos. Isso porque, em última instância, de acordo com os preceitos da fé, melhor era ter fiéis casados do que em concubinato. De todo modo, eram poucos os que se insurgiam contra essa deliberação, pois haviam na esfera laica leis restritivas que vedavam a promoção social por intermédio do exercício de funções públicas a pessoas que não tivessem comprovada “pureza de sangue” em até 4º grau, ou que sabidamente fossem casadas com negras ou mulatas.

## **B) A PROBLEMATIZAÇÃO**

De modo geral, o estado de coisas até aqui percorrido é familiar aos historiadores da educação que elegeram o século XVIII (notadamente, os que trabalham com as quatro primeiras décadas): um local privilegiado na identificação de culturas educativas não escolares, como modo de ampliar a compreensão das sociedades em que elas se constituíram. Com isso, estudar a História da Educação – e, em particular, estudar as formas educativas não escolares – não é só se debruçar, meramente, sobre as particularidades dessas *stricto sensu*, mas sim considerá-las como possíveis chaves interpretativas de uma formação social específica, e aqui, em especial, destaca-se uma cultura educativa relacionada ao desejo de civilizar o mineiro típico, avesso à autoridade da Coroa, retratado em textos de época como facínora, régulo, clérigo e religioso de diversos institutos, muitos dos quais não tinham no Brasil convento ou casa (ANTONIL, 2011, p. 224).

Dito isso, o que propomos abordar nesse trabalho é a compreensão do processo de fundação institucional da Capitania de Minas Gerais,

dentro de um modelo mais geral de sociedade colonial a que Stuart Schwartz definiu como assentada em “múltiplas hierarquias de honra e apreço”, mas tendendo a “reduzir complexidades e dualismos de contrastes” – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, Católico/Pagão – e a fazer convergir “a graduação, a classe, a cor e a condição de cada indivíduo” (SCHWARTZ, 1995, p. 204-205).

Isso implica afirmar que a partir da especificidade mineira constituíram-se modos particulares de se produzir leituras sobre a sociedade local (aprendizado), como forma de instruções (culturas educativas) que pudessem orientar novos administradores. Quando essas instruções são efetivamente redigidas parecem mais como um texto etnográfico *avant la lettre*, cujo estranhamento fosse muito mais demarcado do que a alteridade, embora a manutenção do direito de herança aos mulatos, ainda que não fossem poucos que insurgissem contra ele, acabou prevalecendo. E também, ainda que abominassem o jeito de ser particular dos mineiros só poderá compreendê-los e, conseqüentemente, conseguir vergá-los se puder entender como eles agem e quais são seus principais interesses.

### **AS INSTRUÇÕES COMO MARCAS DESTACADAS DE UM APRENDIZADO COLONIAL**

A presença da escravidão e a atividade econômica praticada em uma dada região da América Portuguesa são de importância fundamental nas formações sociais delas derivadas. No caso das Minas Gerais parece haver produzido uma civilização própria cujo limiar foi a natureza itinerante de suas populações. Tal característica produziu a capacidade genuína de adaptação, por mais severas que fossem as condições, a ponto de vilas como Sabará, da noite para o dia, ficar

praticamente vazia. Um documento datado de 1730, traz o relato da situação de abandono em que se encontrava a vila de Sabará, informando que de um total de 400 vizinhos restavam menos de 30, espalhados por diversas lavras na localidade. O esvaziamento da vila ocorreu devido à ida de muitos moradores para os novos achados de Goiás.<sup>20</sup> Situações como essa impuseram à Coroa, por intermédio do Conselho Ultramarino, buscar inteligibilidade no que ocorria nas Minas, ainda mais porque devido à ausência de uma estrutura administrativa coesa e bem ordenada dava vasão a que esse espaço fosse ocupado pelo que o conde de Bobadela denominou de “antiga forma das Minas”, período em que o poder era exercido por régulos como Manuel Nunes Viana (minhoto), chefe dos emboabas, que saiu vitorioso de uma disputa com paulistas pela hegemonia nas Minas, na chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709).

A tradição das instruções deriva dessa necessidade premente de se buscar conhecimento sobre o que se operava nas Minas, porque ao conhecer como agiam os mineiros poder-se-ia antecipar seus movimentos, procurando dar fim a toda sorte de infortúnios à boa administração da Capitania. Desse modo, reafirmou-se uma cultura educativa, na qual o predecessor legava ao seu substituto um conjunto de recomendações, as quais poderiam guiá-lo à frente do novo governo; mas isso não terminava por aí, em contrapartida, era determinado a pessoas com destacada importância na Capitania, a retirada da residência do governante que saía, de modo a averiguar se seu comportamento teria se dado com toda lisura. Vale dizer que esse rito

---

<sup>20</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, 07 de fevereiro de 1730, caixa 30, doc. 36.

também era observado com outros membros da Coroa como desembargadores, intendentess, procuradores da Coroa, dentre outros.

Por outro lado, é por intermédio desses documentos que se deixa antever características de personagens, que por não terem domínio da escrita passariam despercebidos, ainda que se deva fazer uso de filtros adequados no trato com essas fontes. Como se verá a seguir, foi pela escrita das instruções e por outras correspondências, pelas quais informações eram trocadas sobre o procedimento dos mineiros é que foi constituída as impressões de uma cultura educativa, cujo principal objetivo era estabelecer mecanismos de controle sobre essa população de formas diversas, baseadas na educação religiosa, na educação pelo exemplo e na educação dos hábitos aos que queriam alcançar a condição de nobres da terra, dentre outros.

A primeira instrução cuja relevância deve ser destacada está relacionada à Revolta de Felipe dos Santos, em 1720, sobretudo, porque tem o intuito de justificar as ações praticadas pelo autor da obra – dom Pedro de Almeida Portugal – ao usar mão forte na repressão aos insurgentes. Ao fazê-la associa o comportamento dos mineiros à geografia das Minas, ao seu clima e ao processo de transformação que os reinóis experimentavam ao vir para cá, se vergando a toda sorte de desvios, situação que mais tarde dom Frei Manoel da Cruz designaria como tendência à torpeza diversificada dos vícios (CARNEIRO, 2005, p. 84). A segunda é a instrução formulada pelo governador Gomes Freire de Andrade a seu irmão José Antônio Freire de Andrade, advertindo-o sobre o modo com que se costumavam comportar as elites da Capitania de Minas Gerais; ela traz conselhos de como o governador interino deveria antecipar seus movimentos, de modo a neutralizar os opositores

e se cercar apenas das pessoas confiáveis por ele recomendadas (BOBADELA, 1752, p. 727-735).

Os documentos citados pretendiam ser guias confiáveis às autoridades enviadas pela metrópole à colônia, na adoção de procedimentos que visassem consolidar a presença da Coroa por aqui. O primeiro texto inaugura a tradição da composição de instruções legadas pelos governantes a seus sucessores na administração das Minas. Esses documentos se constituem em fonte de grande importância na investigação de formas educativas, não só nas Minas, mas na América Portuguesa como um todo. De modo geral, eles descendiam da observação criteriosa de agentes metropolitanos empenhados em fazer “correrem os rios coloniais para o mar metropolitano” e, por sua vez, “os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado” (ALENCASTRO, 2008, p. 22). Esse conflito de interesses determinava o estabelecimento de culturas educativas que se entrelaçavam mediante trocas culturais entre metrópole e Colônia, sendo a Coroa responsável pela imposição de modos de governar, mas não sem antes consultar seus agentes por aqui estabelecidos, sobre suas possibilidades de sucesso. Isso determinava sucessivos movimentos e contra movimentos, como por exemplo, a criação de um modelo ideal de arrecadação fiscal, como foi o caso da implementação do sistema de captação. Sistema esse que se mostrou inoperante devido à ação dos governados, dentre os quais esteve à frente, a nobreza da terra.

Por fim, somavam-se às instruções dessa natureza tratados sobre o que se devia fazer em matérias associadas à religião, como por exemplo: impedir a entrada de ordens religiosas na capitania, a vigilância sobre as irmandades terceiras e o comportamento da

população na observância dos preceitos da fé. As instruções associadas à economia só vieram à tona, no momento em que era flagrante o esgotamento dos veios auríferos, como as instruções de João Teixeira Coelho, publicadas em 1780. O documento pretende ser um guia às autoridades metropolitanas, na adoção de procedimentos que visassem consolidar a presença da Coroa.

As práticas médicas também se tornam objeto de observação, como mostra o tratado escrito por Luís Gomes Ferreira, em 1735. Ele revela a aproximação de práticas médicas correntes na Europa, com a coleta de receitas junto a indígenas e africanos. A obra pretende ser útil não só a barbeiros cirurgiões, mas também àqueles que quisessem fazer uso de seus ensinamentos. A recolha feita por Luís Gomes Ferreira, revela o contorno de culturas educativas associadas às práticas médicas, repassadas de geração em geração, em espaços em que a figura do médico era escassa, senão inexistente. O clima da região para o autor se constitui em orientação para adequação das práticas médicas em função da ocorrência de doenças recorrentes nas Minas.

Ainda sobre a descrição de práticas médicas, temos o livro de João Cardoso de Miranda, de 1749, reportando as propriedades curativas da Lagoa de Sabará (atual Lagoa Santa). Ele faz um relato pormenorizado das enfermidades curadas pelas supostas propriedades terapêuticas de suas águas, informando que, em um dado momento, aproximadamente 3.000 pessoas de diversas partes da capitania teriam recorrido à lagoa em busca da cura definitiva de seus males.

## **AS BOTICAS DAS MINAS: O INTERESSE SOBRE AS PRÁTICAS CURATIVAS**

Outro caminho interessante a ser percorrido é o entendimento de alguns viajantes que estiveram nas Minas, buscando o recolhimento de novas ervas dentre a população escrava e indígena ou mesmo dentre colonos mais experimentados na América Portuguesa, de modo que pudessem registrar novas práticas curativas e colocá-las à serviço de um público letrado, no que se referia às moléstias que acometiam, sobretudo, a população escrava. Aqui a referência recai sobre o “Erário Mineral” (1735), de Luís Gomes Ferreira, e sobre o já mencionado livro de João Cardoso de Miranda, “Prodigiosa Lagoa de Sabará”. As duas obras podem ser compreendidas como associadas às culturas educativas relativas às práticas médicas com circulação efetiva na América Portuguesa e no reino, cuja necessidade de uma maior compreensão se impõe.

Assim, tanto no que se refere ao processo de instituição das autoridades coloniais nomeadas pela metrópole, cujo caminho foi dotar os colonos de um certo “verniz civilizacional”, a partir do estabelecimento de culturas educativas que visavam a superação da chamada “era dos régulos”, o mesmo acontecia na compreensão mais pormenorizada do ambiente em que se estabelecia a colonização, buscando meios para que a “adaptação”, de que fala Gruzinski (2001, p. 78), pudesse se efetivar. Nos casos mencionados tratam-se de culturas educativas complementares que ao seu modo constituíam-se em instrumentos necessários ao processo civilizatório em curso nas Minas, por intermédio de uma incipiente mas necessária medicina tropical, sobretudo, adequada ao tratamento de males típicos do lugar, os quais na medicina europeia não havia tratamento.

Importa salientar, que em ambos autores acima mencionados suas ações se relacionavam à cata de culturas educativas curativas tradicionais, dentre a população já aqui radicada. O processo civilizatório aqui retratado aponta para a composição de itens curativos na América Portuguesa, assim como ocorria em outras partes do globo, a uma farmacopeia cuja aproximação a formulas já utilizadas na Europa fosse recorrente. A coleta de saberes ancestrais associados às práticas curativas adveio de culturas educativas milenares, às quais, autores como Luís Gomes Ferreira, não informam de que testemunhos foram coletados e por quem foram dados, ainda que se possa inferir. A tônica de sua obra é a descrição de seus pacientes (na maioria, cativos) e de como os curava, mas permanece silente sobre como obtinha informações sobre as ervas e seu manuseio.

Um caminho possível no intento de se dar voz a esses personagens sem rosto (de quem não nos fala o autor) está nos livros de “testemunhas”<sup>21</sup> das devassas diocesanas, documentos em que são frequentes as acusações relacionadas ao uso de práticas curativas, associadas às benzeduras e ao uso de ervas. O debruçar sobre esses documentos com o devido cuidado, tendo especial atenção quanto aos aspectos contextuais em que são tomados constitui-se em um modo viável. A medicina popular presente nos documentos pode nos dar a saber como essa cultura educativa se apresentava e quais eram suas características, como o testemunho colhido abaixo:

Jeronimo Francisco de Araújo homem solteiro natural da freguesia de São  
Tiago Couto de Cambezes Arcebispo de Braga, morador no Morro de Mato

---

<sup>21</sup> Aqui se faz referência a constatação do autor de que “os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmos os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los” (BLOCH, 1997, p. 113).

Dentro. Perguntado disse que é público e notório no Morro de Mato Dentro que Antônio de Pontes morador no mesmo, cura de palavras, e com efeito viu ele testemunha que curou um negro com palavras que lhe dizia e pondo lhe uns panos que também benzeu e foi posto. O negro sarou não sabe ele testemunha se foi com mais algum remédio, e é público ele curar por palavras.<sup>22</sup>

Testemunhos como este nos dão a dimensão de como era essa cultura educativa associada às práticas curativas baseadas em trocas multiculturais, que se pode ouvir seu eco até no presente. Sua demonização no cânone católico não extirpou sua presença, mesmo porque a figura do barbeiro cirurgião e do médico só estava presente nos principais núcleos populacionais e, mesmo assim, poucos podiam pagar. Restava então à grande maioria recorrer à medicina tradicional praticada por curandeiros e curandeiras dentre a população, como foi o caso de Luzia Pinta, em Sabará (MOTT, 1994), que gozava de grande prestígio, atraindo atenção até da nobreza da terra que vinha se consultar com ela.

## CONCLUSÃO

A necessidade da compreensão da mestiçagem cultural havida entre colonos em sua maior parte originários do Minho com africanos e indígenas e a constituição de suas sociabilidades passa pela compreensão de como as teias das culturas educativas eram cingidas, sejam como expressões de resistência à supremacia da Coroa, sejam também formas de domesticação desses mesmos colonos, como sugeriu dom Pedro de Almeida Portugal. Estabelecer contrapontos entre o

---

<sup>22</sup> Devassas eclesiásticas, livro de testemunhas, Conceição do Mato Dentro, Arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 1734.

camponês típico do Minho e no que eles se transformavam nas Minas, torna-se fundamental no delineamento da sociedade que se constituiu nas Minas no transcurso do século XVIII, porque de modo geral era sobre esse homem do que as instruções tratavam; que, mesmo brancos, se subvertiam a toda sorte de maus comportamentos.

O que se vivia na Capitania de Minas Gerais eram situações novas e bem diferentes, particulares a uma sociedade mineradora, porque aqui o aprendizado colonial tinha outros contornos; mesmo a convivência com a escravidão se deu em condições diferenciadas ao resto da América Portuguesa, excetuando-se as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, posto que elas incorporaram um *modus vivendi* muito parecido, ainda que a presença indígena tenha sido um diferencial de peso.

A situação tão frequente do amasio nas Minas em muito se diferenciou do que ocorria no Noroeste do reino. Lá as uniões livres se davam com maior frequência entre indivíduos de condição socioeconômica diversa – patrões e serviçais, por exemplo –, não havendo em última instância maiores problemas se os concubinários resolvessem contrair matrimônio, salvo se já fossem casados ou tivessem algum outro impedimento legal. Nas Minas, o problema era outro, o peso dado a uma união com uma mulher negra ou mestiça impingia consequências mais severas no intrincado sistema legal português, que associava a promoção social à “limpeza” de sangue.

Um homem branco vivendo em concubinato como uma mulher branca no reino não tinha o mesmo peso que um homem branco vivendo com uma mulher negra ou mestiça na Colônia. Isso se explica, logicamente, porque as circunstâncias eram outras. Apesar dos problemas causados em uma sociedade em que a pigmentação da pele era algo de vital importância, não se podia abrir mão da união entre

brancos e negros quando a necessidade de povoamento era premente. É por essa razão que a iniciativa de se obstar o direito de herança aos mulatos não conseguiu lograr êxito. Contudo, assistiu-se ao longo do século XVIII a iniciativas de contenção das uniões livres e mesmo da ampliação da população mestiça.

Dom Pedro de Almeida Portugal sugere que, após suprimir a ação dos régulos, o objetivo seguinte seria conduzir os mineiros ao caminho da retidão moral. Com esse objetivo, defendeu a ideia de que era necessária a criação de uma diocese nas Minas. Antes que pudesse dar continuidade ao seu intento, ele foi substituído por D. Lourenço de Almeida, em 1721. O novo governador, dando sequência ao que intentara o seu antecessor, lançou firme campanha de moralização, promovendo casamentos, criticando a cobrança abusiva de emolumentos e reivindicando a dom João V a criação de uma legislação proibitiva que impedisse a saída de mulheres da capitania. De forma paralela, mas sincrônica ao que promovia dom Lourenço de Almeida, o bispado do Rio de Janeiro, sob a direção de dom Frei Antônio de Guadalupe, intensificou as visitas diocesanas às Minas e determinou em uma pastoral por ele publicada que não se deveria dar absolvição aos concubinários com fama pública sem que comprovadamente não estivessem vivendo em companhia de suas concubinas (RODRIGUES, 2005, p. 35). É nesse momento também que as visitas episcopais direcionam o seu foco no combate às relações de concubinato entre brancos e negras, somando-se, assim, ao esforço primeiro da Coroa de se impedir a ampliação da mestiçagem, tem-se aqui de forma inequívoca a constituição de uma cultura educativa que visava dissuadir os homens brancos de se unir às negras, mulatas e pardas que se articulava às políticas de dom Lourenço de Almeida em promover casamentos entre pessoas brancas.

Dom Frei Manoel da Cruz, ao iniciar a linhagem dos bispos de Mariana, deu continuidade à pastoral de dom Frei Antônio de Guadalupe, fazendo com que ela fosse observada também em seu episcopado. No entanto, inovou patrocinando o casamento entre escravos, prescrevendo penas aos senhores que de alguma forma viessem a impedir esses matrimônios e suavizando a cobrança de emolumentos (RODRIGUES, 2004, p. 93-103). Além disso, havia também as razões de Estado, considerando-se a leitura corrente desde os anos 1720 de que a mestiçagem representava uma ameaça para os interesses portugueses na América.

Verificou-se uma ação conjugada: ao mesmo tempo em que eram intensificadas as visitas diocesanas, reprimindo preferencialmente o concubinato entre brancos e negras, o governo das Minas solicitava à Coroa uma série de medidas que pudessem favorecer as uniões matrimoniais entre brancos. Além disso, esse conjunto de medidas alcançou especialmente o grupo de minhotos, como se pôde notar pela sua assiduidade nos registros de devassa.

Elementos retirados das exéquias feitas a dom Frei Antônio de Guadalupe pelo padre Manoel Freire Batalha (1973) sugerem a postura missionária do bispo que visava livrar as Minas das iniquidades praticadas por seus habitantes. Pode-se dizer que o frei foi bem-sucedido nessa matéria, sendo a pastoral por ele publicada – especialmente rígida contra os concubinários – seguida por seus sucessores. Aqui se pode ver como o padroado faz-se sentir moldando a sociedade nas formas as quais desejava impor, contando para isso a promoção de uma cultura educativa baseada na reafirmação dos cânones cristãos, dentre os quais tem papel destacado o sacramento do casamento, mas apenas aqueles que fossem entre brancos e brancas,

não seria absurdo afirmar que o branqueamento tenha se constituído como uma cultura a partir daí.

No que concerne às práticas educativas associadas às práticas curativas ainda há muito por se fazer, embora algumas fontes tenham respondido a contento sobre o silêncio observado nas duas obras antes mencionadas, no que se refere às formas curativas populares. As possibilidades estão no horizonte de expectativa e o sair à cata de novas fontes se impõe. Fica a certeza de se estar no caminho certo na procura dos vestígios de olhos abertos também na identificação de novas culturas no recorte temporal escolhido, sobretudo, a uma nova modalidade de instruções que se preocupou muito em demonstrar as opções econômicas após a derrocada da atividade mineradora.

Por fim, há também a predisposição em entender algumas obras clássicas, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, e *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* como obras que tinham em seu cerne a coleta de culturas educativas que eram formas de interpretação da América Portuguesa, em especial, no que tangia à compreensão da sociedade por intermédio da presença da escravidão que definia os seus contornos. Não por acaso, da pena de Antonil saiu a máxima de que o Brasil era o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos. Não haveria alegoria melhor que representasse a América Portuguesa daqueles tempos.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria de

- Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.
- BATALHA, Manoel Freire. Exéquias de Dom Frei Antônio de Guadalupe. *Revista Barroco*, n. 5, 1973.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- Carta Pastoral de Dom Frei Antônio de Guadalupe. In: RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana*. As visitas pastorais do século XVIII no bispado de Mariana. Ouro Preto: Editora Dom Viçoso, 2005.
- Carta Pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz. In: RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos Históricos da Arquidiocese de Mariana*. As visitas pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana. Ouro Preto: Editora Dom Viçoso, 2004.
- FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. 2 volumes. [Organização de Júnia Ferreira Furtado] (Coleção Mineiriana) Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ypf34/pdf/ferreira-9788575412404.pdf>.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII). *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. L'emigration portugaise (XV-XX siècle): une constante structurale et les réponses au changements du monde. *Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, n. 1, 1980.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- HARTOG, François. *A evidência da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Instrução e norma que deu o Ilmo sr. Conde de Bobadela a seu irmão o preclaríssimo sr. José Antônio Freire de Andrade para o governo das Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão quando passou ao Sul, 07 de fevereiro de 1752. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. IV, 1899.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MIRANDA, João Cardoso de. *Prodigiosa lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques, que nesta Relação se expõem* (Lisboa, 1749). São Paulo: Brasiliense USP, 2007. Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: *Prodigiosa lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta Relação se expõem* (usp.br).

MOTT, Luiz. O calundu-angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do IAC*, Ouro Preto, v. 2, n. 1, 1994.

OLIVEIRA, Hilton César de. Laços de reciprocidade: sistemas de alianças entre alguns principais de uma Comarca mineira (1726-1784). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 8, n. 16, 2021.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 1993.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. Os relatórios decenais dos bispos de Mariana enviados à Santa Sé. *Cadernos Históricos da Arquidiocese de Mariana*, n. 3, 2005.

RODRIGUES, Flávio Carneiro; SOUZA, Maria José Ferro (Orgs.). O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz. *Cadernos Históricos da Arquidiocese de Mariana*, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Cia das Letras, 1995.

SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (Dir.); HESPAÑA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime* (v. 4). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 43-65.

SOUZA, Laura de Melo e. Notas sobre a pedagogia implícita dos governadores coloniais no século XVIII. In: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). *Cultura e Educação na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020, p. 35-50.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Arquiocese de Mariana; subsídios para a sua História. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1952.

XAVIER, Lucia Furquim Werneck. *Sociabilidade no Brasil Neerlandes (1630-1654)*. Leiden: Universidade de Leiden, 2011.

## **ALGUMA PRODUÇÃO RECENTE DE PESQUISADORAS E DE PESQUISADORES DO CEIbero**

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. Alfabetização e letramento: uma contribuição para as pesquisas sobre cultura escrita no século XVIII. In: JINZENJI, Mônica Yumi; LAGES, Rita Cristina Lima (Orgs.). *História da Educação: sujeitos na/da história*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 298-320.

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. “*Pelo muito amor que lhe tenho*”: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens em Minas no século XVIII. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. Estratégias educativas das famílias em Minas no século XVIII: algumas trajetórias educativas. *E-Hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH*, v. 1, p. 66-82, 2018.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os meios das Luzes: livros e professores em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 102-129.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Minas de letras: agentes e proposições analíticas acerca da cultura dos escritos em Minas Gerais, 1750-1834. *Antíteses*, Londrina, v. 13, p. 621-648, 2020.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. O Verbo e a carne: discurso e agentes na conversão dos gentios em Minas Gerais (1755-1831). In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à Republica*. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 55-76.

ARAÚJO, Ana Cristina. Redes de leitura e compromissos linguísticos em Portugal no século XVIII e alvares do século XIX. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 188-227.

- ARAÚJO, Ana Cristina. A herança de Espinosa num manuscrito silenciado e num livro proscrito de Ribeiro Sanches. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). *Escritas e cultura na Europa e no Atlântico Modernos*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020, p. 125-147.
- ARAÚJO, Ana Cristina. A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n. 20, p. 397-418, 2020.
- BUECKE, Jane Elisa Otomar; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. A prática educativa nos colégios jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará. In: LIMA, João Antônio; NEVES Neto, Raimundo Moreira das (Orgs.). *Colonização e ultramar na Amazônia colonial e o mundo atlântico português, séculos XVII e XVIII*. Belém: Cabana, 2021, p. 128-141. [Recurso eletrônico].
- BUECKE, Jane Elisa Otomar. *Educação e infância na Amazônia Seiscentista*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. A dimensão política do conceito de método no século XVIII português. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 314-339.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira. A boa razão e o iluminismo português. *Antíteses*, Londrina, v. 13, p. 722-746, 2020.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. A educação e o método no Iluminismo português. In: GABRIEL, Ana Cássia et al. (Orgs.). *Diálogos contemporâneos entre Filosofia e Educação*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.
- DENIPOTI, Cláudio. *Um livro sobre livros: cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- DENIPOTI, Cláudio. A censura e o vernáculo português no século XVIII: O “y”, o artigo e as ortografias. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 229-254.
- DENIPOTI, Cláudio. *Reading the Enlightenment in the Portuguese Empire: studies in 18th century Portuguese written Culture*. Seattle: Kindle Direct Publishing, 2020.

- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Instituições educativas na Capitania de Minas Gerais: práticas e lugares sociais. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 14-45.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Ver e ouvir: arte e práticas educativas na América Portuguesa. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce R. Baggio; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (Orgs.). *História Intelectual e Educação: artes, artistas e projetos estéticos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 319-342.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Concepções e práticas de educação em Minas Gerais colonial: reflexões com base em fontes de pesquisa. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 23-54.
- FORMIGA, Francis Albert Cotta. *Práticas educativas e disciplina militar: Portugal e América portuguesa, 1762-1777*. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- FORMIGA, Francis Albert Cotta. Universo militar e dinâmicas de mestiçagens na América portuguesa: mediações culturais e conexões no sistema militar corporativo. In: IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). *Povos, lugares e dinâmicas sociais no Brasil, entre os séculos XVIII e XXI: conceitos, culturas, políticas, identidades*. São Paulo: Alameda, 2021, p. 71-100.
- FORMIGA, Francis Albert Cotta. Segurança e defesa na Capitania de Minas Gerais. In: SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; MATEUS, Adalberto Andrade (Orgs.). *Minas Gerais: 300 anos*. Belo Horizonte: Idea, 2020, p. 183-202.
- GORGULHO, Talitha Maria Brandão. “E por ser esta a minha última vontade que tenho dito e disposto...”: Legados educativos das famílias de elite nas Minas Setecentistas. In: JINZENJI, Mônica Yumi; LAGES, Rita Cristina Lima (Orgs.). *História da Educação: sujeitos na/da história*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 57-80.
- GORGULHO, Talitha Maria Brandão. Práticas educativas das elites coloniais da Capitania de Minas Gerais, século XVIII: desafios metodológicos. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, p. 205-230, 2019.
- GORGULHO, Talitha Maria Brandão. Entre o Rural e o Urbano: os órfãos de famílias abastadas e a educação na Comarca do Rio das Velhas, século XVIII. *E-Hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH*, v. 11, p. 83-93, 2018.

- JULIO, Kelly Lislie. A família enquanto instituição educativa: concepções e práticas (Ouro Preto, Século XVIII e XIX). In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 46-71.
- JULIO, Kelly Lislie. “Tais livros não são e nem podiam ser da suplicante”: concepções acerca das mulheres e o mundo da escrita nas Minas colonial. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 649-670, 2020.
- JULIO, Kelly Lislie. Romana Maria da Conceição e suas ações para a sobrevivência e educação dos filhos no cotidiano do Termo de Vila Rica em fins do século XVIII. *Portuguese Studies Review*, v. 04, p. 165-200, 2019.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Possibilidades para tomar o estado de religiosa para as mulheres que habitavam a Capitania de Minas Gerais no século XVIII. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 72-99.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Semelhanças e diferenças entre conventos e recolhimentos femininos da América portuguesa. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 671-699, 2020.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. Documento, interpretação e representação: os anos iniciais da Casa de Oração do Vale de Lágrimas, Vila de Minas Novas, 1754. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, p. 9-28, 2019.
- LEITÃO, Ana Rita. O impacto da educação em contexto ameríndio frente às tendências da governação portuguesa no Brasil Colônia. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 160-185.
- LEITÃO, Ana Rita. Língua, companheira do império: sentidos da educação ameríndia em língua portuguesa. In: TOLEDO, César; RIBAS, Maria Aparecida Barreto et al. (Orgs.). *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*, 4º volume. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 57-90.
- LEITÃO, Ana. O significado da expulsão dos jesuítas na educação brasileira. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, p. 225-237, 2009.
- MAGALHÃES, Justino. Arquivos e museus escolares: fontes de memória e educação histórica. *Sensos-E*, v. 9, n. 1, p. 47-54, 2022.

MAGALHÃES, Justino. Educação e modernização do sertão – município, escola, cidade. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, p. 700-721, 2020.

MAGALHÃES, Justino. Instituição escolar e constituição da sociedade moderna: setecentismo e reformas educativas. In: CHARTIER, ROGER; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). *Escritas e cultura na Europa e no Atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade Lisboa, 2020, p. 283-314.

MORAIS, Christianni Cardoso. Pela “unidade da causa do interesse público”: o subsídio literário e sua institucionalização em Minas Gerais (1772-1800). In: FONSECA, Thais Nivea de Lima e (Org.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 77-105.

MOSCATO, Daniela. Bibliotecas, livros e jardins: os espaços e os objetos de saberes científicos nos relatos de viagem sobre as regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia - 1815 e 1820. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 23, p. 366-390, 2018.

MOSCATO, Daniela. Pensar, sentir e produzir: as construções do escrito e as estratégias de circulação de memórias naturalistas de lusobrasileiros no século XVIII. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 9, p. 147-160, 2017.

OLIVEIRA, Hilton Cesar de. Vínculos de reciprocidade: sistemas de alianças entre algunos de los principales de una región de Minas Gerais (1726-1784). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 8, p. 35-54, 2021.

OLIVEIRA, Hilton Cesar de. A face oculta da colonização: medidas de contenção à miscigenação na capitania de Minas Gerais (1719-1732). In: GUILHERME, Willian Douglas (Org.). *História: sujeitos, teorias e temporalidades*. Ponta Grossa: Atena, 2020, p. 1-11.

OLIVEIRA, Hilton Cesar de. O Minho em Minas: traços e vestígios da presença minhota na Comarca do Rio das Velhas (1726-1800). *Portuguese Studies Review*, v. 27, p. 67-98, 2020.

RIPE, Fernando. 'Como se ham de aver os pays com os filhos de má condiçam!': discursos sobre dificuldades de se educar um menino cristão em uma obra do jesuíta Alexandre de Gusmão (América portuguesa, século XVII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ROGGE, Jairo Henrique (Orgs.). *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2019, p. 106-129.

RIPE, Fernando. Mecanismos disciplinadores no processo de civilidade do sujeito infantil moderno: uma análise do tratado 'O perfeito pedagogo' de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos (Portugal, século XVIII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILMANN, Mauro. (Orgs.). *O universo letrado da Idade Moderna: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2019, p. 422-449.

RIPE, Fernando. O Perfeito Pedagogo: análise de um manual pedagógico português que ensina regras de civilidade e de urbanidade cristã (Portugal, século XVIII). *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, p. 73-107, 2019.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. “Para a boa ordem e decoro de minha corte”: o decoro no vocabulário político do século XVIII português. *Varia Historia* [online], v. 37, n. 75, 2021.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Decifrando palavras: um vocabulário de cultura e educação no contexto das Luzes portuguesas. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 286-313.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Tempos de transição e intenção autoral: questões para a história do pensamento político. In: VÁZQUEZ, Geogiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.). *Tempos de transição*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 39-62.

SEGANTINI, Verona Campos; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Artes, Ciência, filosofia natural: universidades, estatutos, instruções e museus – segunda metade do século XVIII. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 340-363.

SEGANTINI, Verona Campos; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. “Das necessidades dos Diários e Método de os fazer”: textos para a instrução de naturalistas e para a investigação da natureza nos domínios ultramarinos no século XVIII. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 596-620, 2020.

SEGANTINI, Verona Campos. Como tomar as exposições como objeto para a história e para a museologia? Modos de exibição e o engendramento de uma espacialidade para o Museu Nacional. In: RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus (Orgs.). *Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: epistemologia e políticas*. Recife: UFPE, 2020, p. 213-237. [recurso eletrônico].

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. Das convenções retóricas à vivência das palavras: escrita e governação lusa no Distrito Diamantino. In: LAGE, Ana Cristina Pereira (Org.). *Instituições educativas, cultura, escrita e administração na América Portuguesa*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021, p. 130-159.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. “Uma senhora brasileira em seu lar”: representações de leitoras pelos pincéis de Debret. In: *Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em História*. Belo Horizonte: Atena Editora, 2020, p. 229-241.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. Redigir por outras mãos: os usos da escrita em Minas Gerais no período colonial. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 107-129.

## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

**Antonio Cesar de Almeida Santos.** Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, onde é professor do Departamento de História, desde 1998. Pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CEDOPE – DEHIS/UFPR) e do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero), do qual é co-líder. As Luzes portuguesas e a política pombalina são seus principais objetos de atenção, além de Teoria da História e Historiografia.

**Daniela Casoni Moscato.** Especialista em História Social, Mestre em História (Unesp, 2000) e Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2007), com estágio na Universidade de Coimbra. Professora colaboradora na área de Ensino de História na Universidade Estadual de Londrina e Professora estatutária na rede pública de ensino do Estado do Paraná. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero).

**Eduardo Teixeira de Carvalho Junior.** Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Centro Universitário Curitiba, onde atua nos cursos de Direito e de Relações Internacionais. Sua principal área de pesquisa é História Moderna e Contemporânea, com destaque para o tema do Iluminismo em Portugal. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero) e integra a Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII (ABES XVIII). Coordena o Grupo de Pesquisa Estado e sociedade no mundo pós-globalização do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).

**Fernando Ripe.** Professor na Faculdade de Educação (FaE) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integra o Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe/UFPel) e o Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero).

Coordena o GT de História da Educação (ANPUH-RS). Secretário da Associação Sul-riograndense de pesquisadores em História da Educação (ASPHE).

**Hilton César de Oliveira.** Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Coordena o Centro de Memória e Pesquisa da mesma instituição. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero). Área de atuação; o Setecentos mineiro, abordando temas voltados às sociabilidades, cultura, religiosidades e educação.

**Jane Elisa Otomar Buecke.** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA) e Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa. Atua como técnica pedagógica na Universidade do Estado do Pará. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero).

**Sônia Maria da Silva Araújo.** Professora titular do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (ICED/UFPA). Graduada em Pedagogia, possui doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral no Centro de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), Portugal. Atua como docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA.

**Thiago Gomes Medeiros.** Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Especialista em Gestão Educacional pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (2012). Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Professor de História com lotação na Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero), da Universidade Federal de Minas Gerais.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)  
[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)